UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA HUMANA

JOÃO PAULO RABELLO DE CASTRO CENTELHAS

O zapatismo e a geografia histórica das comunidades indígenas mesoamericanas: um estudo a partir do conceito de metabolismo geográfico

Versão Corrigida

São Paulo
2017

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA HUMANA

O zapatismo e a geografia histórica das comunidades indígenas mesoamericanas: um estudo a partir do conceito de metabolismo geográfico

João Paulo Rabello de Castro Centelhas

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana do Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Doutor em Geografia.

Área de concentração: Geografia Humana

Orientador: Prof. Dr. Elvio Rodrigues Martins

De acordo: _____

Versão Corrigida

São Paulo
2017

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catalogação na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

C397z

Centelhas, João Paulo Rabello de Castro Centelhas
O zapatismo e a geografia histórica das comunidades indígenas mesoamericanas: um estudo a partir do conceito de metabolismo geográfico / João Paulo Rabello de Castro Centelhas Centelhas ; orientador Elvio Rodrigues Martins Martins. - São Paulo, 2017.
143 f.

Tese (Doutorado)- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de Geografia. Área de concentração: Geografia Humana.

1. zapatismo. 2. comunidades indígenas. 3. devir histórico. 4. metabolismo geográfico. 5. capitalismo global. I. Martins, Elvio Rodrigues Martins, orient. II. Título.

CENTELHAS, J. P. R. C. **O zapatismo e a geografia histórica das comunidades indígenas mesoamericanas: um estudo a partir do conceito de metabolismo geográfico.** Tese apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Doutor em Geografia.

Aprovado em: 07/03/2017

Banca Examinadora

Prof. Dr. Elvio Rodrigues Martins	**Instituição: FFLCH-USP**
Profª. Dra. Cecília Cardoso Teixeira de Almeida	**Instituição: CUFSA**
Prof. Dr. Mauro Luiz Peron	**Instituição: PUC-SP**
Prof. Luciano Ximenes Aragão	**Instituição: PUC-Rio e UERJ**
Prof. Jorge Luiz Barcellos da Silva	**Instituição: UNIFESP**

Às crianças zapatistas e sua calorosa força humanizadora

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao meu orientador, Prof. Elvio Martins, pelo aprendizado ao longo de todo o processo de doutoramento, pelas conversas e debates que foram estruturais na elaboração de caminhos possíveis à realização deste trabalho. Além disso, agradeço por sua paciência e generosidade no lido com as minhas dificuldades na construção desta tese.

Agradeço à minha família, minha mãe Lucia e meu pai Antonio, pelo conjunto de forças, de apoio, de atenção e carinho ao longo deste período, foram essenciais à continuidade e realização deste trabalho. Agradeço também à minha irmã Marcela, pelo suporte e solidariedade que fizeram desta tese possível, desde as conversas e debates, até as referências bibliográficas que muito contribuíram no desenvolvimento deste estudo. Agradeço também à minha família de São Paulo, minha irmã Bia, seu marido Marcelo, meu tio Pedro Luiz, meu irmão Ivan, todos eles foram imprescindíveis ao longo da minha estadia de idas e vindas a São Paulo, dando todo o apoio, suporte e carinho que terei gratidão por toda vida.

Agradeço ao Prof. Ruy Moreira pelos ensinamentos e auxílios que me permitiram pleitear o curso de doutorado na USP. Sou grato também pela generosidade do auxílio e da conversas com o Prof. Marco Bernardino.

Agradeço ao Prof. Luciano Aragão pelas conversas e amizade na UERJ durante os anos de trabalho, que me foram muito ricas no meu aprendizado em geografia e para a vida como um todo.

Agradeço aos amigos e amigas mexicanos que me receberam e tornaram possível a realização dos estudos de campo em Chiapas, eles e elas são: Borja, Luis Aquino, Maria Elena e Norma Rosales. Certamente, a troca e a experiência convivida com vocês foi uma das coisas mais verdadeiras e estimulantes ao longo de toda a estadia no México, e certamente assumo uma dívida de gratidão pela generosidade e espírito elevado com que me presentearam ao longo desse tempo.

Agradeço aos professores e funcionários do Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da USP pela contribuição inestimável que me permitiram desenvolver a pesquisa e realizar meu doutoramento com grandes aprendizados e suporte.

Por fim, agradeço todos os compas e anônimos que de múltiplas maneiras me foram fundamentais na construção dos nexos do grande enredo que é luta indígena mexicana no atual contexto de Chiapas, vocês ainda permitem que a latência por um mundo melhor se torne viável.

RESUMO

CENTELHAS, J. P. R. C. **O zapatismo e a geografia histórica das comunidades indígenas mesoamericanas: um estudo a partir do conceito de metabolismo geográfico**. 2016. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

O objeto geral desta pesquisa é o devir histórico-geográfico de largo espectro das sociedades mesoamericanas. Através dele se problematiza os fundamentos que animaram seu movimento de reprodução e formaram as condições objetivas de existência dos indígenas de Chiapas (México), onde o EZLN (Exército Zapatista de Libertação Nacional) tem por excelência seu campo de atuação. A investigação se concentra sobre a tendência integrativa do trabalho social em escalas progressivamente mais amplas, correpondendo a diferentes *metabolismos geográficos* em que as comunidades ameríndias eram configuradas ou mesmo descaracterizadas enquanto tais sob o imperativo de relações societárias supra-comunitárias, hierarquizadas e regionais. Este processo, em sua face colonial, desmontou e reestruturou radicalmente as territorialidades das sociedades ameríndias, atomizando e reduzindo sua organização territorial em comunidades locais de pequeno porte, ao passo que as articulava sob a ordem colonial da superexploração do trabalho a nível inter-continental. Esta integração-fragmentadora da formação territorial do México colonial engendrou elaborações étnico-identitárias, tanto singulares (grupos étnicos), quanto gerais (indígena), que se constituíram mediante tal geografia política colonial, muitas vezes radicando sua condição campesina, comunitária e autóctone como fundamento de sua própria etnicidade. A questão que se apresenta é a interrogação sobre o desenvolvimento histórico-geográfico das sociedades ameríndias na sua importância quanto ao entendimento do atual embate político em que os grupos e as comunidades estão inseridos em toda América Latina. A emergência e a atuação do movimento zapatista aparece como um ator insurgente, que permitiu um amplo processo de recuperação de terras indígenas mediante o levante armado de 1994, mas desde então tem sofrido uma feroz e sofisticada campanha de contra-insurgência protagonizada pelo Estado mexicano e seus apoiadores privados (nacionais e internacionais). O modo de vida indígena-comunitário passa a ser resignificado no âmbito de uma valorização étnico-cultural de sua ancestralidade, mas ao mesmo tempo é atravessado por processos fragmentadores que tensionam as bases e os laços da vida social comunitária. O metabolismo geográfico do capital monopolista transnacional reinsere os territórios indígenas sob uma geografia política altamente complexa, em que as configurações territoriais assumem um papel imperativo na normatização e no controle das práticas sociais e políticas. Por consequência da estrutura do metabolismo contemporâneo, a racionalização global-regional das geografias locais resulta em um grave "problema cognitivo" à elaboração da luta pelos atores locais, seja no campo ou na cidade, implicando dramaticamente sobre as possibilidades estratégicas do agir político. Este objeto específico é investigado em função do desenvolvimento das práticas políticas do EZLN, sobretudo, nos termos possíveis da ação regional e supra-comunitária.

ABSTRACT

CENTELHAS, J. P. R. C. **The zapatismo and the historical geography of mesoamerican indigenous communities: a study by the concept of geographical metabolism**. 2016. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

The general object of this research is the broad historical and geographical becoming of Mesoamerican indigenous communities. Through it we discuss the fundamentals that inspired its playback movement and the formation of the objective conditions of existence of Chiapas's indigenous people (Mexico), where the EZLN (Zapatista Army of National Liberation) has quintessential their actuation's field. The investigation focuses on the integrative tendency of social work progressively in larger scales, the different *geographical metabolisms* in the Native American communities, largely were necessarily integrated. This process, in its colonial face, dismounted and seriously restructured the territoriality of Mesoamerican societies, atomizing and reducing its territorial organization in small local communities, while they were articulated under the colonial order of the overexploitation of labor in a inter-continental level. This fragmentary integration of the territorial formation of colonial Mexico engendered ethnic-identitarian elaborations, both singular (ethnic groups) and general (indigenous), which were constituted by such colonial political geography, often rooted in its peasant, communitarian and autochthonous condition as a foundation of their own ethnicity. The question that arises is the inquiry about the historical-geographic development of Amerindian societies in their importance in understanding the current political clash in which groups and communities are inserted throughout Latin America. The emergence and performance of the Zapatista movement appears later in this scenario as an insurgent actor, who allowed a broad process of recovery of indigenous lands by the armed uprising of 1994, but since has undergone a fierce and sophisticated campaign of counterinsurgency led by the Mexican State and its private backers (national and international). The Indian-communal way of life becomes reframed within an ethno-cultural appreciation of their ancestry, but at the same time is crossed by fragmenting processes tensioning the foundations and ties of community social life. The geographical metabolism of transnational monopolist capital reinserts indigenous territories in a highly complex political geography, where territorial settings play an imperative role in the regulation and control of social and political practices. As a result of the structure of contemporary metabolism, global-regional rationalization of local geographies results in a serious "cognitive problem" to the subjects in general, generating dramatic implications for strategic possibilities of political action. This particular object is investigated with the development of the EZLN's political practices, particularly on the possible terms of regional and supra-community action.

SUMÁRIO

Apresentação..... 10

CAPÍTULO I – Territorialização inicial da Mesoamérica e do continente americano..... 14

CAPÍTULO II – As sociedades originárias mesoamericanas e sua integração territorial..... 43

CAPÍTULO III – A dominação colonial e a reestruturação territorial das populações indígenas..... 73

CAPÍTULO IV – Topologia de uma guerra multidimensional: a emergência do Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN) e a contra-insurgência estatal..... 103

CAPÍTULO V – O problema cognitivo na integração-fragmentadora do capitalismo contemporâneo..... 118

Referências Bibliográficas.....137

APRESENTAÇÃO

> "*Sería irresponsable y suicida pretender hallar soluciones a la crisis sin tomar en cuenta lo que realmente somos y lo que realmente tenemos para salir adelante." (BATALLA, 1990:12)*

A objetivação do movimento zapatista enquanto fenômeno e realidade socialmente existente assume uma ampla variedade de expressões dependendo dos referenciais epistêmicos e ontológicos que orientam a problematização de suas práticas e ideologias políticas. Geralmente, as narrativas e análises concernentes ao tema evocam a complexa e *sui generis* história contemporânea do movimento, partindo dos acontecimentos que abarcam sua formação até os dias atuais. Tal expediente tem ofertado uma abundante literatura que nos auxilia a compreender os desdobramentos e o enredo político entorno do antes e depois ao Levante de 1994, especialmente nos seus aspectos particulares e pormenores. Todavia, há, por outro lado, bases ontológicas que participam na determinação do fenômeno forjadas por um enredo histórico-geográfico em níveis muito mais amplos; esta substância, a qual o zapatismo predica, é composta por um largo devir que transcende seus sujeitos atuais e sua história recente. Na 1ª Declaração da Selva da Lacandona, o próprio EZLN anunciava: "somos productos de 500 años de lucha"; a despeito de sua rigorosidade histórico-conceitual, tal dizer evoca referências fundamentais ao *ser* que os zapatistas, hoje, herdam, transformam e projetam. Para que seja entendido em sua verdade, como continuidade e negação do presente existente, buscar-se-á explicitar sua constituição histórico-geográfica, tendo por cerne quatro referências fundamentais: (i) as sociedades mesoamericanas originárias, (ii) o domínio colonial hispânico-católico, (iii) o Estado-nacional mexicano e (iv) o capital como estrutura social hegemônica. Tais estruturas formativas do movimento de reprodução ameríndia e da própria constituição societária do México contemporâneo compõem o vasto enredo no qual o zapatismo ganha sentido e direção, portanto, não se trata de uma superposição de momentos estruturais, mas a tentativa de compreendê-los integrados ao próprio movimento de reprodução indígena-campesino.

Encaminhar tal projeto envolve o reconhecimento de seus limites quanto à vastidão dos temas e à multiplicidade de aspectos e relações singulares, pois se tratando do movimento zapatista, estamos nos referindo à vida cotidiana de 250 mil indígenas zapatistas distribuídos geograficamente por comunidades descontínuas entre si, apresentando cada uma sua historicidade e localização

específica. Deste modo, o presente encaminhamento se concentra sobre os processos geohistóricos que denotam maior influência e presença na constituição do enredo regional em que as realidades concretas das famílias zapatistas se inscrevem. A escolha desta abrangência se dá pela necessidade em considerar a luta e a resistência zapatista frente a um espectro mais amplo de referências que participam de sua realidade, sejam pretéritas ou vindouras, sejam locais ou globais.

> Los rumbos del mundo son nuestras geografías y en ellos nos encontramos y reconocemos, porque sabemos que la lucha no es de hoy ni para hoy, no luchamos por poder ni folclor que ofrecen campañas mentirosas, sino por tejer y retejer lo que somos, fuimos y seremos como pueblos originarios. (Comunicado 22/07/2016 – EZLN e CNI)

Em grande parte da América Central, as comunidades indígenas partilham costumes e práticas que integram um modo de vida específico, segundo a perspectiva de alguns autores[1], este representaria a remanescência contemporânea do que se convencionou denominar por *civilização mesoamericana.* Preliminarmente, o que se constata com maior obviedade são aspectos bem amplos de origem pré-hispânica[2], como, a comunicação pelas línguas nativas, a centralidade do milho na dieta, no manejo social da paisagem e nos ciclos sazonais de trabalho familiar, e o exercício em diferentes graus de atividades e laços comunitários de auto-sustento, celebração e matrimônio.

Ao longo dos trabalhos de campo realizados em Chiapas, entre 2014 e 2015, esta descrição se constatava em diferentes localidades onde as entrevistas e as "vivências" eram realizadas, sobretudo, entre famílias zapatistas, ex-zapatistas, em assentamentos e comunidades com diferentes composições políticas que participaram do Levante de 1994 e entre refugiados da guerra civil guatemalteca, no município de La Trinitaria, fronteira entre México e Guatemala, também no estado chiapaneco. A evidente sensação que se manifestou logo nas primeiras experiências e nos encontros com a vida cotidiana de famílias indígenas em Chiapas era a necessidade imperiosa de um regresso às tramas constituintes mais gerais das realidades observadas; sem a devida restauração das mediações histórico-geográficas, a realidade presente muito se reduz à sua imediaticidade, enquanto uma performatividade aparente, não podendo ser inteligida no entrelaçamento de seu movimento específico com processos mais amplos, respectivos à totalidade social a qual faz parte. Este reconhecimento salienta a necessidade em abordar o devir dos povos e comunidades mesoamericanos mediante sua descontinuidade constitutiva (pois marcada por rupturas e inflexões brutais), e assim

---

1 Guilhermo Bonfil Batalla (1990) e Héctor Díaz-Polanco (2011). Ambos possuem compreensões específicas sobre o tema (que serão apresentadas mais à frente), convergindo a respeito da atualidade étnica e ancestral dos referenciais mesoamericanos no modo de vida indígena-campesino.

2 Introduzimos propositadamente o termo "pré-hispânico (a)" para desde já apresentarmos o esclarecimento de Andrés Aubry, em seu livro *Chiapas a Contrapelo*, sobre sua dimensão eurocêntrica: "Lo prehispánico viene acompañado de las mismas ambiguedades que la llamada prehistoria. Este adjetivo eurocentrista presupone que los milenios que abarca no son fundadores, sino sólo previos a la pretendida verdadera historia, supuetamente iniciada en los pueblos colonizados, sólo por su conquista tardía en el siglo XVI. Es un insulto que deslegitima 2500 años de civilización, ocultados por 500 años de história *hispánica"*. (2005:43)

verificar os termos de sua atualidade concreta, isto é, como "síntese de múltiplas determinações, portanto, unidade da diversidade" (MARX, 2011:77). O regresso aos processos formativos gerais que efetivaram, de modo variado, as condições atuais de ser e estar dos sujeitos em questão deriva do entendimento que as forças e as macro-estruturas societárias que se sobrepuseram às sociedades mesoamericanas - tais como a dominação colonial, a fundação do Estado-nacional mexicano e a efetivação da modernidade capitalista - só poderiam ser levadas a efeito através de uma parcial conservação da substância social pré-existente. Isto significa dizer que a perpetração da colonialidade e da dominação tem efetividade sobre uma formação social concreta estabelecida previamente a partir de referências próprias e do mundo social a que antes era circuscrita. Logo, a colonização não implica na mimetização da cultura metropolitana pelos povos subordinados, pois estes não são corpos vazios a serem preenchidos pelo espírito de algum modo de ser colonizador, mas só podem reproduzir a cultura que busca se impor mediante suas próprias condições constitutivas.

Este esclarecimento, que será melhor abordado nos sub-capítulos seguintes, reconhece, portanto, que o *ethos* das sociedades mesoamericanas não foi obliterado por completo, mas se renova, se domestica ou se suprime em tensão às vicissitudes e às transformações sociais e geográficas que assolam a existência indígena. Neste sentido, uma compreensão mais rigorosa a respeito das raízes mesoamericanas e sua atualidade político-ontológica só pode ser realizada, partindo-se, minimamente, de um panorama geral anterior à conquista espanhola, que nos permita compreender o modo de reprodução social ameríndio em sua organização e desenvolvimento histórico-geográfico geral. Esta recomposição é deveras necessária ao entendimento contemporâneo do modo de vida indígena na América, já que ele é fruto da herança civilizatória originária, mas também expressão de sua negação pelo colonialismo, pela violência institucional e pela exploração moderna.

> Articular historicamente o passado não significa conhecê-lo "como ele de fato foi". Significa apropriar-se de uma reminiscência, tal como ela relampeja no momento de um perigo. Cabe ao materialismo histórico fixar uma imagem do passado, como ela se apresenta, no momento do perigo, ao sujeito histórico, sem que ele tenha consciência disso. O perigo ameaça tanto a existência da tradição como os que a recebem. Para ambos, o perigo é o mesmo: entregar-se às classes dominantes, como seu instrumento. (BENJAMIN, 1940:02)

No âmbito da particularidade desta pesquisa, este engendramento geohistórico ameríndio obviamente não será contemplado na inteireza de sua multiplicidade, não só pela insuficiência de informações e dados existentes até hoje, como também pelos limites e objetivos a que esta pesquisa se dirige. Neste sentido, este movimento do devir ameríndio mesoamericano será problematizado à luz de seus diferentes *regimes metabólicos*. Tais regimes são a expressão qualitativa da escala do ser

social, isto é, a ordem geográfica do trabalho social que se traduz em formas estruturais de existência. Sob este expediente teórico-conceitual, objetiva-se investigar o comportamento da unidade social fundamental da reprodução ameríndia: a comunidade. A inscrição da comunidade nos sucessivos regimes metabólicos referentes às estruturas político-econômicas que se afirmaram na Mesoamérica e no México é, por assim dizer, o objeto mais geral da presente pesquisa. Compreender simultaneamente a diferenciada continuidade da sociabilidade comunal e de seu arranjo metabólico, e verificar como tal forma se redefine diante de suas vinculações com processos supra-comunitários. Se a comunidade é sobretudo o modelo de organização social mais primário sobre o qual se fundamenta a vida das famílias zapatistas, temos de interpelar através do movimento histórico-geográfico dessa *forma social* seus conteúdos constitutivos que, assediados e ameaçados por processos disruptivos e atomizantes de ampla escala, podem ser politicamente significativos à interpretação da luta e da resistência zapatista.

A resiliência das comunidades indígenas e a reprodução de seu modo de vida, atualmente, podem ser compreendidas como a demarcação de um contraponto político ao modelo de sociabilidade hegemônica regida pela lógica do trabalho abstrato. Todavia, simultaneamente, elas comportam a expressão de seu oposto, isto é, das consequências imprimidas sobre o modo de ser indígena pelos dominadores. É aí que a nuance é escorregadia, já que grande parte da cultura que compõe a vida indígena comunal, hoje, no México e na América Latina, não pode ser compreendida alienada dos grilhões do colonialismo e da "interminável acumulação primitiva", ou, em termos mais atuais, da "acumulação por espoliação" (HARVEY, 2004, 2006). Esta problemática tem implicações políticas diretas, pois até que ponto há uma reificação de aspectos culturais ameríndios, muitas vezes exaltados como singularidades locais, mas que expõem através destas uma ambiguidade, isto é, muitas das singularidades se desenvolveram em consequência a processos de isolamento e de fragmentação gerados pelo próprio colonialismo. Isto nos leva a avaliar as transformações que as comunidades sofriam segundo seu relacionamento com o metabolismo das totalidades sociais às quais eram integradas territorialmente. Através da reaproximação aos processos formativos de uma geografia indígena mesoamericana, a comunidade poderá ser melhor compreendida em sua trama histórica e territorial, e assim embasar os referenciais que servirão à problematização do zapatismo em sua inscrição concreta, isto é, no movimento geográfico de transformação das comunidades.

CAPÍTULO I

Territorialização inicial da Mesoaméríca e do continente americano

Abordar as sociedades mesoamericanas em sua existência pré-colonial tem como primeiro problema a definição do recorte, ou seja, até onde o regresso deve ir? Quais conjuntos de fatos e desdobramentos assinalam a configuração da origem? Onde e quando se inicia o que podemos denominar como o "gênero de vida mesoamericano"? Por se tratar de um processo civilizatório cujos elementos mais primevos remontam à própria história de ocupação do continente, não é demais observar alguns vestígios e marcos gerais que embora remotos denotam o quão prolongado e abrangente foi o enredo germinal que deu origem à formação das sociedades mesoamericanas.

Mesmo considerando a atual divergência no debate científico sobre o tema, é válido observar que somente nas últimas três décadas importantes descobertas arqueológicas foram realizadas, fundando novos registros e teorias sobre a origem e a existência humana nas Américas. A teoria convencional de Clovis pleiteia a migração a pé da Ásia às Américas através do extremo norte destes continentes, no entroncamento entre a Sibéria e o Alasca, datando este acontecimento entre 11.500 a 16.500 anos atrás (GOEBEL, WATERS & O'ROURKE, 2006), justamente na passagem do Pleistoceno ao Holoceno, momento de transição entre o período glacial e o inter-glacial. Segundo a teoria, o nível do mar se encontrava muito abaixo do que atualmente, permitindo a exposição de um trecho continental que serviu de "corredor" para a travessia migratória ("Ice-Free Corridor").

> Ao longo da última glaciação, Wisconsin, a retenção das águas nas grandes geleiras continentais fez baixar o nível global dos oceanos em cerca de 120m abaixo do nível atual, deixando emersas amplas superfícies antes submersas. Novas faixas costeiras tornaram-se habitáveis, ilhas uniram-se a continentes, continentes uniram-se entre si. A região do Estreito [de Bering], pouco profunda, foi paulatinamente dessecando até se tornar uma extensa planície com aproximadamente 1500 km de largura, unindo o continente asiático ao americano, com o Oceano Ártico ao norte e o Pacífico ao sul. Convencionou-se denominar esta área como Beríngia, aí compreendidas não apenas a plataforma emersa, mas também o nordeste da Sibéria, do lado asiático, e as porções centrais não geladas do Alaska e do Yukon, do lado americano. (LIMA, 2006:03)

Mesmo sendo factível tal possibilidade, seu teor inaugural tem perdido força em virtude dos "recentes" descobrimentos de vestígios humanos em Valsequillo – México, de 100 a 40 mil anos atrás (HUDDART ET AL, 2005), Pedra Furada – Brasil, de 100 a 40 mil anos atrás (PARENTI, 1993; GUIDON, 1984, 1986, 1996, 2008), Monte Verde – Chile, de 33 a 14 mil anos atrás (DILLEHAY, 1989, 1997; ADOVASIO & PEDLER, 1989), Pensilvânia, Virgínia e Carolina do

Norte - Estados Unidos, de 18 a 15 mil anos atrás (BONNICHSEN, 2004) e Botocudos-polinésios em Minas Gerais – Brasil, de 12 a 14 mil anos atrás (MALASPINAS ET AL, 2014).

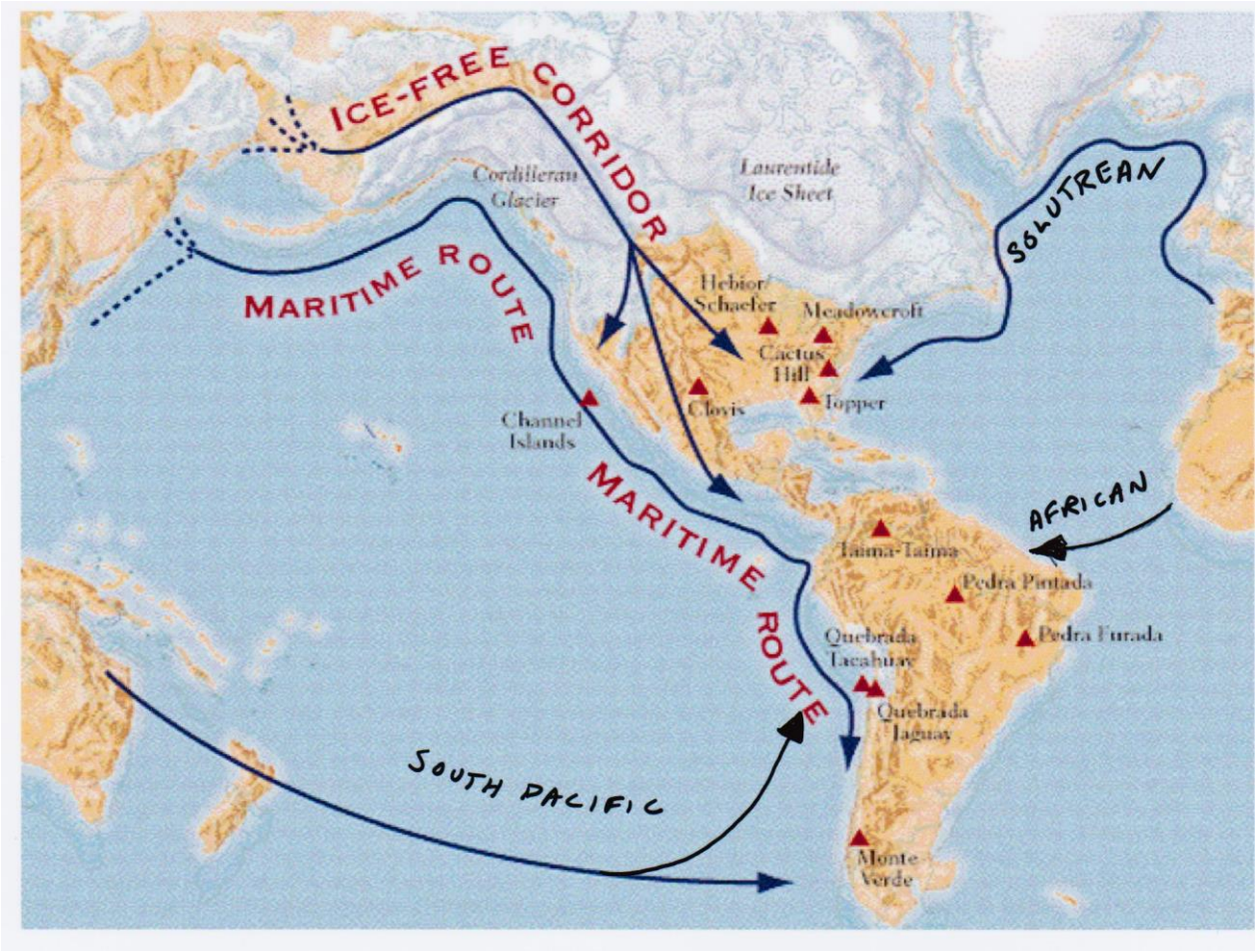


Figura 1 – Possíveis rotas migratórias responsáveis pela ocupação inicial do continente americano.
Fonte: Watanabe (2008).

Considerando a antiguidade dos sítios e suas localizações extremamente dispersas e variadas, a exemplo, o registro arqueológico de 33 mil anos atrás em Monte Verde (Chile), criou-se, por conseguinte, um contraponto até hoje indissolúvel em relação à teoria de "Clovis First". Este nome vem da cidade de Clovis, Novo México – EUA, em suas proximidades, na localidade de Folsom, foi encontrado um projétil, em 1926, com uma caneladura central fincado entre as costelas de uma extinta espécie de bisonte, esta descoberta gerou forte repercussão entre paleontólogos e arqueólogos à época, e desde os anos 30 a tese da migração via Bering tornou-se o paradigma explicativo para o povoamento do continente.

Novas hipóteses sobre a germinal ocupação humana nas Américas têm sido ventiladas de modo a oferecer alguma explicação aos diferentes registros empíricos que reportam uma existência social anterior àquela defendida pela teoria de Clóvis (que na verdade foi primeiramente aludida no "mundo ocidental" pelo jesuíta espanhol José de Acosta, em 1590). Os estudiosos deste período remoto (GUIDON, 2008; GONZÁLEZ & HUDDART, 2008; entre outros), tendo em vista os

registros comprovadamente mais antigos encontrados no México e no nordeste brasileiro, consideram que esta faixa latitudinal, concernente às duas regiões, seria aquela mais provável à chegada de populações provindas da África, em especial, pelo fluxo logitudinal das correntes marinhas na faixa equatorial (movendo-se de leste para oeste) e pela relação de menor extensão oceânica. Além desta possibilidade, a migração via Pacífico não é descartada, em virtude dos estudos sobre a morfologia e a genética de crânios de índios botocudos que foram encontrados em Lagoa Santa, Minas Gerais. Estes índios foram extintos no século XIX e os estudos indicam uma ampla afinidade genética com polinésios (MALASPINAS ET AL, 2014).

Mesmo com a ampliação das referências empíricas representativas à existência de sociedades pré-Clovis (antes de 12.000 anos antes do presente), a ressonância de parte expressiva da comunidade científica especializada tem sido marcada por grande ceticismo, quando não o rechaço das evidências materiais. Esta polêmica fundamentalmente se refere à desconstrução da teoria "Clovis First" como modelo explicativo único do povoamento e da colonização do continente americano, tendência que obviamente não agrada a parte do oficialato acadêmico estabelecido teoricamente (e afetivamente?) em consonância a este paradigma. Tal celeuma, que parece transpor a argumentação lógica das diferentes posições, não será objeto de apreciação neste trabalho, mas apenas ressaltados os pontos fortes das respectivas teorias a fim de corroborar com uma compreensão mais geral e multivariada sobre a territorialização germinal do continente.

A sistematização topológica e cronológica dos artefatos, objetos, crônicas e sítios tem se enriquecido enormemente com o fecundo crescimento do acervo arqueológico, genético e linguístico, permitindo algumas aproximações e inferências na reconstrução geohistórica do povoamento continental. A primeira delas se refere à relação entre a distribuição dos fluxos migratórios e a configuração do meio geográfico. Anderson & Gillam (2000) demonstraram possíveis rotas utilizadas pelos grupos migrantes, dada a localização dos sítios e as possíveis entradas migratórias, argumentando que a reprodução dos grupos nas condições climáticas e técnicas do período não permitiam que eles se movimentassem senão estrategicamente, selecionando os terrenos e percursos menos árduos e extenuantes, como pela rede hidrográfica, pelas zonas aluvionares e faixas marginais aos principais eixos de drenagem, pelas zonas costeiras e planícies. O sítio Toca do Boqueirão da Pedra Furada, em São Raimundo Nonato, Piauí, é um exemplo de sítio arqueológico, talvez o mais antigo do continente, que expressa exatamente como a dinâmica migratória de territorialização à época se desdobrava de modo seletivo diante das condições geográficas, se utilizando principalmente dos eixos de drenagem das bacias hidrográficas como trajetos preferenciais de interiorização e dispersão de seus contingentes. Como já foi mencionado, os fluxos das correntes marinhas na faixa equatorial podem ter facilitado a vinda dos primeiros grupos por balsas ou tipos de barcos precários que atracaram na face norte do litoral

nordestino, e seguindo a costa encontraram uma grande entrada para o interior do continente, que era o rio Parnaíba, ao entrarem em um de seus principais afluentes, o rio Piauí, encontraram abundantes ofertas de caça, pesca e coleta na grande depressão da planície periférica do São Francisco (PARENTI, 1993; NIÉDE, 2008).

É justamente na relação com o complexo geográfico que estas odisseias migratórias podem ser compreendidas em sua trama evolutiva (não evolucionista), neste sentido, é evocativa a posição de sítios como Monte Verde (Chile) e Meadowcroft (costa leste dos EUA), pois ambos se localizam próximos a áreas costeiras em altas latitudes, o que reforçaria as hipóteses heterodoxas de que, dadas as condições paleoclimáticas do Pleistoceno, as massas de geleiras ocupavam espaços bem mais amplos, espraiando-se até latitudes próximas aos sítios em questão, além disso, o nível do mar se encontrava 120m abaixo do atual, expondo um mosaico de ilhas e penínsulas que poderiam ter servido como espaços estratégicos na travessia pelas altas latitudes entre Europa e América do Norte, e entre Austrália e América do Sul.

No notável trabalho de Tânia Andrade Lima (2006), "O povoamento inicial do continente americano: migrações, contextos e datações", a estudiosa realiza uma revisão do estado da arte das teorias contemporâneas sobre o fenômeno em tela, demonstrando que o povoamento da América do Sul já era um fenômeno expressivo e quase coetâneo às datações das sociedades de caçadores da teoria Clovis:

> No presente momento, são essas as três ocorrências [Meadowcroft (EUA), Monte Verde (Chile), Pedra Furada (Brasil)] que estão sob a luz dos refletores, pelas possibilidades que apresentam de serem mais antigas que o horizonte Clóvis. Já na mesma faixa cronológica ou imediatamente posterior a esses caçadores, na transição do Pleistoceno para o Holoceno, há vários outros sítios. No Brasil, as evidências de Lagoa Santa, bem como de Santana do Riacho e outros sítios em Minas Gerais estudadas por A. Prous e colaboradores (Prous & Malta 1991; Prous 1992/3); de Serranópolis, em Goiás, pesquisadas por P. I. Schmitz e colaboradores (1989); da Pedra Pintada, no baixo Amazonas, investigadas por A. C. Roosevelt e colaboradores (1996), entre outras, em diferentes pontos do país (ver Prous & Fogaça 1999) e também da América do Sul, particularmente na Patagônia (ver Dillehay 2000, Miotti et al. 2003), mostram que a América do Sul já estava colonizada em toda a sua extensão a essa época.
> Diante das evidências que o continente sulamericano vem apresentando, Grühn (1994) continuou insistindo no alto poder explanatório de seu modelo de entrada e descida para as regiões mais meridionais pela costa, segundo ela o mais convincente para explicar as datas antigas que vêm aparecendo aqui, já que o modelo convencional de passagem pelo corredor livre de gelos somente após 12.000 anos antes do presente está falhando completamente. Para ela, populações adaptadas ao litoral com equipamento lítico não-especializado teriam se expandido linear e rapidamente pela costa ocidental da América do Norte e América do Sul, muito antes que o interior do continente norteamericano estivesse povoado, única forma de explicar o que vem aparecendo no Chile e no Brasil. (LIMA, 2006:14)

Além de Monte Verde e Pedra Furada, como grafias de sociedades muito mais antigas que as de Clovis, e também os sítios arqueológicos na América do Sul quase contemporâneos aos que

deram apoio à teoria convencional, como demonstrados acima, se somam a eles recentes pesquisas que comprovam a existência de maior variabilidade genética (NUNES, 2011) e linguística (GRUHN, 1988, 1994) nas sociedade indígenas do leste da América do Sul em comparação com as sociedades do oeste. Esta maior variabilidade pode sugerir um processo de formação social mais prolongado, que permitiu uma diversificação étnico-linguística, bem como um atravessamento nesta região entre as sociedades pré-Clovis e aquelas provindas da Beríngia e da Sibéria. As controvérsias, todavia, permanecem diante dos questionamentos suscitados por parte ainda expressiva da comunidade científica especializada, sobretudo, no que se refere a elementos técnicos das amostras, muitos alegando contaminação, participação de agentes não humanos, entre outros; ponderações essas que não serão aprofundadas aqui. Entretanto, como a própria assertiva de Tânia Lima, a teoria Clóvis já não tem mais capacidade de oferecer respostas à complexidade dos registros que crescentemente nos obrigam à elaboração de outro paradigma interpretativo sobre o povoamento inicial do continente. Talvez um ponto que deva ser considerado ou problematizado seja o baixo contingente populacional que esses grupos e sociedades pré-Clovis tenham representado na formação das sociedades ameríndias no Holoceno. Ainda que este ponto seja incerto, é inegável que a migração direta via Atlântico ou pelas altas latitudes são travessias extremamente arriscadas e cujos contingentes, mesmo que inicialmente numerosos, não deviam obter êxito em grande medida. É factível que a ocupação continental tenha sido mais expressiva no fim do Pleistoceno, quando as geleiras das Montanhas Rochosas e de Yukon que selavam o caminho entre a Beríngia e o continente americano começaram a derreter, e as populações que lá permaneceram puderam transpor essa barreira de gelo e adentrar sobre o interior do continente americano.

> Uma forma possível de se avaliar a época da passagem desses primeiros imigrantes pelo corredor, se ele existiu de fato, é através da datação dos sítios arqueológicos existentes ao sul dessas grandes massas de gelo, tendo em vista que o corredor desembocava diretamente nas pradarias centrais dos Estados Unidos, com extensas pastagens para os grandes animais herbívoros e gregários.
> De fato, os inúmeros sítios aí existentes correspondem a acampamentos temporários de bem sucedidos caçadores do final do Pleistoceno, especializados na captura de grandes mamíferos, com datações que se concentram em torno de 11.500 e 11.000 anos antes do presente. São basicamente sítios de matança e descarnamento de caça de grande porte, onde aparecem ossos de megafauna extinta associados a um sofisticado equipamento destinado à sua captura e processamento: pontas de projétil bifaciais finamente lascadas, medindo entre 7 e 15 cm, que receberam uma canelura na parte central para encabamento - as chamadas pontas acanaladas - além de facas, raspadores, bifaces e furadores. Em situações excepcionais vêm sendo encontrados artefatos em osso ou em marfim. (LIMA, 2006:07)

Figura 2: Exemplares de projéteis das sociedades de caçadores Clovis, encontrados no estado de Iowa, Estados Unidos. Fonte: Billwhittaker, English Wikipedia (2016).

Ao chegarem no continente com o maior gradiente latitudinal do planeta, as primeiras experiências adaptativas eram ensaiadas em razão dos diferentes domínios geográficos e climatológicos relacionados ao movimento migratório. É factível que todas as supostas entradas migratórias ao continente americano podem ter ocorrido, seja em momentos sincrônicos ou não, e contribuíram diferenciadamente na constituição societária e no patrimônio cultural de muitas formações sociais americanas. A odisseia em busca de alimentos e recursos dos territórios que lhes serviam de base à sobrevivência representou aos povos germinais um complexo processo cognitivo de territorialização que envolvia o conhecimento inédito sobre um horizonte geográfico, até então, inexplorado. Neste sentido, um fator da diferenciação cultural entre sociedades é o "imperativo de adaptação ecológica diferencial" (RIBEIRO, 1968:21), exigido como condição à reprodução da vida nos diferentes contextos geográficos das entradas e chegadas migratórias. Esta multiplicidade de climas e biomas permitiu o desenvolvimento de práticas territoriais especializadas às disponibilidades silvestres, que por sua vez constituíam uma parte fundamental de diferenciação cultural entre as comunidades. James Dixon (2001) propôs que muitas dessas populações que chegaram à Beríngia não ficaram contidas na área de 1500 km de superfície até o derretimento do gelo, mas seguiram caminho através do "corredor litorâneo", margeando a linha da costa oeste da América do Norte, destarte pelo sul da Beríngia fluindo meridionalmente via Pacífico. Segundo ele, tal alternativa de trajeto antecedeu em torno de 2.000 anos as migrações da teoria cloviana e exigiu

dos grupos sociais práticas territoriais diversas daquelas mais especializadas que as sociedades de caçadores da megafauna realizariam no interior do continente entre as pradarias e savanas dos Estados Unidos. O desenvolvimento e o aperfeiçoamento da arte da pesca, bem como de instrumentos de navegação, como balsas e canoas, eram repertórios técnicos distintos daqueles das sociedades do interior.

Deste modo, um gênero de vida que se especializa nas regiões de origem ou de emigração traz consigo um repertório de práticas e experiências acumuladas que são o sustentáculo cultural para a adaptação aos novos territórios. Com exceção da migração via oceano Atlântico, os outros fluxos se deram com certa continuidade territorial que permitia uma gradual adaptação sem grandes saltos ou contrastes abruptos de domínios biomorfoclimáticos, sendo as zonas de transição excelentes territórios de adaptação de suas técnicas de caça e pesca, e também do entrosamento com o novo acervo biótico e suas topologias correspondentes.

No Pleistoceno Superior, os climas e biomas eram muito diferenciados da atual configuração, as florestas estavam retraídas a latitudes próximas do Equador, o clima era mais frio e seco e as savanas predominavam nas paisagens (NUNES, 2011:09). Deste modo, o gênero de vida caçador-itinerante especializado aos termos fisiográficos das altas latitudes começava a ser desempenhado em novos sistemas de paisagens gradualmente mais biodiversos conforme a proximidade com a faixa equatorial.

> Os versáteis caçadores Clóvis, altamente móveis, eficientes e adaptáveis, dispersaram-se com muita rapidez por uma diversidade notável de ambientes, de costa a costa da América do Norte. Tendo conquistado as pradarias centrais dos Estados Unidos, espraiaram-se pelas florestas do leste, alcançaram as Montanhas Rochosas, com seus rios de corredeiras, chegaram aos desertos, desconsiderando barreiras ecológicas ou climáticas, e desceram até a América Central. A cada novo desafio surgido com a ocupação de habitats até então desconhecidos, ajustaram seu notável equipamento, direcionando a eficiente tecnologia de que dispunham para gerar novos instrumentos em resposta a novas necessidades.
> Essa impressionante dispersão é um dos argumentos utilizados pelos que defendem a hipótese de que os Clóvis tenham sido caçadores mais generalistas do que anteriormente se supunha, e que tenham feito ajustes para se adaptar aos recursos locais e às peculiaridades dos diferentes ambientes que ocuparam. (LIMA, 2006:08)

A herança da cultura de caça dos territórios gélidos e secos da Beríngia foi trazida pelos grupos que conseguiram atravessar o mosaico de geleiras do centro-norte do Alasca, e se estabelecer nas pradarias dos Estados Unidos. O grande acervo de sítios arqueológicos com abundantes artefatos líticos nessa região permite ao menos afirmar a preponderância deste eixo migratório na ocupação continental da América do Norte e ainda demonstrar o engendramento de um modo de vida geograficamente próprio. O desenvolvimento da arte de caça nas pradarias norte-americanas pode ser confirmado pelos registros encontrados em diferentes horizontes pedológicos escavados nos sítios de diferentes regiões dos EUA, pois permitem uma cronologia de diferentes

instrumentais, artefatos e expressões estéticas. A exemplo, a figura dos projéteis, já apresentada, representa uma tipologia do instrumento desenvolvida ao longo do processo adaptativo inicial, pois as "pontas acanaladas são uma invenção tipicamente americana e não têm antecedentes no continente asiático. Sua origem, ainda obscura, deveria estar a leste de Beríngia, entre o Alaska central e as Altas Planícies, […]." (LIMA, 2006:07).

Embora sejam incipientes os materiais e registros relativos ao modo de vida ameríndio anterior à "revolução agrícola" (há 10.000 anos), algumas considerações básicas a cerca de sua materialidade – circunscrita à dimensão ecológico-territorial – podem ser fecundas no entendimento mais geral deste processo de territorialização americano e, mais especificamente, mesoamericano.

A distribuição geográfica das populações ameríndias assumia paulatinamente um arranjo territorial específico, sobretudo se considerarmos as condições técnicas num momento em que o modo de vida ainda dependia estreitamente das disponibilidades silvestres da flora e da fauna, sem a segurança alimentar que a domesticação de plantas e animais permitiu às sociedades agrícolas da floresta. Deste modo, o arranjo territorial se desenhava centralmente em função das práticas necessárias à garantia das demandas vitais aos grupos sociais, fato que não se reduzia apenas às atividades de caça, pesca e coleta num espaço abstrato, mas em contraponto aos diferentes sistemas de paisagens e suas ofertas irregulares e diferenciais em termos de água, calor, alimentos, instrumentos, proteção, além das problemáticas derivadas do relacionamento entre os diferentes grupos que paulatinamente cresciam seus contingentes populacionais e expandiam seu povoamento sobre as diversas regiões do continente.

A miríade de relações metabólicas específicas eram atravessadas por determinações gerais de natureza geográfica. Quais determinações seriam essas a respeito do processo de territorialização das sociedades pré-agrícolas das Américas e sobre a especificidade de seu modo de vida? Um primeiro ponto a ser abordado, que compete não só às sociedades pré-agrícolas, está na condição demográfica e do regime metabólico a ela associado. Haveriam condições generalizadas que influenciariam a distribuição geográfica destas sociedades em conformidade à sua demografia? A grande ou a baixa concentração demográfica não seria um fenômeno social intimamente dependente das condições técnicas de produção e circulação?

> Para uma arte da subsistência dada, uma superfície dada só pode nutrir um número limitado de pessoas: também, para fazer face à expansão demográfica, a comunidade deve elaborar um processo de segmentação que lhe permita se dividir sem perder sua coesão, esta é uma das significações da organização gentílica. (TERRAY, 1979:59)

No âmbito mais propriamente objetivo, verifica-se, dedutivamente, uma relação positiva entre demografia, distribuição geográfica dos grupos sociais e o modo de vida caçador-coletor

itinerante. Como em qualquer sociedade, o aumento populacional das comunidades e grupos obriga inexoravelmente a ampliação do território necessário à satisfação de suas demandas ou um uso mais intensivo deste como solução temporária, caso o ritmo da apropriação social seja maior que a "capacidade de carga do ecossistema". Não seria muito especular, caso a tendência de crescimento demográfico se mantivesse dentro das mesmas condições técnicas de transporte e (re)produção, uma tensão que necessariamente se tornaria evidente em razão do crescente distanciamento entre as ofertas de alimentos e a sede comum e temporária da comunidade. Segundo esta abordagem positiva, há uma relação obrigatória definida entre a demografia da comunidade e escala das territorialidades respectivas à sua reprodução. Tratando-se de condições climáticas e biogeográficas variáveis entre as diferentes latitudes e regiões, estas práticas territoriais expressavam, como já mencionado, diferentes modos de atuação a partir das ofertas diferenciais de valores-de-uso. No entanto, mesmo considerando a versatilidade das práticas territoriais na América pré-agrícola (do nomadismo ao sedentarismo estratégico e sazonal), o axioma da disponibilidade dinâmica das ofertas por área (a "capacidade de carga") versus a magnitude da demanda local implicava como força centrífuga na formação de novos núcleos comunitários à medida que a demografia se tornava problemática. Esta tensão pode ser compreendida a partir de uma população concentrada geograficamente em uma zona, ela necessitará estabelecer laços metabólicos com tal lugar, que muitas vezes transcendem os limites mais cercanos. Logo, quando a demografia se intensifica e os recursos próximos são escassos para atender o conjunto total da comunidade, mais distantes serão os territórios incorporados ao metabolismo dessa mesma, ao ponto que a relação entre a fadiga e a distância condicione parcialmente a distribuição geográfica dos grupos sociais de modo mais rarefeito, diluindo, portanto, a pressão da demanda local por recursos em uma extensão muito mais ampla.

Mesmo que se possa contestar esse argumento sob a menção da mobilidade dinâmica dos grupos caçadores-coletores, pleiteando sua constante exploração por novas fronteiras de abundância, ainda assim o paradigma demográfico se impõe, pois quanto mais numeroso o grupo, mais célere é o ritmo de seu movimento nômade. Além disso, os sítios arqueológicos e suas teorias correspondentes não favorecem à tese de grandes concentrações demográficas anteriores à Revolução Agrícola (CHILDE, 1986). Os estudos arqueológicos comparados, ao contrário, defendem a ideia de que o nomadismo exercido por variados grupos era muitas vezes cíclico, obedecendo a sazonalidade e a oferta topologicamente diferenciada de recursos, como, por exemplo, o retorno sistemático às faixas de afloramento geológico das rochas utilizadas na fabricação dos projéteis de caça, muitas delas localizadas distantes de onde foram encontradas.

> Esses caçadores apreciavam matérias-primas de qualidade superior, como sílex, jasper, calcedônia e outras rochas de granulação fina, que permitiam um bom controle do

> lascamento. As grandes distâncias entre as fontes dessas matérias-primas e o local onde os artefatos eram abandonados mostra o quanto eles viajavam. Distâncias de 320 km são comuns e em certos casos chegaram a alcançar 480 km. (LIMA, 2006:07)

Logo, devemos considerar, neste movimento de povoamento e distribuição territorial dos grupos germinais, que a força da relação positiva entre demografia-técnica-território pode, com efeito, ter gerado coerções às tramas históricas das formações sociais ameríndias, sobretudo, no processo de *cisão* de comunidades ou grupos, repercutindo de modo mais geral na distribuição territorial das populações. Deste modo, a distância relativa entre os agrupamentos sociais não seria gratuita, pois respeitaria – para o bem da sobrevivência do grupo ou da comunidade – os condicionamentos derivados da relação ecológico-territorial da demografia.

> Novas tribos e novas *gentes* se formavam constantemente por via de crescimento natural, e o progresso era sensivelmente acelerado pela grande extensão do continente americano. O método era simples. Num primeiro tempo, migrações progressivas se produziam a partir de uma zona superpovoada e provida de meios de subsistência superiores. De ano para ano, uma população cada vez mais considerável se instalava a alguma distância do *habitat* inicial da tribo. À medida que o tempo passava, os interesses dos emigrantes se tornavam distintos, seus sentimentos se alteravam; as linguagens divergiam: secessão e independência se seguiam, se bem que os territórios fossem contíguos. Assim, uma nova tribo era criada. Isto é uma breve descrição da maneira pela qual as tribos dos aborígenes da América do Norte se formaram, mas tem um alcance geral. Repetindo-se de idade em idade sobre as terras ocupadas assim como sobre terras virgens, este processo deve ser visto como um resultado natural e inelutável, ao mesmo tempo da organização gentílica e das necessidades ligadas ao estado social em que se encontravam estas populações. (MORGAN, 1963:105)

Os registros históricos, arqueológicos e etnológicos dão amplo respaldo à tese de que a concentração populacional em amplos contingentes só se fez possível a partir do momento que a domesticação de plantas e de animais adquiriu uma estabilidade técnica capaz de gerar maior quantidade de alimentos por área com certa regularidade. Contudo, mesmo com a ampliação da quantidade de alimentos por área via agricultura, isto por si só não explicaria o adensamento populacional e o fato urbano. As comprovações etnográficas e as crônicas coloniais demonstram em abundância que o desenvolvimento da agricultura em vastas regiões das Américas não redundou necessariamente em adensamento populacional. O antropólogo Pierre Clastres é enfático ao afirmar que a agricultura em 1500 era um fato presente em todas as áreas do continente americano onde era ecologicamente viável:

> O que era a América do Sul em 1500? […]. A maior parte do continente era ocupada por sociedades de agricultores sedentários que cultivavam grande variedade de plantas, as quais não serão enumeradas aqui. Pode-se mesmo axiomatizar esse dado fundamental afirmando que *a agricultura estava presente em todo lugar onde era ecologicamente possível*. Ora, essa determinação do espaço cultivável possível engloba o imenso sistema Orinoco-Amazonas-Paraná-Paraguai e inclusive o Chaco; só está excluída dessa área a região dos pampas que se estende da Terra do Fogo ao paralelo 32, aproximadamente, território de caça e coleta das tribos tehuelche e puelche. (CLASTRES, 2012:103)

Além disso, este autor oferece evidências mais "contemporâneas" sobre a distribuição geográfica das populações ameríndias na bacia amazônica e na costa atlântica, que se diferenciavam das sociedades estratificadas e de alta densidade populacional, como os incas, os maias, os astecas e os olmecas:

> Felizmente encontramos nos cronistas informações que nos fazem progredir; e, particularmente, uma indicação muito preciosa de Staden. Este, durante os nove meses em que esteve prisioneiro dos Tupinambá, levado de grupo em grupo, teve todo o tempo de observar a vida de seus senhores. Ele anota que as aldeias distavam, em geral, de 9 a 12 km umas das outras, o que daria cerca de 150 km2 de espaço por grupo local. (CLASTRES, 2012:110)
>
> Sabemos que é preciso aproximadamente meio hectare para uma família de quatro a cinco pessoas. Este número está perfeitamente estabelecido pelas medidas muitos precisas de Jacques Lizot entre os Yanomami: ele descobriu entre estes (pelo menos para os grupos onde efetuou as medidas) uma média de 1.070 m2 cultivados por pessoa. (CLATRES, 2012:112)

Embora tais registros apontem para um período histórico bem mais recente, sua validade está em demonstrar que havia certo equilíbrio entre a demografia e a distância relativa entre as comunidades, mesmo com o predomínio da agricultura na maior parte delas. Ou seja, tal como na afirmação de Emmanuel Terray, a cada arte de subsistência dada, há uma margem demográfica capaz de ser alimentada e mantida por certa quantidade de área (variável por sua geografia específica). E, como já dito, se a capacidade produtiva do território de um povo é insuficiente diante do seu crescimento demográfico, inexoravelmente novos territórios terão de ser incorporados a fim de manter tal contingente demográfico. Seja pela divisão deste contingente e seu espraiamento geográfico, seja pela constituição de relações de dominação sobre outros povos através da cobrança de tributos, que em geral eram pagos sob a forma de alimentos e outros. Todavia, tais opções são relativas a formações histórico-geográficas distintas e cabe aqui esclarecê-las.

É possível identificar uma primeira fase de territorialização e povoamento por sociedades de caçadores-coletores nômades. Ela é essencialmente definida pela amplitude de fronteiras livres à expansão demográfica destes grupos, uma condição objetiva única e que jamais seria a mesma à reprodução social destas sociedades. Neste prelúdio, os grupos se estenderam por todo continente americano, sem, todavia, estabelecer uma densidade demográfica expressiva, distribuindo-se geograficamente de modo rarefeito. Por sua vez, isto permitiu que a reprodução destes grupos sociais se desenvolvesse sem grandes embates ou disputas territoriais, favorecendo processos de cisão e dispersão dos mesmos. Este movimento, por seu turno, acabou alterando as condições objetivas através das quais ele próprio se efetivava. Pois conforme as sociedades se reproduziam territorialmente e ampliavam seus contingentes, novos vínculos e relações eram criados, constituindo uma trama de comunicação e contato entre diferentes povos e suas experiências e saberes territorialmente desenvolvidos. Não é demasiado supor que dada a ampla mobilidade

territorial dos grupos nômades e a vastidão temporal de formação destas sociedades pré-agrícolas das Américas (no interlúdio de 100.000 a 10.000 A.P.), o encontro entre fluxos de migração deveriam ser comuns, conforme o crescimento populacional se fazia em várias regiões do continente. Logo, seria uma opção demasiadamente simplificadora pensar que a relação entre tais grupos estrangeiros necessariamente era atravessada por violência, guerra ou domínio. É importante dar vazão a outras possibilidades que os próprios registros arqueológicos demonstram pela difusão dos artefatos, das técnicas e das expressões estéticas, que se realizaram inicialmente em regiões específicas e posteriormente se irradiaram mediante o intercâmbio cultural, a mobilidade e a capilaridade dos contatos inter-comunitários em escalas continentais.

Neste sentido, a difusão poderia ser realizada ambivalentemente, isto é, tanto por processos de cisão – que dispersavam os "excedentes" demográficos por novas fronteiras, carregando com eles a herança étnico-cultural de seu povo de origem –, como também por processos mais amplos resultantes do povoamento e do crescimento demográfico em algumas regiões efetuando uma "integração descentrada" através da capilaridade dos contatos entre distintos povos, permitindo, como mais tarde se verificou, a própria difusão da agricultura nas Américas por três grandes centros de irradiação: o milho na Mesoamérica, a mandioca nas zonas de transição entre a Amazônia e o Cerrado e a batata nos Andes peruanos.

A segunda fase de territorialização pode ser identificada pelo encerramento da abundância de novas fronteiras à expansão demográfica. Tal condição objetivamente estrutural ao regime metabólico das diversas sociedades de caçadores-coletores nômades obrigou uma reorientação social drástica a partir do momento que o processo de cisão via crescimento demográfico não mais era facilmente realizável, criando implicações às políticas interna e externa das sociedades indígenas, demandando destas o desenvolvimento de diferentes modos de resolução conforme as opções se desenhavam no horizonte de suas condições de existência. Mesmo com todas as regulações sociais e técnicas contraceptivas, a demografia tendia a se afirmar no longo prazo como um movimento geral dos diversos grupos e sociedades indígenas que habitavam a América desde os tempos mais remotos. A existência de oscilações e regressões transitórias neste processo, se observadas por uma escala histórico-geográfica mais ampla de apreensão do fenômeno, veremos que elas representam somente flutuações ocasionais dentro uma tendência continental e milenar de progressão demográfica. Deste modo, a causalidade da expansão populacional combinada ao encerramento de fronteiras livres na gênese de relações de disputa territorial, guerra, dominação e estratificação interna às sociedades ameríndias tem sido objeto de polêmica e muito debate dentro da literatura etnológica, geográfica, arqueológica e histórica.

Possíveis respostas que justifiquem o aparecimento de relações de dominação em sociedades ameríndias politica e economicamente igualitárias foi abordada por Pierre Clastres, em seu livro "*A*

sociedade contra o Estado", em 1974. Nele, o autor desenvolve diversos temas, como, a demografia, o Estado, o poder e a política nas sociedades indígenas da América do Sul, trazendo relevantes debates que enriquecem a compreensão antropogeográfica sobre tais sociedades. Uma das principais teses do livro está na crítica à noção evolucionista que classifica, implicitamente, as sociedades em duas categorias: sociedades primitivas ou "sociedades sem Estado" e sociedades civilizadas ou "sociedades com Estado". Esta divisão tipológica que rememora a dicotomia etnocêntrica entre selvagens e civilizados é confrontada por Clastres (2012:211):

> Inacabamento, incompletude, falta: não é absolutamente desse lado que se revela a natureza das sociedades primitivas. Ela impõe-se bem mais como positividade, como domínio do meio ambiente natural e do projeto social, como vontade livre de não deixar escapar para fora de seu ser nada que possa alterá-lo, corrompê-lo e dissolvê-lo. É a isso que nos devemos prender com firmeza: as sociedades primitivas não são embriões retardatários das sociedades ulteriores, dos corpos sociais de decolagem "normal" interrompida por alguma estranha doença; elas não se encontram no ponto de partida de uma lógica histórica que conduz diretamente ao termo inscrito de antemão, mas conhecido apenas *a posteriori*, o nosso próprio sistema social.

Nesta obra de antropologia política, Pierre Clastres demonstra portanto que a tendência à baixa formação demográfica entre os grupos sociais estava vinculada a uma constante busca pela manutenção de relações igualitárias e livres dentro da socialização interna às comunidades. Mesmo que em estatuto preliminar, o autor estabelece uma teoria da *cisão* dos grupos sociais ameríndios fundada por um constante movimento de manutenção das condições de trabalho livre e não alienado. Segundo Clastres, as comunidades e aldeias igualitárias das Américas tendiam, por princípio de sua sociabilidade interna, controlar as condições que lhes permitiam viver alijados a qualquer forma de assujeitamento ou dominação. Os diversos mecanismos de contra-peso político correspondentes à reprodução da comunidade impediam a tradução do poder da palavra e da conciliação de conflitos concedida ao chefe na usurpação à benefício próprio; por diversos exemplos etnográficos, o autor demonstra como que a autoridade de chefia era controlada pelo conjunto da comunidade. Quando o exercício de autoridade ultrapassava os limites convencionados coletivamente, em geral, dois fatos poderiam ser desencadeados: ou a substituição do cargo de chefia e a harmonização entres as partes, ou, o recrudescimento deste desencontro político a ponto de culminar na deserção de uma parcela do grupo, se encaminhando para novos territórios disponíveis. No entanto, não necessariamente a definição da cisão da comunidade se traduz de modo litigioso, como na citação anteriormente mencionada de Lewis Morgan, tal processo pode ter sido em sua maioria acordado dentro da política comunal. A comunidade cindia-se geograficamente, mas não obrigatoriamente em seus vínculos sociais, em seu intercâmbio produtivo, em suas afinidades e laços de parentesco.

O interessante da análise de Clastres é seu rechaço à compreensão causal do materialismo no

devir histórico ameríndio, argumentando que as relações políticas teriam primazia na emergência da divisão de classes entre explorados e exploradores, base para seu argumento principal, a saber, de que não foi o Estado que emergiu como instrumento de dominação de uma classe de proprietários, mas foi esta última que emergiu a partir de relações políticas de comando e chefia. Todavia, incorre em uma explicação tipicamente materialista para equacionar a própria contradição criada em sua tese, pois, se as "sociedades primitivas" são expressões imanentes de uma eterna busca por sua auto-determinação,

> A propriedade essencial (quer dizer, que toca a essência) da sociedade primitiva é exercer um poder absoluto e completo sobre tudo que a compõe, é interditar a autonomia de qualquer um dos subconjuntos que a constituem, é manter todos os movimentos internos, conscientes ou inconscientes, que alimentam a vida social, nos limites e na direção desejados pela sociedade. A tribo manifesta entre outras (e pela violência se for necessário) sua vontade de preservar essa ordem social primitiva, interditando a emergência de um poder politico individual, central e separado. (CLASTRES, 2012:224-225)

Portanto, como seria possível explicar o afloramento e a consolidação de relações de dominação e exploração no interior de sociedades indígenas que operam sob a imanência de um princípio oposto?

> É então necessário perguntar por que se produz, no seio de uma sociedade primitiva, isto é, de uma sociedade não-dividida, a nova divisão dos homens em dominantes e dominados. Qual é o motor dessa transformação maior que culminaria na instalação do Estado? Sua emergência sancionaria a legitimidade de uma propriedade privada previamente surgida, e o Estado seria o representante e o protetor dos proprietários. Muito bem. Mas por que se teria o surgimento da propriedade privada num tipo de sociedade que ignora, por recusá-la, a propriedade? (CLASTRES, 2012:217)

Esta interrogação de Clastres, que ataca uma compreensão materialista vulgar da emergência do Estado, não só hipostasia este como categoria transhistórica, já que se utiliza para referenciar qualquer regime social hierarquizado e logo transportando-o à análise do devir das sociedades ameríndias, mas também, ironicamente, acaba reencontrando no materialismo que tanto desqualifica a resposta para o enigma que ele mesmo constrói:

> Há contudo um campo que, parece, escapa ao menos em parte, ao controle da sociedade ["primitiva"]; é um "fluxo" ao qual ela só parece poder impor uma "codificação" imperfeita: trata-se do domínio demográfico, domínio regido por regras culturais, mas também por leis naturais, espaço de desdobramento de uma vida enraizada tanto no social quanto no biológico, lugar de uma "máquina" que funciona talvez segundo uma mecânica própria e que estaria, em seguida, fora de alcance da empresa social.
> Sem sonhar em substituir um determinismo econômico [que o autor rechaça] por um determinismo demográfico, em inscrever nas causas – o crescimento demográfico – a necessidade dos efeitos – transformação da organização social –, é entretanto necessário constatar, sobretudo, na América, o peso sociológico do número da população, a capacidade que possui o aumento das densidades de abalar – não dissemos destruir – a sociedade primitiva. Com efeito é bastante provável que uma condição fundamental da existência da

> sociedade primitiva consista numa fraqueza relativa de seu porte demográfico. As coisas só podem funcionar segundo o modelo primitivo [igualitário e sem hierarquia] se a população é pouco numerosa. Ou, em outros termos, para que uma sociedade seja primitiva, é necessário que ela seja pequena em número. E de fato, o que se constata no mundo dos selvagens é um extraordinário esfacelamento das "nações", tribos, sociedades em grupos locais que tratam cuidadosamente de conservar sua autonomia no seio do conjunto do qual fazem parte, com o risco de conluir alianças provisórias com seus vizinhos "compatriotas", se as circunstâncias – guerreiras em particular – o exigem. Essa atomização do universo tribal é certamente um meio eficaz de impedir a constituição de conjuntos sociopolíticos que integram os grupos locais, e, mais além um meio de proibir a emergência do Estado que, em sua essência é unificador. (CLASTRES, 2012:226)
>
> Mas parece haver um fluxo que na sociedade primitiva às vezes sai do controle, é o fluxo demográfico. Diz-se com frequência que as sociedades primitivas sabiam controlar sua demografia; às vezes isso é verdade, outras vezes não. (…) **Mas teria havido um problema se, por exemplo, sendo obrigados a ter uma expansão territorial, eles tivessem encontrado adversários decididos e determinados a proteger o território que eles queriam ocupar. O que teria acontecido? Quando há abertura demográfica e fechamento territorial, surgem problemas. Então, há talvez uma coisa que escape à sociedade primitiva, a demografia**. (CLASTRES, 2012:253, *grifo meu*)

Observa-se nestas passagens que o autor contraria seus próprios fundamentos teóricos anteriormente argumentados ao afirmar com certa parcimônia que a emergência de sociedades estratificadas nas Américas teria sua raiz na intensificação do crescimento demográfico e, simultaneamente, no encerramento de fronteiras livres. Deste modo o autor mantém conservada a tese de que as relações de dominação jamais poderiam ser resultado das condições imanentes da sociabilidade "primitiva", transferindo o aspecto causal a forças ou a condições que independem da capacidade auto-determinativa das sociedades indígenas igualitárias. Mas, ao fazer isso, contravenciona sua afirmativa de que as condições objetivas (geográficas, econômicas e demográficas) não apresentariam valor explicativo para a compreensão das relações políticas nas sociedades "primitivas". Neste sentido, conclui-se justamente o inverso, ou seja, é na formação de condições materiais efetivas, ordenadas cumulativamente em *geografias*, que se observa o movimento de um quadro estrutural mais amplo de possibilidades e limitações à transformação social. Marx é bem claro ao defender o papel da demografia na composição geral das condições de reprodução das comunidades tribais:

> Estas diversas formas de relacionamento dos membros da comunidade tribal com a terra tribal, isto é, com a terra sobre a qual a comunidade está estabelecida, dependem, em parte, do caráter natural[3] (*Naturanlagen*) da tribo e, em parte, das condições econômicas em que a mesma exerce, de fato, a propriedade da terra, isto é, apropria-se de seus frutos por meio do trabalho. E isto, por sua vez, dependerá do clima, das características físicas do solo, do

[3] "A *atitude* em relação à terra, à terra como propriedade do indivíduo que trabalha, significa que o homem mostrava-se, desde o princípio, como algo mais do que a abstração do "indívduo que trabalha", tendo um *modo objetivo de existência* na propriedade da terra, que *antecede* sua atividade e não surge como simples consequência dela, sendo tanto uma pré-condição de sua atividade, como é sua própria pele, e todos os órgãos dos sentidos são, também, desenvolvidos, reproduzidos etc., no processo da vida, quanto pressupostos deste processo de reprodução. A mediação imediata desta atitude é a existência do indivíduo – mais ou menos naturalmente evoluída, mais ou menos historicamente desenvolvida e modificada – como *membro de uma comunidade*; isto é, sua existência natural como parte de uma tribo etc." (MARX, 1981:77-78)

> condicionamento físico de sua utilização, do relacionamento com tribos hostis ou vizinhas, e das modificações introduzidas pelas migrações, acontecimentos históricos etc. Para a comunidade continuar sendo como antigamente, será necessária a reprodução de seus membros sob condições objetivas já pressupostas. A produção em si, o crescimento da população (também se enquadra sob o título de produção), com o tempo eliminarão, necessariamente, estas condições, destruindo-as em vez de reproduzi-las, etc., e quando isto ocorrer a comunidade entrará em decadência e morrerá, juntamente com as relações de propriedade sobre as quais se baseava. (MARX, 1981:78-79)

Logo, a demografia participa enquanto um fato geográfico da maior importância na definição das condições objetivas que reposicionam a atividade social em outras condições de reprodução. Por conseguinte, as relações gentílicas eram possíveis desde que seus pressupostos objetivos se conservassem mais ou menos os mesmos. No entanto, uma questão é provocada: como é possível explicar a simultaneidade da existência de sociedades ameríndias igualitárias e de sociedades hierarquizadas como "impérios" ou "cidades-estados" que estabeleciam relações imperialistas com outros povos mediante a cobrança de tributos ou a escravização e sacrifício de prisioneiros de guerra? A resposta a tal indagação não é simples a ponto de ser deduzida pelo movimento de forças inelutáveis e necessárias do devir social, todavia, algum aprofundamento nomotético é passível de ser continuado através dos raciocínios até então apresentados. Vemos que as argumentações de Clastres contribuem parcialmente à resposta, no sentido de construir um entendimento possível à manutenção de tais sociedades, ou seja, através da contínua diáspora de pequenos grupos sociais em busca da conservação de seu modo de vida autóctone, fato que se reproduz até hoje na relação entre a expansão da fronteira agrícola na Amazônia e os povos indígenas isolados. Todavia, ao considerarmos seu ponto de vista, necessariamente se deduz que nas sociedades indígenas da bacia amazônica, e do Brasil em geral, a hierarquização não se consolidou da mesma maneira que nos Andes ou na Mesoamérica, ou porque o ritmo do crescimento demográfico não atingiu uma magnitude capaz de pressionar o choque das fronteiras territoriais a um ponto reestruturante, ou porque, quando este choque ocorria, a guerra representava a eliminação dos povos inimigos e a tomada de seus territórios, ou, por fim, que a prática expansionista não adquiria desenvoltura em grande escala devido ao controle inter-comunitário que poderia ser criado para frear a emergência de algum hegemônico regional.

Todavia, o próprio autor já indicava e reconhecia, a partir das crônicas portuguesas e espanholas do século XVI, que a sociedade dos Tupinambá (uma das mais bem documentadas no período colonial), na costa atlântica tropical, já apresentava uma estrutura com certo nível de estratificação social, com aldeias de grande porte demográfico e chefes apresentando autoridade e poder. Além disso, as aptidões e habilidades guerreiras desse povo já eram expediente bem desenvolvido muito antes da chegada dos europeus, o que por sua vez acabou sendo utilizada por estes últimos em alianças contra inimigos comuns:

> Unanimemente, com efeito, os cronistas ficaram impressionados, às vezes horrorizados, com o gosto fanático desses índios pela guerra. Franceses e portugueses, em competição armada para assegurar domínio do litoral brasileiro, souberam explorar essa belicosidade indígena fazendo aliança com tribos inimigas entre si. Staden, por exemplo, ou Anchieta, falam, como testemunhas oculares, de frotas de guerra tupinambá compostas por até duzentas pirogas [embarcações indígenas], cada uma transportando de vinte a trinta homens. As expedições guerreiras podiam envolver apenas algumas centenas de combatentes. Mas outras, que duravam várias semanas e até vários meses, movimentavam até 12 mil guerreiros, sem contar as mulheres, encarregadas da "logística" (transporte da "farinha de guerra" destinada a alimentar a tropa). Léry conta como participou de um combate, sobre as praias do Rio, que durou meio dia: ele estima em 5 ou 6 mil o número de combatentes *de cada facção*. (CLASTRES, 2012:106)

Soma-se a este fato, os novos dados arqueológicos, linguísticos e genéticos vinculados às *terras antropogênicas*, também conhecidas como "terra preta de índio", que são áreas de várzea na Amazônia central que apresentam o horizonte pedológico (A) transformado milenarmente por atividades dos grupos que ali viviam (KAMPF ET AL, 2003); os solos apresentam altas taxas de matéria orgânica em sua composição, além do alto teor de fósforo, cálcio, magnésio, zinco e manganês, o que comprova uma formação completamente distinta das características pedológicas gerais da região em que se encontram. Isso significa que o solo destas áreas foi sistematicamente enriquecido com altas quantidades de matéria orgânica vegetal e animal, entretanto, não se sabe até hoje se esta prática era dirigida visando benefícios agrícolas ou era apenas uma forma de descarte e gestão dos resíduos, pois também são encontradas cerâmicas e demais artefatos arqueológicos nas terras pretas que datam de mais de 5.000 anos antes do presente (NEVES, 2006). Segundo o estudo de Márcia Arcuri (2007) sobre as formas de organização política na América pré-colombiana, a análise feita por diversos arqueólogos sobre a arte estética das cerâmicas encontradas demonstram que:

> (...) as terras pretas são evidência de uma ocupação intensiva de considerável área do território amazônico em tempos pré-colombianos por sociedades que não figuravam no cenário à época da chegada dos europeus. Ademais, a iconografia da cerâmica encontrada nesses sítios apresenta-se como inegável testemunho da hierarquização e complexidade do universo ritual que caracterizou a vida das sociedades amazônicas antepassadas, como bem demonstraram as arqueólogas Denise Schaan e Denise Gomes, nos trabalhos publicados nos últimos anos. (ARCURI, 2007:315)

Logo, o que se observa diante de vários dados e pesquisas consultados mais recentemente em diversos campos do saber é o fato do continente americano, em quase toda a sua extensão, já ser abundantemente povoado antes mesmo da invasão europeia, o que necessariamente se desdobrava em uma geografia política entre os povos ameríndios atravessada por uma multitude de relações, das quais muitas só podemos imaginar suas possibilidades diante da insuficiência de dados e informações; no entanto, a objetividade mais estável que podemos encontrar é a tensão política forjada pela expansão territorial das diferentes sociedades em função de seu crescimento

demográfico. Mesmo que outras sociabilidades entre os povos tenham ocorrido a nivel supra-aldeano de modo amistoso, como o escambo, o comércio, as práticas religiosas, a exogamia local, os jogos e as celebrações, a força objetiva que a necessidade de expansão territorial impunha às relações políticas entre as comunidades resultava, muitas vezes, em guerras e desterritorializações.

É importante compreender que este processo possui uma cadência temporal de largo espectro, e se evidencia somente após muitas gerações e sob condições territoriais específicas, o que representa em termos geográficos um afloramento regionalmente desigual destas tensões demográficas. Esta seria, portanto, uma hipótese possível à explicação do aparecimento e da manifestação de regimes "imperiais" contemporâneos aos regimes igualitários, e manter a coerência e a validade teórica dos referenciais nomotéticos apresentados.

No entanto, o exercício da guerra e da disputa territorial como marcos genéticos dessa segunda fase de territorialização não necessariamente caracterizam as sociedades expansionistas – como os incas, os maias ou os astecas – pois a disputa entre sociedades mobilizada com a finalidade da apropriação territorial pelo uso e pelo trabalho é essencialmente diferente da dominação territorial indiretamente exercida mediante a tributação paga na forma de produtos, e é sob esta última forma que as sociedades expansionistas mesoamericanas se caracterizavam. A emergência da cobrança de tributos no seio das relações bélicas entre as sociedades ameríndias só poderia existir posteriormente à agricultura e ao sedentarismo; pois seria impensável a tributação de sociedades nômades, a não ser por aquelas que posicionavam-se estrategicamente em geografias específicas que serviam de conexão e passagem entre grandes regiões (como o Istmo de Tehuantepec), no entanto, esta possibilidade apresenta um alto teor de excepcionalidade para servir como paradigma explicativo ao fenômeno em tela.

A tributação transformava de certa maneira o sentido e a própria dinâmica de guerra, pois a intenção praticada pelas elites de "impérios" ameríndios através do militarismo era muito mais a de exercer um poder de coerção com o fim de subjugar a força de trabalho dos territórios sob seu domínio, do que somente se apropriar das condições materiais que neles existiam. Nesse sentido, a cobrança de tributos evitava em certa medida a morte e o sacrifício dos sobreviventes de guerra, e integrava um conjunto de forças sociais de produção mais amplo que favorecia o desenvolvimento da divisão social do trabalho e sua estratificação correspondente nos centros urbanos. As "classes" de especialistas e artesãos urbanos podiam desenvolver-se mais concentradamente a partir do momento que o trabalho das classes subalternas e dos povos estrangeiros geravam excedentes alimentícios e de outros gêneros transferidos aos centros urbanos.

No entanto, antes de investigarmos o regime metabólico das sociedades mesoamericanas em sua configuração sócio-política estratificada e parcialmente urbana, faz-se necessário apresentar a emergência de uma atividade fundadora e revolucionária, que está geneticamente vinculada à base

da formação social mesoamericana, a saber, a agricultura. A paulatina domesticação de espécies vegetais e animais, cujos registros mais antigos giram em torno de 10.000 a 7.500 anos antes do presente na Mesoamérica (BATALLA, 1990), demarca a formação inicial da terceira fase de territorialização das sociedades ameríndias, caracterizada pelo assentamento da reprodução social mediante um modo de vida gradativamente mais envolto às atividades agrícolas. Sem dúvida, de todos os aspectos, aquele mais marcante e transversal às sociedades mesoamericanas e o que representa seu legado mais surpreendente e original é a criação do milho. Utilizamos o verbo *criar*, pois o milho jamais existiu enquanto espécie antes da intervenção humana, isto é, sua feição contemporânea corresponde a uma espécie que não existia em forma silvestre; seu ancestral, o teosinto, foi domesticado e transformado:

> El cultivo de maíz constituye el logro fundamental y queda ligado de manera indisoluble a la civilización mesoamericana. Su domesticación produjo el máximo cambio morfológico ocurrido en cualquier planta cultivada; su adapatación permitió su cultivo en una gama de climas y altitudes que es la más amplia en comparación con todas las demás plantas cultivadas de importancia. Debe recordarse que el maíz sólo sobrevive por la intervención del hombre, ya que la mazorca no dispone de ningún mecanismo para dispersar las semillas de manera natural: es, de hecho, una criatura del hombre. Del hombre mesoamericano. Y éste, a su vez, és el hombre de maíz, como lo relata poéticamente el *Pop Wuj,* "Libro de los Acontecimientos" de los mayas kichés. (BATALLA, 1990:25)

O cultivo e o uso do milho está visceralmente articulado ao modo de vida das sociedades mesoamericanas, se estabelecendo como o principal alimento de suas dietas e aquele que mais variadas formas de uso e preparo apresenta na culinária regional: tortillas, tamales, pozol, cerveja, vinho, farinha, entre muitas outras. A origem de sua domesticação já foi objeto de polêmica, mas atualmente muitas investigações paleontológicas confirmam sua gênese derivada de experiências no altiplano do atual México, mais especialmente na região de Rio Balsas:

> Some of the oldest bio-archaeological evidence comes from the Rio Balsas region southwest of Mexico City, where maize appears to have been cultivated soon after 9 Kabp [9000 anos A.P.] (Piperno et al., 2009). The fact that these remains were found in the proposed homeland of teosinte further supports the idea that this region was a probable locus of maize domestication. (ROBERTS, 2014:187)

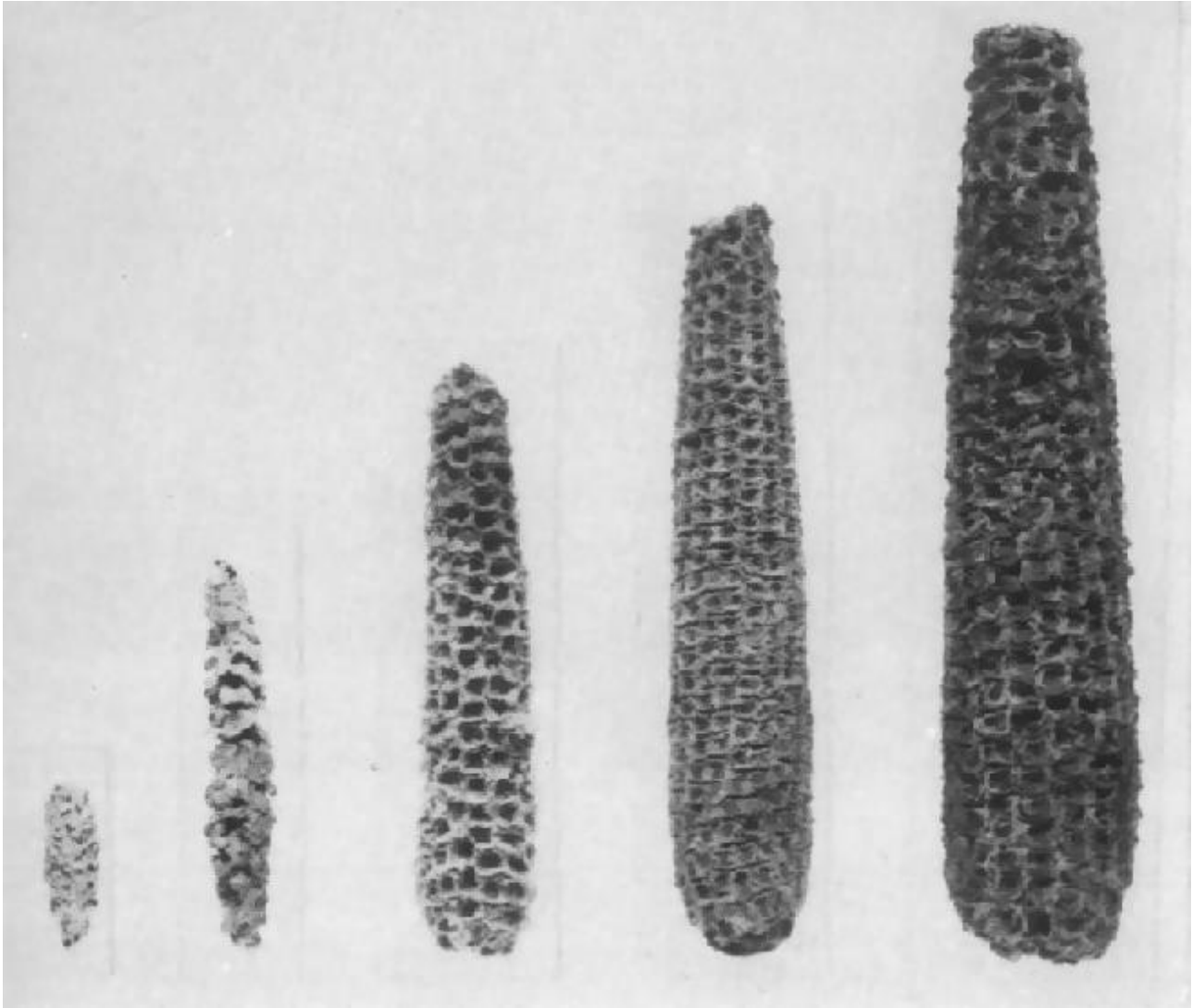


Figura 3*:* Evolução das espigas de milho domesticadas (extraídas por explorações arqueológicas em Tehuacán, México). A menor e mais antiga data de 7.500 anos atrás, e mesmo assim é bem mais robusta que seu antecessor selvagem (o teosinto), enquanto a espiga mais à direita refere-se a 500 anos atrás, similar à espiga atual.
Fonte: (ROBERTS, 2014:188).

Da região de Rio Balsas, segundo Cecil Brown (2010), o cultivo do milho espraiou-se por todo o altiplano centro-americano, se difundindo, posteriormente, pelas planícies costeiras tropicais da Península de Yucatán e pela costa do Pacífico. González (2014:50), por sua vez, afirma que o cultivo do milho difundiu-se até o Panamá, com registros de 7.600 anos antes do presente, avançando meridionalmente por Colômbia, Equador e, finalmente, Uruguai.

Este desabrochar das práticas e técnicas de manipulação e controle sobre a reprodução de plantas e animais distribui-se geograficamente nos termos em que os contatos, as trocas e as sociabilidades inter-comunitárias se realizavam. A emergência difusa e simultânea da domesticação do milho é uma tese válida apenas para a região onde o teosinto era naturalmente encontrado, isto é, até o norte do Panamá, pois os registros arqueológicos na América do Sul corroboram para a tese de que o milho já aparece nesta região em sua forma desenvolvida. E estudos mais atuais confirmam

sua originalidade no altiplano mexicano antes de sua irradiação às terras baixas do Golfo do México. De qualquer modo, a domesticação inicial do milho tem sua importância não só como fato em si – da criação do cereal básico da sustança mesoamericana – mas, sobretudo, pelo fator desencadeador que ele representa em termos da difusão e da afirmação do método agrícola na América. Este patrimônio prático-conceitual, assentado no êxito de seus primeiros elaboradores, poderia então ser projetado a outras espécies e domínios biogeográficos. Este tímido processo gradualmente expandia o leque dietético das sociedades mesoamericanas, como observado na figura a seguir do estudo de Cecil Brown, "Development of Agriculture in Prehistoric Mesomerica" (2010). Observa-se pelo gráfico que o grande salto na diversidade de cultivares se dá entre 3.500 A.P. a 2.500 A.P., exatamente o momento da emergência de circuitos regionais de comércio e o aparecimento de sociedades estratificadas e de maior expressão demográfica:

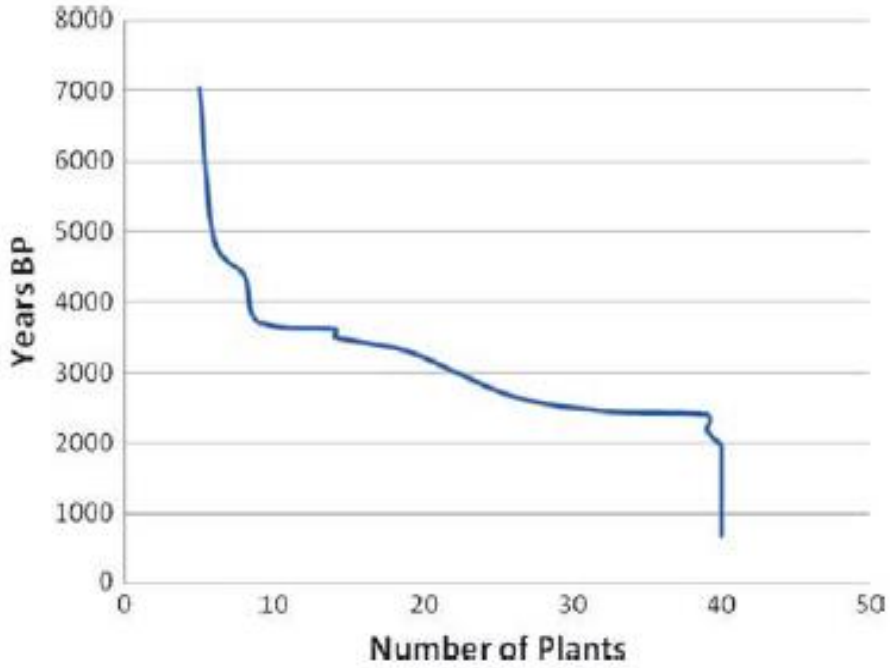


Figura 4 – Plantas cultivadas ao longo da formação das sociedades mesoamericanas. Fonte: Brown (2010:90).

A desenvoltura do fenômeno agrícola na Mesoamérica conduziu à produção de artefatos co-evolutivos que figuram entre as maiores heranças ancestrais já deixadas pela e para a humanidade: o cacau, variedades de pimentas, variedades de tabacos, o tomate, variedades de feijão, o abacate, a baunilha, o amaranto, a chia, o algodão de fibra longa, entre outros. Este variado acervo de plantas domesticadas gradualmente aumentava sua participação na dieta total dos grupos sociais a medida que o intercâmbio de excedentes permitiam a circulação de bens regionalmente específicos à toda

Mesoamérica. A agricultura, portanto, é mais um dos aspectos – sem dúvida, revolucionário – que emanavam do desenvolvimento social mesoamericano, reestruturando o gênero de vida através do qual se afirmava e se constituía seu gênero humano. A modificação das territorialidades comunitárias, de uma feição nômade-transitória para um progressivo enraizamento territorial sedentário, se consolida à medida que o cultivo do milho assume gradativamente uma importância central no regime metabólico comunal.

É interessante notar que há certa sincronia entre o câmbio climático do Pleistoceno para o Holoceno (em torno de 10.000 A.P.) e a emergência da agricultura em várias regiões do mundo de forma independente. Segundo o exposto no volumoso livro de Marcel Mazoyer e Laurence Roudart sobre a "História das Agriculturas no Mundo" (2010), a agricultura teria emergido a partir de quatro "centros irradiantes" difusores da domesticação:

> – *o centro do oriente-próximo*, que se constituiu na Síria-Palestina, e talvez mais amplamente no conjunto do Crescente fértil, entre 10.000 e 9.000 anos antes do presente;
> – *o centro centro-americano*, que se estabeleceu no sul do México entre 9.000 e 4.000 anos antes da presente Era;
> – *o centro chinês*, que se construiu, em princípio, há 8.500 anos, no norte da China, nos terraços de solos siltosos (*loess*) do médio rio Amarelo, e depois completou-se estendendo-se para nordeste e sudeste, entre 8.000 e 6.000 anos antes da presente Era;
> – *o centro neo-guineense*, que provavelmente teria emergido no coração da Papuásia-Nova Guiné há 10.000 anos antes da presente Era.
> Dois outros centros de origem, pouco ou nada irradiantes, teriam se formado igualmente na mesma época. São eles:
> – o *centro sul-americano*, que deve ter se desenvolvido nos Andes peruanos ou equatorianos há mais de 6.000 anos antes da presente Era.
> – o *centro norte-americano*, que se instalou na bacia do médio Mississipi entre 4.000 e 1.800 anos antes da presente Era. (MAZOYER & ROUDART, 2010:101)

Dentro do acervo de informações e conhecimentos disponíveis, sabe-se que outros centros podem ter se desenvolvido de forma independente na domesticação de plantas ou animais, em especial, o centro sul-americano no que concerne à domesticação da mandioca. No caso, sua origem ainda é incerta e objeto de diferentes teorias e controvérsias; ou estaria entre as bordas ao sul da bacia amazônica (SCHAAL & OLSEN, 1999), ou no nordeste brasileiro (VAVILOV, 1951), ou em áreas litorâneas da costa atlântica, ou, por fim, na Venezuela, sendo esta última elaborada por Carl Sauer, em seu livro "Agricultural Origins and Dispersals" (1952). De qualquer modo, vale destacar que os estudos sobre a origem da domesticação da *Manihot esculenta crantz* (mandioca) tem paulatinamente encontrado registros mais antigos, não podendo ser descartada ou refutada a possibilidade de sua concomitante domesticação com o milho na Mesoamérica, inclusive pelo contraste evocativo entre uma cultura dietética que se estende da Mesoamérica ao Chile identificada centralmente pelo milho, com diferentes graus, e a majoritária ausência desta cultura dietética nas sociedades indígenas da bacia amazônica, do planalto central brasileiro e da costa atlântica, onde a

pesca, a caça e a mandioca são milenarmente a base de sua alimentação.

A Revolução Agrícola que se realizava e se difundia no continente americano, como já enfatizado, transformava radicalmente o modo de vida daqueles grupos acostumados a uma constante dinâmica transitória. Isto não quer dizer que as práticas de caça que muitas vezes duravam caminhadas de dias deixassem de ocorrer, ou mesmo viagens em busca de determinados insumos ou recursos que se localizavam fora do território de domínio, entretanto, o assentamento do modo de vida enraizado em um território de pertencimento coletivo é fundador e constitutivo de um complexo de novas relações e formas de existência que revolucionam o entendimento do gênero humano sobre si e sobre o mundo.

O comportamento dos astros, por exemplo, já era estudado e utilizado por tribos de caçadores a fim de se localizarem geograficamente por uma escala mais ampla que o próprio horizonte de percepção permitia. A partir do enraizamento e sedentarismo foi criada a possibilidade da cognição ser efetuada mediante a estabilidade territorial da observação diante do fluxo de mudanças de ordem temporal mais ampla. Ou seja, o enraizamento local permitia o aprofundamento da observação sobre os processos astronômicos e lunares e a construção de correspondências cíclicas com os períodos agrícolas e as estações do ano a partir de um centro espacial de referência: o núcleo comunitário. Neste sentido, a estabilidade espaço-temporal da observação local fazia com que os grupos sociais transcorressem períodos extensos em uma mesma localidade ou região, facultando paulatinamente a captação da ordem crônica e topológica dos fatos climáticos, botânicos e sazonais de modo geral. E mais à frente, dimensões em termos de pertencimento territorial e orientação identitária coletiva se manifestaram como expressões dessa nova forma de existência.

A compreensão da ordem cíclica dos fenômenos terrestres e astronômicos inspirou as cosmologias ameríndias (e outras fora da América) no que alguns autores definiram enquanto um sistema dualista de pensamento. No entanto, entendemos que é difícil arriscar suposições neste sentido, já que o princípio dualista de pensamento pode ser constatado em uma multiplicidade tão grande de culturas que, talvez, tenha pouca validade explicativa se não for compreendido na relação entre sua forma e a historicidade concreta que a anima. E nossa falta é exatamente essa: a dimensão ideológica destas sociedades ainda se encontra longe de ser captada de modo mais fidedigno, e não sabemos até que ponto isto é possível, tanto pelo lado objetivo – do acervo material disponível – quanto pelo problema filosófico e antropológico que suscita, isto é, a tradução do passado e do exótico à luz de um entendimento extemporâneo e culturalmente exterior.

Portanto, o remonte dessa formação está longe de obter a profundidade que explique razoavelmente sua complexidade de modo mais integrado e contextualizado; até hoje, a literatura especializada carece de fontes documentais apropriadas que confiram maior especificidade sobre a cosmologia e a vida social do passado mesoamericano; os vestígios pré-hispânicos arqueológicos e

documentais, em geral, são os hieróglifos, a arte cerâmica, as esculturas e as próprias ruínas dos monumentos arquitetônicos, por conseguinte, o vestígio material é limitado no sentido de que as narrativas e as interpretações sobre seus significados sempre serão construídas por uma cosmologia estrangeira e extemporânea, pois os objetos de estudo em perspectiva impõem o ardil da ausência de testemunhas e registros escritos em maior abundância.

Com o desenvolvimento da agricultura, as sociedades passaram por uma transformação radical em seus modos de vida. O conjunto de relações a que antes estavam implicadas, como a dimensão demográfico-territorial, se alteraram substantivamente, assumindo outro patamar de importância e realização. Ao passo que a agricultura não só possibilitou o enraizamento e a estabilidade territorial das comunidades ameríndias, mas também a ampliação da quantidade de alimentos por área, por consequência, a densidade demográfica acompanhou essa transformação do regime metabólico, traduzindo-se na ampliação dos contingentes populacionais por aldeia e a intensificação das interações no seio de um mesmo núcleo territorial. Se considerarmos, segundo Clastres (2012:116), Marx (1981:78-79), Engels (1976) ou Durkheim (1999), o princípio de que a ampliação da demografia de uma sociedade representa não só uma variação na ordem de grandeza dessa mesma, mas também transformações no seu *modo de ser*, em sua natureza, isto é, variações de ordem qualitativa, devemos, portanto, investigar quais efeitos se desdobraram em outras dimensões da existência a partir do desenvolvimento da agricultura e a ampliação demográfica da aldeia.

De modo geral, a etnologia tem atribuído um grau de importância significativo às linhagens familiares e aos laços de parentesco no desenvolvimento de processos de diferenciação social nas sociedades mesoamericanas, sobretudo, em sua dimensão política. As relações internas que alimentavam formas de reconhecimento e autoridade no conjunto social muitas vezes eram logicamente articuladas com sistemas de linhagem familiar. Se o exercício de "chefia", tal como Clastres apresenta em sociedades igualitárias de pequena escala, era muito mais uma responsabilidade conciliatória sobre os conflitos internos, como esta chefia se comportaria diante da transformação das próprias bases sociais e materiais em que a comunidade e sua figura enquanto tal existiam? É importante considerar, já nesta terceira fase de territorialização, que o continente americano se expressava demograficamente mais populoso, e a agricultura atuava de modo ambivalente, pois, como já dito, ao passo que permitia maior oferta de alimentos por área, favorecia em consequência a ampliação do crescimento demográfico, repondo em outros termos o problema da disputa territorial entre as sociedades. Neste sentido, vale resgatar a compreensão de Marx sobre os aspectos tendenciais que se apresentam na transformação das relações gentílicas:

> Passemos, agora, a considerar os povos estabelecidos. A única barreira que a comunidade pode encontrar ao relacionar-se com as condições naturais de produção *como suas próprias*

> – quanto à terra – serão as *outras comunidades*, que já a tenham reclamado para si, como seu corpo inorgânico. A guerra será, portanto, uma das primeiras tarefas de toda comunidade primitiva desta espécie, tanto para a defesa da propriedade quanto para aquisição dela. (…) Quando o próprio homem é capturado como um acessório orgânico da terra e junto com ela, sua captura dá-se na qualidade de uma das condições de produção, e esta é a origem da escravidão e da servidão, que logo degradaram e modificaram as formas originais de todas as comunidades, transformando-se na base destas. Como resultado disto a estrutura simples é, desta forma, negativamente determinada. (MARX, 1981:84-85)

Conforme a atividade de guerra se tornava inescapável à existência de uma boa parte das sociedades ameríndias nos últimos milênios, ela engendrava transformações profundas na organização interna dessas mesmas, seja pela concentração de energias intelectuais e efetivas do corpo social no fortalecimento e no desenvolvimento de sua capacidade bélica, seja pela assunção de líderes guerreiros que transbordavam sua posição de guerra para outros campos da vida social comunitária, seja, também, pelas consequências históricas territorialmente cumulativas na transformação da escala do ser social na América pré-colombiana. As sociedades assim se tornavam mais populosas, concentradas e seu metabolismo se ampliava e se diversificava.

Logo, é mister considerar que o engendramento das relações de poder no seio de sociedades autóctones não pode ser desvinculado do aumento da animosidade de guerra por disputas territoriais e de outras naturezas[4] e a ampliação demográfica favorecida pelo desenvolvimento agrícola. Conforme os conflitos se instalavam e a disputa por territórios se realizava, lentamente as sociedades vencedoras abarcavam uma extensão territorial cada vez mais ampla, embora tal processo não fosse de modo algum linear, pois impérios e nações se esfacelavam ou eram destruídos por coalizões de grupos menores ou implodidos internamente, como o próprio Clastres exemplificou, no entanto, é inegável perceber, mediante uma perspectiva histórico-geográfica mais ampla e diante dos fatos empíricos hoje disponíveis, a continuidade (mesmo que não linear) da ampliação da escala do trabalho social efetivada mediante uma *integração forçosa* existente até os dias de hoje.

Axiomatizamos tal tendência como movimento próprio ou imanente do ser social expresso em sua persistência histórica em geografias do mundo inteiro. Todavia, ao passo que conferimos estatuto ontológico à dinâmica expansiva e transformadora do ser social, não estabelecemos aprioristicamente seu sentido ou conteúdo; pois, à medida que este se renova através da existência (das formações sociais concretas), por outro lado, ele não se esgota na finitude espaço-temporal de seus atores, transcende essas realidades a partir delas próprias, como movimento de vir-a-ser, em ato e potência.

A tese de uma *integração do trabalho social* que se afirma objetivamente no transcorrer histórico vem à tona como interrogação mestra sobre o devir e a geografia histórica das

[4] Em algumas etnías, a motivação da guerra pode ser gerada pelo rapto de mulheres de uma tribo vizinha, ou, pela "metafísica da predação" (VIVEIROS DE CASTRO, 2015) acionada no canibalismo.

comunidades e povos ameríndios. Embora críticas possam ser dirigidas a este expediente, como a acusação de algum pendor evolucionista ou de essencialização do devir histórico, não devemos negar, por outro lado, a factualidade da transformação da escala do ser social ao longo dos últimos milênios. Obviamente que se trata de um movimento complexo e atravessado por antagonismos, regressões, contra-tendências, mas se observado por uma perspectiva de longa-duração, é possível se constatar uma inegável continuidade. A análise de Darcy Ribeiro sobre a evolução do ser social no livro, "*O Processo Civilizatório*", leva em conta a existência de tendências opostas no processo geral de desenvolvimento das sociedades:

> O conceito básico subjacente às teorias da evolução sociocultural é o de que as sociedades humanas, no curso de longos períodos, experimentaram dois processos simultâneos e mutuamente complementares de auto-transformação, um deles responsável pela diversificação, o outro pela homogeneização das culturas. Por força do primeiro processo, as sociedades tendem a multiplicar seus contingentes populacionais, a desdobrar as entidades étnicas em que estes se aglutinam e a diversificar seus respectivos patrimônios culturais. Por força do segundo processo, porém, esta diversificação, em lugar de conduzir a uma diferenciação crescente dos grupos humanos, conduz à homogeneização de seus modos de vida através da fusão das entidades étnicas em unidades cada vez mais inclusivas e da construção de seus patrimônios culturais dentro de linhas paralelas, tendentes a uniformizá-los. (RIBEIRO, 1968:21)

Esta compreensão é bem elucidativa quanto às tensões que permanecem dentro da dinâmica histórico-geográfica das sociedades, pois ao passo que há um processo de diversificação conduzido por determinados contingenciamentos produtores de diferenças, há simultaneamente o desenvolvimento de bases gerais que integram os corpos sociais dispersamente distribuídos em configurações comerciais e produtivas territorialmente articuladas entre si. Se Ribeiro confere maior peso aos processos de integração e difusão, o horizonte de uma sociedade globalmente constituída pela articulação de suas forças produtivas se torna não só uma realidade concreta correspondente ao capitalismo global, mas também a efetividade de uma tendência imanente da evolução social desde os tempos mais primórdios[5].

Logo, chega-se a um impasse epistêmico-ontológico que se refere à validade ou não do conceito de *necessidade histórica* na compreensão do devir das sociedades ameríndias e além. Afinal, haveria um destino histórico comum às experiências particulares das diversas culturas e sociedades que se revelaria mediante sua forçosa integração? É ainda factível, após toda a desconstrução culturalista do relativismo, interpelar um sentido evolutivo comum aos engendramentos sociais diferenciados? Sabemos que estas questões são objeto de debates, teorias e pesquisas acaloradas há décadas ou séculos entre as ciências humanas e as filosofias, o que torna a sua exposição algo um tanto colossal para ser tratado em toda a sua complexidade e amplitude,

[5] Vide a teoria do sistema mundial afro-eurasiano de Andre Gunder Frank, que faz alusão a um arranjo comercial integrado nos últimos 5.000 anos.

todavia, a compreensão da gênese e do desenvolvimento de sociedades estratificadas na América impõe esta problemática metodológica: a razão de ser destas sociedades se dá tão somente por fatos idiossincráticos e contingentes ou é também expressão de tendências mais gerais imanentes ao gênero humano e sua condição de *ser-no-mundo?* Da mesma maneira, podemos deslocar esta indagação para o contemporâneo, ou seja, a atual globalização é um fenômeno recente ou baseia-se em tendências integrativas cujos fundamentos, em parte, são muito anteriores à expansão capitalista?

Entende-se que inegavelmente o desenvolvimento social e humano desde os tempos mais remotos tem permitido verificar um crescente aumento da escala geográfica de organização das sociedades. Segundo Darcy Ribeiro, desde a Revolução Agrícola, isto é, nos últimos 10.000 anos, pode-se constatar níveis ou escalas de integração social entendidas na seguinte ordem de afirmação: povos tribais, etnias nacionais, civilizações regionais e civilizações mundiais. Negligenciar que o domínio e a expansão territorial configurem um processo evidente no desenvolvimento cultural dos povos reduz as experiências sociais e humanas aos recortes fraccionais de sociedades segmentadas observados meramente por análises sincrônicas, o que pouco nos faculta de observar o devir em seu movimento de ampla expressão.

A argumentação que faz justiça ao projeto investigativo de largo espectro histórico-geográfico do devir social se baseia no princípio da multiescalaridade fenomênica do real, de modo que há determinados processos que só podem ser devidamente apreendidos em escalas espaço-temporais mais amplas, pois só através delas que aspectos qualitativos de seu movimento são observáveis. Na verdade, tal teorema metodológico pode ser aplicado a qualquer campo da realidade, pois a ordem multiescalar é, fenomenologicamente, parte da estrutura da realidade, isto é, o real se apresenta por ordens escalares de organização dos entes.

Muitas das perspectivas evolutivas sobre o devir social foram tragicamente orientadas por princípios morais cegos de seu etnocentrismo, atribuindo uma escala de etapas socio-culturais *necessárias* a todas as sociedades como um fio de desenvolvimento comum e inelutável ao destino da humanidade, cujo fim seria, categoricamente, o modelo de sociedade europeia e, mais tarde, norte-americana. Um dos primeiros geógrafos e antropólogos a se insurgir com tal perspectiva foi Franz Boas, desconstruindo a noção de um referencial único como expressão de desenvolvimento e progresso normativo a todas as sociedades:

> É verdade que há indicações de paralelismo de desenvolvimento em diferentes parte do mundo, e que costumes similares são encontrados nas regiões mais diferentes e distantes. A ocorrência dessas similaridades – tão irregularmente distribuídas, que não podem ser prontamente explicadas com base na difusão – é um dos alicerces da hipótese evolucionista. Foi também um dos pilares do tratamento psicologizante que Bastian deu aos fenômenos culturais. Por outro lado, podemos reconhecer que a hipótese implica a ideia de que nossa moderna civilização ocidental europeia representa o desenvolvimento cultural mais elevado,

> em direção ao qual tenderiam todos os outros tipos culturais mais primitivos. Desse modo, construímos retrospectivamente um desenvolvimento ortogenético em direção à nossa própria civilização moderna. Mas se admitimos que é possível existirem diversos tipos definitivos e coexistentes de civilização, fica evidente que não se pode manter a hipótese de uma única linha geral de desenvolvimento. (BOAS, 2010:42)

Logo, o que se apresenta como universal esconde, em muitos casos, os fundamentos provincianos de sua origem. Essencializa-se aspectos de um particular que por ventura tornou-se hegemônico e transfigurou sua provincianidade em uma alçada mais ampla de reprodução. Este expediente, tão peculiar da Ocidentalização, foi despido da ideologia de superioridade cultural que o acompanha, mas a partir desta desconstrução – que foi orientada em grande medida pelo relativismo-culturalista – a perspectiva de evolução do devir social e humano foi marginalizada conjuntamente, ao extremo de ser descartada qualquer possibilidade de uma análise diacrônica sobre os fenômenos culturais.

Consideramos como inequívoca a facticidade do processo evolutivo, entendendo tal devir como restrito aos processos observáveis sem dotá-los de um juízo de superioridade ou inferioridade em seu aspecto moral, mas tão somente em termos de força causal tendencial. As forças e causas que mobilizam o processo integrador são diversas e não unívocas, variando conforme os interesses e as necessidades sociais em cada contexto histórico-geográfico, entretanto, o ordenamento desta integração de modo mais centralizado assume estreita correspondência histórica com a emergência de regimes sociais hierarquizados. A partir de então, a integração geoeconômica tem sua centralidade engendrada mediante interesses imperiais efetivados por grandes circuitos de tributação, com diversas ramificações plurais de interesses intermediários.

A afirmação relativista de que não há uma superioridade cultural – pois não existiriam critérios objetivos universais capazes de permitir comparações, já que cada cultura é um próprio "centro" de referência e visão de mundo – é a partir de então desafiada a considerar a objetividade histórico-geográfica quanto aos processos de dominação e integração forçosa. Pois se tais processos se dão à revelia dos povos dominados, há uma prática de relação que, independente do juízo moral, produz um efeito fundado em relações de superioridade militar. O que, por sua vez, pode significar uma força coercitiva no engendramento do devir histórico e na conformação interna das sociedades em geral. Para Ribeiro, esta seria fundamentalmente uma das forças motrizes de desenvolvimento e transformação social, aliada ao efeito cumulativo das técnicas produtivas:

> (…) o desenvolvimento das sociedades e das culturas é regido por um princípio orientador assentado no desenvolvimento acumulativo da tecnologia produtiva e militar; de que certos avanços nesta linha progressiva correspondem mudanças qualitativas de caráter radical, que permitem distinguí-los como etapas ou fases da evolução sócio-cultural; de que a essas etapas de progresso tecnológico correspondem alterações necessárias, e por isso mesmo uniformes, nos modos de organização da sociedade e de configuração da cultura que designamos como formações socioculturais.

> O fato de atribuir-se um poder determinante às inovações tecnológico-produtivas e militares não exclui a possibilidade de atuação de outras forças dinâmicas. Assim é que, dentro de escalas reduzidas de tempo, é igualmente identificável um poder condicionante das formas de ordenação da vida social sobre as potencialidades de exploração do progresso tecnológico, bem como um papel fecundante ou limitativo de certos conteúdos do sistema ideológico (…). (RIBEIRO, 1968:25)

Neste sentido, o autor tem como fundamento conceitual da análise do devir o desenvolvimento tecnológico, argumentando que este tenderia a obedecer um caráter acumulativo progressivo, revolucionando o modo como as sociedades se reproduzem em três ordens de imperativos interdependentes: a produção objetiva da natureza; as relações internas e externas entre sociedades; e "o patrimônio simbólico dos modos padronizados de pensar e de saber" (RIBEIRO, 1968:19). Os fundamentos metodológicos de Darcy tem raízes no materialismo de Lewis Morgan, Gordon Childe, Karl Marx, Leslie White e Julian Steward. Todos atribuem grande ênfase às relações materiais de produção como base dos modos de ser e pensar o mundo.

> El antropólogo norteamericano Lewis Morgan introdujo una variante de la idea evolutiva centrada en el dominio de la tecnología. Fue el primero de la larga saga de los deterministas tecnológicos que hacen gravitar las fuerzas motrices últimas del cambio social en el campo de las invenciones y los descubrimientos que transforman gradualmente y por completo la forma de vida de las poblaciones humanas. (SZTOMPKA, 1995:17)

Entretanto, seria demasiado empobrecedor reduzir o fenômeno integrativo da "socialização da sociedade" (LUKÁCS, 1969:122) somente aos seus imperativos diretos da dominação. Pois é inegável que a primazia, do ponto de vista metodológico, das "revoluções tecnológicas" deixa expressamente uma lacuna quanto à interrogação de outros sentidos possíveis deste devir que entram em causa como força mobilizadora do suposto "continuum" evolutivo sócio-cultural. Além disso, as razões pelas quais a tecnologia é encaminhada comporta variadas dimensões que não necessariamente se esgotam pela finalidade do domínio e da acumulação, mesmo que sejam estruturalmente forjadas em seu bojo. Isto porque o processo evolutivo de integração do trabalho social comporta tanto atividades conscientes e voluntárias agenciadas pelo mercado, pelos "Estados" ou por redes autônomas, quanto por operações inconscientes e indiretas que paulatinamente formam as condições objetivas para a integração, como, por exemplo, o crescimento demográfico ou os fluxos migratórios. Lukács (1969:122) argumenta – entendendo a integração enquanto necessidade econômica – que tal processo "ocorre necessariamente e que as reações humanas em face do mesmo não estão em relação direta com o comportamento consciente dos homens. Isto é, não se trata de que os homens tenham querido conscientemente este desenvolvimento". Novamente se recoloca o problema da "necessidade histórica" como uma necessidade inelutável do modo de produção, cujo movimento transforma as próprias condições objetivas que asseguravam sua reprodução, impulsionando as relações sociais a outros modos de

organização.

CAPÍTULO II

As sociedades originárias mesoamericanas e sua integração territorial

Os estudos sobre a existência passada das sociedades mesoamericanas têm logrado surpreendentes progressos nas últimas quatro décadas. Seus frutos são de modo inequívoco resultado de esforços multi e inter-disciplinares, cuja vastidão de áreas do conhecimento engloba as seguintes ciências: a arqueologia, a linguística, a paleontologia, a etnologia, a epigrafia, a geografia, a antropologia, a história, a biologia, a ecologia, a genética, entre outras. Tal expediente tem permitido compreender com maior riqueza de detalhes o modo de vida destas sociedades, sua organização social, suas redes econômicas e respectivas configurações territoriais. Pode-se afirmar que a compreensão histórico-geográfica dos povos mesoamericanos foi ampliada significativamente, dentre outros mecanismos, pela realização de dois processos exitosos: o primeiro, trata-se do trabalho pioneiro do linguista soviético Yuri Knórosov e outros importantes "maiaístas" e "mesoamericanistas" que descobriram a estrutura silábica e fonética dos hieróglifos maias na década de 70, a partir de então estes símbolos puderam ser lidos nas mais diversas fontes[6] onde foram inscritos (códices, murais, paredes, tábuas, cerâmicas, tumbas etc.), apresentando um novo horizonte de compreensão sobre o universo social maia e permitindo, por sua vez, que outras línguas fossem decodificadas, como a olmeca, a zapoteca, a mixteca e a asteca (AUBRY, 2005:49-50); o segundo processo corresponde ao aperfeiçoamento da estratigrafia aliado à profusão e à multiplicação dos registros arqueológicos. A estratigrafia permitiu estabelecer, junto com novas técnicas laboratoriais de datação, a cronologia dos horizontes onde se encontravam os artefatos escavados. A associação entre as localizações estratigráfica e geográfica dos registros facultou uma progressiva ordenação espaço-temporal do acervo material, abrindo possibilidades às mais variadas correspondências entre tais artefatos, como, por exemplo, a associação de traços estilísticos da arte em cerâmicas, servindo como vestígio do intercâmbio e das redes de influência e contato cultural entre diferentes povos mesoamericanos.

---

6 As fontes pré-hispânicas têm bases múltiplas: além das escritas, as próprias edificações também são consideradas como fontes, assim como as iconográficas - desenhos, esteias, mapas, dentre outros. As fontes escritas pré-hispânicas estão registradas em diferentes bases materiais: papel maguey (fibra vegetal, da família das Agaves), papel amate (produzido da parte interna da casca das arvores do gênero Fícus), pedra, gesso/estuque, couro animal e foram escritas em diferentes idiomas: nahuátl, maia, mixteco, chocholteco, zapoteco, chontal de Tabasco. Estes textos relatavam as tradições, deuses e rituais, as descobertas, as invenções, as realizações arquitetônicas e urbanistas, a linhagem dos governantes. Em resumo: explicitavam a visão de mundo dos primeiros americanos. (BERNARDES, 2008:09)

As “recentes” descobertas têm gerado fecundas repercussões em áreas afins, que acabam se munindo de novos vestígios, informações e conhecimento para a elaboração de suas teorias, sobretudo, aquelas que versam a respeito das dimensões cosmológicas da vida social mesoamericana, especialmente aprofundadas a partir da leitura dos escritos, verificando as relações entre arte e sociedade, entre arquitetura e pensamento, entre a cidade e as ideologias que se afirmavam em sua região de influência.

Destarte, a partir da vastidão de informações, teorias e hipóteses a cerca do devir social dos povos originários em questão, torna-se necessário esclarecer o que se entende por Mesoamérica, civilização mesoamericana e seus respectivos modelos societários e regimes metabólicos. O significado preliminar de Mesoamérica corresponde a uma região geograficamente contínua entre o noroeste do atual México até a Costa Rica, incluindo Guatemala, Belize, Nicarágua, Honduras e El Salvador (ver figura abaixo), onde diversas sociedades forjaram sua história e identidade mediante complexo processo comum de integração diferencialmente estabelecido. Segundo a representação territorial da Mesoamérica no mapa abaixo, são demonstradas suas dimensões em termos de extensão e fronteira, partindo-se de uma perspectiva historicamente totalizante sobre o conjunto de sociedades que uma vez integraram o tecido social mesoamericano.

Figura 2: Mapa do território mesoamericano - Fonte: Staller (2010:38).

Investigações e aportes teóricos produzidos em diferentes áreas do saber foram feitos ao longo do século XX, convergindo à identificação de uma "superarea cultural". O trabalho de Clark Wissler, *The American Indian* (1917), estabeleceu a união de grupos linguísticos semelhantes – os Nahuas – que se distribuíam dentro da atual região em debate. H.Spinden, em *Origin of Civilization in Central America and Mexico* (1933), identificou uma grande continuidade cultural entre comunidades do México ao Panamá marcada pela agricultura, pela cerâmica e pelos tecidos. No entanto, foi somente em 1940, com o êxito do trabalho de Wissler no estudo das famílias linguísticas e a relação destas com a presença e a reprodução de aspectos culturais ameríndios na América do Norte, que os estudos etnohistóricos começaram a munir-se de uma metodologia capaz de sondar, mesmo que limitadamente, uma espécie de processo histórico-geográfico de difusão rastreado por indícios e relações linguísticas, sendo mais do que meramente um agregado de elementos culturais.

O antropólogo alemão Paul Kirchhoff, em 1943, em seu livro "Mesoamérica", foi um dos primeiros a cruzar estudos genealógicos da linguagem com a difusão de práticas e aspectos da vida social de povos indígenas na América Central. Se valendo de fontes documentais (como os códices náhuas, na sua maioria, escrituras hieroglíficas astecas) e de crônicas espanholas do século XVI, ressaltou aspectos únicos compartilhados na região, elencando os seguintes registros etnográficos: o calendário, a escrita hieroglífica, as "chinampas" (agricultura flutuante), os "jogos de bola", a astronomia, os códices (escritos e livros), o cultivo de chia para bebida e óleo, o uso do cacao como dinheiro, mercados regionais especializados, rituais de sacrifício humano, formas específicas de uso e preparo do milho (tortilhas etc.), padrões linguísticos e um padrão de divindades.

Essa miríade de práticas e costumes eram aspectos constatados pelo autor como exclusivos de sociedades mesoamericanas que se desenvolveram em todo altiplano mexicano e na zona tropical úmida das planícies costeiras do Golfo do México, incluindo a Península de Yucatán, mais a zona montanhosa sub-úmida e semi-temperada dos Altos de Chiapas até a Guatemala.

Figura 3: Mapa geomorfohidrológico da Mesoamérica. (1) Península de Yucatán; (2) Altiplano "mexicano"; (3) Istmo de Teohuatepec; (4) Maciço montanhoso dos Altos de Chiapas e Guatemala.

Deste modo, por uma selecão idiográfica ou idiossincrática da regionalização, buscando unicamente aspectos culturais excepcionais, outros elementos fundamentais do modo de vida em questão não foram apreciados por serem também encontrados em demais sociedades das Américas, como, o cultivo do milho, a concentração urbana, a arquitetura em pirâmides e a cerâmica. O compartilhamento tão somente de aspectos singulares aliava-se ao fato, identificado por Kirchhoff, da presença de um grande grupo linguístico na Mesoamérica – maia, zoque, totonaca, tarasca, cuitlateca etc. – sem parentesco com qualquer idioma próximo da região, supondo uma existência historicamente prolongada de enraizamento cultural desses povos, e figurando possivelmente como zona nuclear de formação da civilização mesoamericana (KIRCHHOFF, 2009:05). Seu estudo considerava, por fim, uma "superarea cultural" ou um *complexo regional culturalmente coeso* que, apesar de sua heterogeneidade interna (em termos de práticas específicas e suas respectivas geografias), teria como eixo uma zona nuclear de "alta-cultura" que forjou as bases cosmológicas da Mesoamérica. Nesse sentido, Kirchhoff tendia a compreender a formação mesoamericana a partir de uma zona central cuja estrutura interna performou inovações sociais que se projetaram em escala regional. Tal expediente teórico possui muita afinidade à escola difusionista, que entendia todas as "altas culturas" como descendentes de um único centro de difusão. Embora o debate sobre a sociedade olmeca como "cultura-mãe" das demais sociedades na região ainda hoje seja inconcluso, é inegável que haja continuidade de costumes e saberes pela maioria das sociedades

subsequentes à hegemonia olmeca, entretanto, a formação mesoamericana não se reduz como mero corolário desta, mas funda-se a partir da coexistência milenar de uma multiplicidade de sociedades e grupos que, amistosa ou conflitivamente, implicaram na determinação geral desta civilização particular.

O trabalho de Kirchhoff foi objeto de muitas críticas pela natureza evolucionista (etnocêntrica), descritiva e reducionista de sua abordagem, pois evidenciava apenas a presença/ausência de um agregado de marcos culturais mediante o rastreamento linguístico investigado por documentos históricos do século XVI e levantamentos arqueológicos até então, posicionando-os na armação teórica de uma suposta evolução cultural. Assim como muitos antropólogos evolucionistas e difusionistas, que foram rebatidos pelas novas vertentes teórico-metodológicas que emergiam no século XX, como o funcionalismo, o estrutural-funcionalismo e o culturalismo (relativismo cultural), Kirchhoff foi criticado pela maneira como as formas culturais aparecem, em certa medida, autonomizadas do enredo geohistórico e ideológico do qual eram geneticamente constituídas, carecendo de uma análise mais sistêmica e articulada sobre as sociabilidades que produziram a materialidade de suas investigações. Todavia, essa dificuldade ainda permanece dadas as lacunas documentais e a destruição de uma extensa parte dos códices maias, toltecas, astecas, mixtecas, zapotecas, otomíes e purépechas.

Contudo, o levantamento analítico de Kirchhoff apresenta um vasto repertório de práticas e artefatos marcantes da vida social dos povos mesoamericanos, fomentando interrogações sobre as relações sociais subjacentes à ampla difusão em que foram e ainda são constatados (arqueologicamente) ao longo de toda região em debate. A ampliação dos registros arqueológicos e das técnicas de investigação tem comprovado a intensidade do intercâmbio cultural e econômico antes aludido com base em um acervo empírico limitado; com o progressivo levantamento de novas descobertas, foi possível constatar uma multiplicidade de aspectos compartilhados tanto na arte gráfica dos traços estilísticos correspondentes a períodos históricos coetâneos, como também na divisão territorial do trabalho de bens específicos, por exemplo, na produção de algodão de fibra longa ou nos emblemáticos instrumentos de prestígio e de uso ritualístico feitos de obsidiana encontrados em todos os domínios da Mesoamérica. As ciências epigráfica e iconográfica têm considerado a importância substantiva dos estilos de arte gráfica no entendimento sobre a irradiação de significados, crenças, morais e outros aspectos ideológicos que certamente compunham as relações concretas que animavam a disposição de tais objetividades.

Esta breve sinalização de alguns traços que demarcam um amplo processo integrativo serve apenas a esboçar elementos da tecitura regional que as diferentes sociedades mesoamericanas performaram em seu modo de reprodução. A configuração geográfica que esta integração sócio-cultural e metabólica assumiu foi plural em termos das diferentes e sucessivas centralidades

territoriais que vigoraram enquanto sede de exercício do poder político regional. Logo, é mister apresentar um panorama introdutório que faculte a visualização do amplo devir mesoamericano em sua escala de realização histórica e geográfica. O trabalho de referência sobre a periodização histórica dos povos mesoamericanos realizado por Alfredo Austin e Leonardo Luján (2002) introduz o problema concernente aos fundamentos teóricos que sustentam a segmentação temporal do processo histórico. Pode-se apresentar o problema a partir da seguinte classificação:

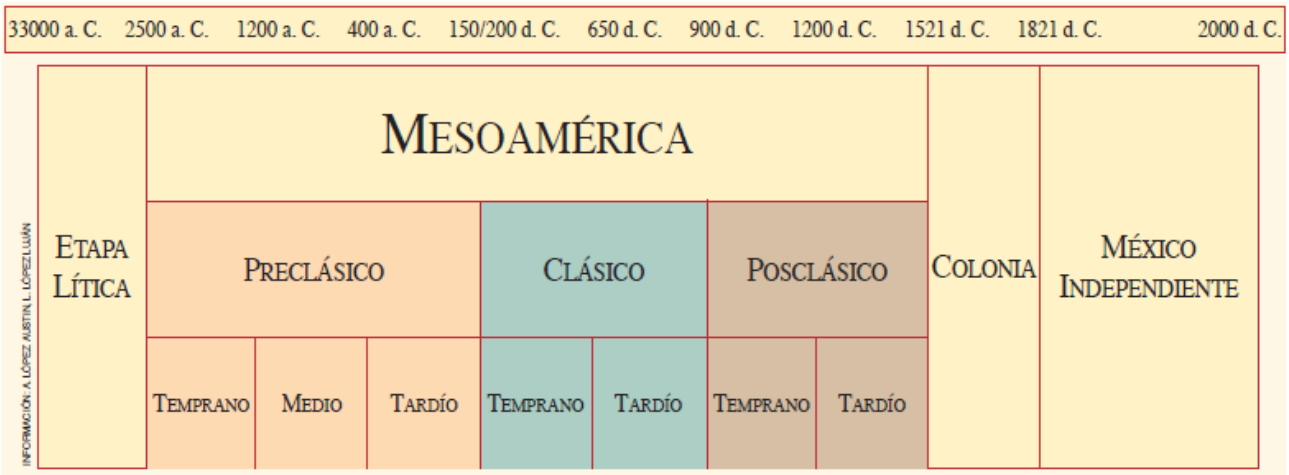


Figura 4: Periodização da Mesoamérica no contexto da história do México. Fonte: Austin e Luján (2002:15).

Observa-se uma grande estrutura periódica apresentada nos termos: Pré-Clássico, Clássico e Pós-Clássico. Este esquema tradicionalmente utilizado nos diversos estudos arqueológicos e etnológicos sobre as sociedades mesoamericanas tem gradualmente perdido seu sentido teórico-metodológico, já que seus fundamentos derivam em grande medida de uma perspectiva unilateral da evolução histórica. Em primeiro lugar, o uso indiscriminado e muitas vezes acrítico de sequências temporais cíclicas que representam a analogia de um organismo em diferentes fases da vida: formação, maturidade e decadência, embora possa ter uma coerência interna sedutora, não demonstra ser muito adequado à compreensão do devir das diferentes sociedades mesoamericanas na constituição de um processo sócio-metabólico de escala crescente que não cessa e nem se comporta nos parâmetros da analogia organicista. Tal como Piotr Sztompka assinala em seu livro "*Sociologia del cambio social*", o "abuso de la analogía, típico de la escuela del «organicismo» a finales del siglo XIX, resultó ser un callejón sin salida, estéril, para los estudios sociológicos, mientras que el uso limitado, heurístico, se mostró considerablemente fértil y elástico." (SZTOMPKA, 1995:125). A expressão do processo sócio-histórico pela analogia do ciclo biológico da vida deve-se, em grande medida, à centralidade conferida às cidades na construção da narrativa histórica sobre a Mesoamérica. Basicamente, todas as maiores cidades na região figuraram

enquanto sede da hegemonia político-ideológico-militar e centro de convergência de tributos e produtos dos mais diversos domínios intra-regionais. O comportamento destes centros políticos denota secularmente um ciclo de emergência, apogeu e declínio de suas elites políticas e arranjos societários, demonstrando um intermitente processo de formação e desintegração de impérios, que configuram certo drama cíclico. Todavia, a tentativa de extrapolar este movimento circunscrito às redes hegemônicas transitórias para a formação civilizatória de toda Mesoamérica acabou supervalorizando a eleição de aspectos da arte estética e monumental em detrimento da observância totalizante sobre o desenvolvimento das forças produtivas que expressaram um salto de qualidade a partir do colapso dos grandes centros e durante todo o Pós-clássico. É consolidada hoje a compreensão de que tal magnificência cultural é muito mais um reconhecimento de alguns atributos valorizados culturalmente pelos investigadores do que um fundamento socialmente objetivo das relações humanas. Na verdade a profusão de construções e bens de consumo não necessariamente é a demonstração cabal dos termos de um desenvolvimento social exitoso, já que tais expressões podem ter sua origem na pilhagem, no saqueio, na tributação, nas guerras e no empobrecimento de grupos e sociedades circunvizinhas. Logo, não há critérios socialmente objetivos que auto-evidenciem períodos de apogeu ou decadência cultural sem antes se problematizar os sentidos que a totalização do devir social enuncia e efetiva. Neste diapasão, vale expor a provocação de Andrés Aubry sobre a arbitrariedade da eleição de referências utilizadas para fundamentar a periodização cíclica:

> En la época de su adopción, el criterio era lá calidad del arte y de la arquitectura, préstamo de los cánones de la estética entonces em boga, evidentemente occidental, lo que es una distorsión fuera de Europa. En nombre de qué inmadurez se podría tildar el arte olmeca de esbozo preclásico? Por qué la perfección azteca sería tachada de decadencia postclásica? Ahora que la arqueología se enfoca más en la historia de las sociedades y em sus propias dinámicas que en el arte – expresiones colectivas que conceptualmente es peligroso seperar – tendrá valor todavía esta clasificación? (AUBRY, 2005:46)

Logo, tal periodização não só carece de fundamentos mais pertinentes a cerca de suas referências, muitas das quais etnocêntricas, mas também é insuficiente ao entendimento da continuidade e do efeito cumulativo do devir social, especialmente nos termos da escala mesoamericana, favorecendo uma história segmentária de suas sociedades e não evidenciando suas justas articulações, transmissões e integração. Portanto, se está consolidada a tese de que diferentes sociedades se estabeleceram enquanto grandes centros políticos, econômicos e culturais da região, e mesmo após seus colapsos ou desintegrações o patrimônio de saberes, influências artísticas e ideológicas, técnicas de produção em geral, ofícios e rituais foram transmitidos para as subsequentes hegemonias e organizações societárias, temos portanto os indícios de uma continuidade formativa[7] vis-à-vis com os ciclos de ascenção e declínio dos "impérios" ou

[7] Aqui compreendida como um processo contínuo e initerrupto do próprio devir.

“reinados”. Pode-se pleitear que a cada sucessão de impérios sub-regionais na Mesoamérica, uma nova condição do arranjo produtivo, da integração comercial e da divisão regional do trabalho se desenvolvia, objetivando-se em configurações territoriais de patamares diferenciados daqueles anteriores aos quais seus ancestrais se reproduziram.

Neste sentido, os autores Austin e Luján, cônscios do problema epistemológico sobre os critérios analíticos, sabem que a introdução dos termos “Clássico” e “Pós-Clássico” derivou do trabalho de Gordon Willey e Philip Phillips, *Method and Theory in American Archeology,* de 1957, onde expunham um modelo classificatório de cinco estágios evolutivos para as sociedades norte-americanas e mesoamericanas (lítico, arcaico, formativo, clássico e pós-clássico) referenciado em aspectos da arte estética e monumental que serviam como eixo analítico dos estágios de desenvolvimento cultural. Atualmente, desbotados pela obsolescência de suas teorias originárias, os termos (Pré-Clássico/Clássico/Pós-Clássico) foram refundados por outros critérios de periodização, não mais uniformes, como argumentam Austin e Luján:

> Debe reconocerse que en esta periodización no rige una homogeneidad de criterios clasificatorios. Como varios autores lo han propuesto, es conveniente dividir el tiempo histórico con criterios coherentes y uniformes. Lamentablemente, en el caso mesoamericano, la aplicación estricta de este principio presenta serios obstáculos. Por un lado, el uso de un solo tipo de criterios puede conducir a la formación de periodos tan amplios que la utilidad de la periodización disminuye considerablemente. Por ejemplo, si se toman en cuenta las revoluciones sociales propuestas por Childe (neolítica, urbana e industrial), los cuatro milenios de Mesoamérica quedarían divididos únicamente en dos larguísimos periodos. Por otro lado, algunos criterios fundamentales de segmentación histórica no cuentan con indicadores arqueológicos precisos. Por ejemplo, es bien sabido que las formas de organización del trabajo, las relaciones de parentesco o la tenencia de la tierra no dejaron huellas materiales suficientes en tiempos remotos como para ser identificadas con precisión. (AUSTIN YLUJÁN, 1996:19)

Logo, abandonando, em parte, a perspectiva cíclica da evolução histórica na Mesoamérica, cuja periodização se restringia à análise de critérios uniformes, isto é, das edificações monumentais e da arte iconográfica, Austin e Luján deslocaram o centro de sua análise para uma pluralidade de aspectos e critérios especialmente associados à dimensão sócio-política e reprodutiva da vida social:

Criterio	Manifestación	Periodo	Fecha
Patrón de subsistencia	Sedentarismo agrícola	Preclásico Temprano	2500 a. C.
Relación de producción	Jerarquización social	Preclásico Medio	1200 a. C.
Relaciones político-económicas regionales	Capitales protourbanas	Preclásico Tardío	400 a. C.
Diferenciación campo-ciudad	Urbanismo	Clásico Temprano	150/200 d. C.
Relaciones político-económicas interregionales	Declive de los grandes estados hegemónicos y proliferación de capitales regionales	Clásico Tardío	650 d. C.
Relaciones políticas hegemónicas	Regímenes supraétnicos zuyuanos	Posclásico Temprano	900 d. C.
Relaciones políticas de dominio centralizado	Ruptura de regímenes zuyuanos	Posclásico Tardío	1200 d. C.
Fin de Mesoamérica	Conquista	Colonia	1521 d. C.

Figura 5: Critérios utilizados para a periodização da Mesoamérica. Fonte: Austin e Luján (2002:17).

Constata-se no estudo dos autores uma especial consideração à totalidade social que se consolida à escala mesoamericana. As progressivas transformações sociais posicionadas no enredo histórico-geográfico demonstra enfaticamente o movimento de inter-dependência e integração regional de longa-duração. Este entendimento é expressado nas próprias palavras dos autores:

> Nuestra posición se funda en el hecho de que las sociedades mesoamericanas vivieron una historia compartida durante milenios y estuvieron ligadas por un conjunto complejo y heterogéneo de relaciones. Estas últimas se establecieron a partir de intercambios constantes de bienes, de desplazamientos humanos, de intereses compartidos entre las elites de diversas regiones, del dominio de unas sociedades sobre otras, de sus conflictos bélicos, etc. Las sociedades contemporáneas podían diferir en nivel de complejidad; sin embargo, lo importante fue que las relaciones se constituyeron en forma estructural y permanente. En un buen número de casos, el bajo nivel de desarrollo de una sociedad puede explicarse como el resultado de sus relaciones asimétricas con una potencia vecina que la avasalló y no como manifestación de un lento desarrollo autónomo. (AUSTIN & LUJÁN, 2002:16)

Nota-se que os autores defendem a impossibilidade do uso de critérios classificatórios rígidos e uniformes para caracterizar os diferentes momentos históricos do desenvolvimento social mesoamericano. A saber, interroga-se se o processo sócio-histórico deva ser perspectivado mediante um materialismo empirista, cuja metafísica esconde-se na valorização seletiva e ainda evolucionista dos vestígios artísticos e monumentais, ou, se tal movimento sócio-histórico deva ser projetado justamente na multiplicidade de dimensões que compõem seu ser. Na tentativa de expandir os referenciais classificatórios para dimensões fundamentais da vida social e política, Austin e Luján elaboraram um quadro síntese que apresenta de modo sucinto e condensado os principais eventos desta formação milenar e geograficamente vasta da Mesoamérica:

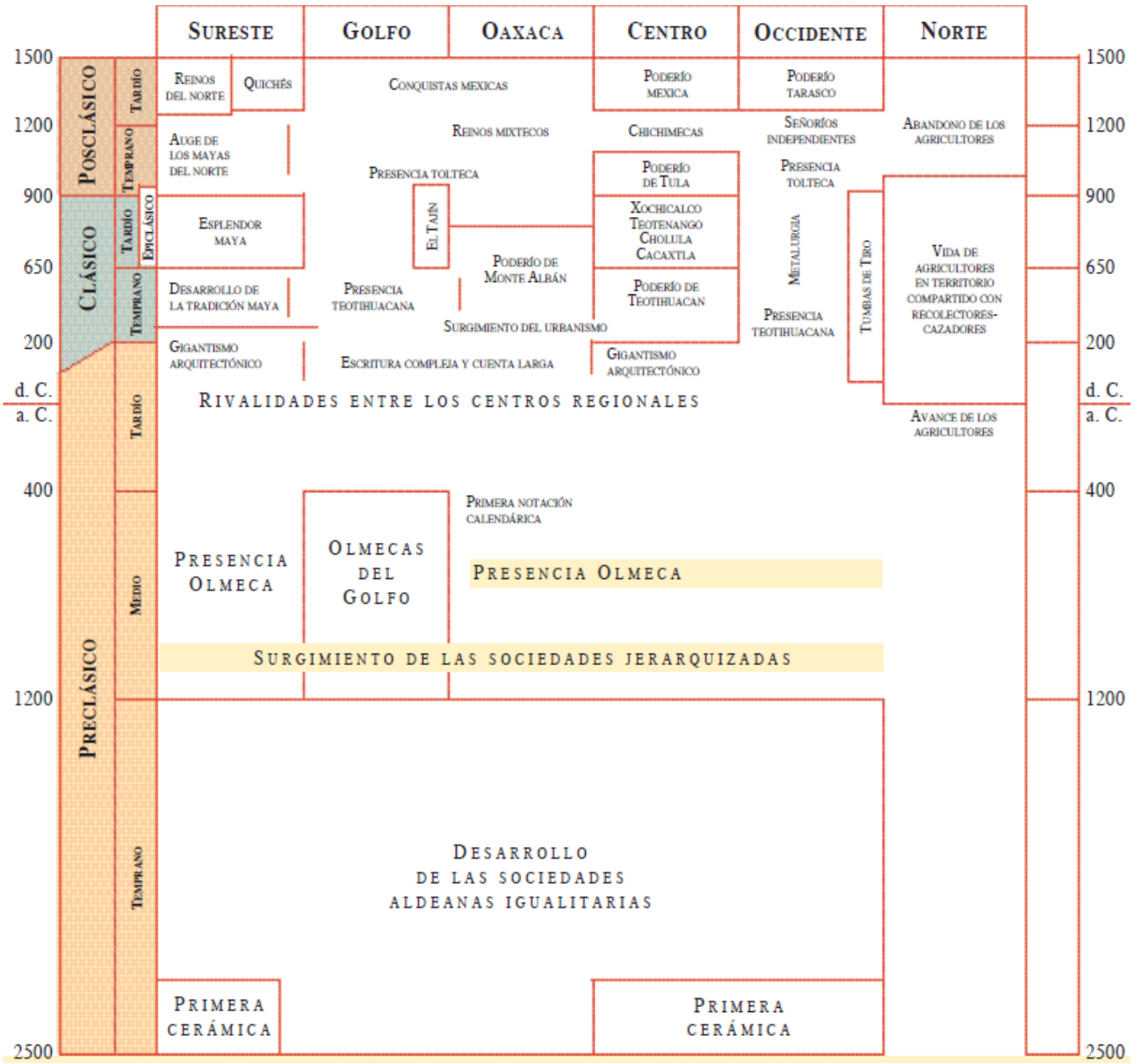


Figura 6: Períodos, áreas e povos da Mesoamérica. Fonte: Austin & Luján (1996).

A partir deste panorama, pode-se conferir com mais facilidade os denotativos que demarcam o início e o fim dos grandes períodos em questão, ou seja, o Pré-Clássico identificado como o período mais longo e de formação das sociedades "clássicas", logo, a sociedade mais ancestral e cuja influência está na base das demais sociedades, a Olmeca, é entendida como expressão pré-clássica que dá lugar à emergência de sociedades como as de Teotihuacán, de Monte Alban, de Tikal (maias), Chichén Itza (maias) e Tula (toltecas), estas entendidas como expressão máxima do "esplendor" cultural. E, por fim, o Pós-Clássico seria marcado pelo colapso destes grandes centros hegemônicos e a emergência de núcleos sub-regionais e cidades-estados. Muitos autores indiscriminadamente classificaram este último período como expressão decadente, cujos traços estilísticos e cidades construídas eram caracterizados como cópias de má qualidade do então período clássico.

Todavia, assim como Austin e Luján, outros autores caminham em direções distintas na investigação do devir social mesoamericano referenciados por uma perspectiva mais abrangente e totalizante sobre as múltiplas dimensões da vida social, enfatizando justamente os vínculos que afirmavam um crescente processo de integração. No livro "*The Postclassic Mesoamerican World",* organizado por Michael Smith e Frances Berdan (2003), ao autores defendem que a Mesoamérica era um típico exemplo de sistema-mundo pré-capitalista integrado em uma escala regional de comércio, de relações políticas e de intercâmbio cultural. Ao contrário de ser entendido como um período de decadência, o Pós-Clássico, defendem Berdan e Smith, foi um período de grandes inovações e emergências:

> By the twelfth century a significant constellation of processes was underway in Mesoamerica that distinguishes this period from earlier ones. These processes include an unprecedented population growth, a proliferation of small polities, an increased volume of long-distance exchange, an increase in the diversity of trade goods, commercialization of the economy, new forms of writing and iconography, and new patterns of stylistic interaction. Together, these processes stimulated the integration of the diverse regions of Mesoamerica into a single world system. (BERDAN & SMITH, 2003:06)

Neste esteio, o que se observa são as condições gerais da larga formação histórico-geográfica que regionalmente consolidou-se na figura de uma civilização, *a civilização mesoamericana*. Esta abrigaria um significado mais abrangente, para além da volatilidade subjetivista da identidade cultural e da fragmentação étnica (muitas vezes estabelecida por diferenças linguísticas), demonstrando um conteúdo constitutivo mais perene, fruto da formação milenar de povos que entrecruzaram suas histórias na composição de uma totalidade social comum. A unidade desta totalidade social se efetivou na inter-dependência entre diferentes atividades locais que perfaziam um modelo societário desigualmente integrado segundo as redes de poder, conhecimento e trabalho.

Pleitear um caráter formativo comum, sobretudo, se apreendido enquanto processo cumulativo de práticas e saberes, tanto a nível da subjetividade coletiva quanto da produção material feita geografia, não significa negligenciar a pluralidade de sociabilidades, culturas e expressões presentes na Mesoamérica, mas sim dar visibilidade à tecitura social regional, cujos registros arqueológicos mais antigos, em termos de sua ocupação, datam, em média, de 40 a 30 mil anos atrás (BATALLA, 1990; HUDDART & GONZALEZ, 2008). Torna-se necessário compreender minimamente a geografia histórica da formação mesoamericana como abordagem investigativa deste devir e, a partir desta compreensão, inteligir os possíveis enunciados que são politicamente relevantes no entendimento das condições de existência dos indígenas zapatistas.

Naturalmente, a proposição antropogeográfica que busque alçar uma generalização sobre uma região etnicamente diversa está sujeita a contrapontos, todavia, a evidenciação de elementos e

práticas comuns espraiados de modo regionalmente contínuo por variadas sociedades levanta hipóteses sobre sua difusão. Estas são consoantes a períodos históricos específicos, já que existiram diferentes estruturas sociais responsáveis pela difusão e aculturação de aspectos e costumes comuns. Na fase germinal de formação mesoamericana, sumarizam-se em duas possíbilidades teóricas: a hipótese da "cultura-mãe" e a hipótese das "culturas-irmãs" (ROSENSWIG, 2010:300-304). A primeira afirma a emergência da sociedade olmeca como a cultura-mãe da Mesoamérica, aquela que primeiro reuniu os diversos atributos culturais numa só sociedade altamente complexa e estratificada próxima à Costa do Golfo, estabelecendo laços de dominação com os povos de Soconusco (região da Costa do Pacífico entre México e Guatemala); a segunda compreende que a formação mesoamericana tem sua gênese na emergência independente e particular de várias sociedades que progressivamente foram estabelecendo contatos, assimilações, trocas, comércios e até guerras com fins de dominação. As hipóteses são até hoje polêmicas, entretanto, muito já se avançou nos métodos e nas investigações que buscaram comprová-las ou refutá-las, ampliando a compreensão como um todo sobre os modos de vida das diferentes sociedades na Mesoamérica, bem como sua integração.

> The core issue is thus to understand the nature of relations between distant regions of Mesoamerica at this time. Such discussions are sometimes framed as whether the inhabitants of the Gulf Coast during Horizon I were Mesoamerica's "mother culture" or whether there were a number of early "sister cultures" (Hammond 1989a). Recently, Diehl and Coe (1995), Clark (1997) and Blomster et al. (2005) have advocated the mother scenario whereas Flannery and Marcus (2000; Flannery et al. 2005) disagree strongly with this characterization and champion the sister scenario. (ROSENSWIG, 2009:78)

Conforme se observa na citação de Robert Rosenswig, em seu trabalho sobre os horizontes estratigráficos de análise sobre as extensões da influência olmeca, no livro "*The Beginnings of the Mesoamerica Civilization: Inter-regional Interaction and the Olmec"*, há diferentes posições em torno do entendimento da emergência da arte iconográfica na Mesoamérica, entretanto, trabalhos recentes tem demonstrado crescentes influências e continuidades linguísticas e cosmológicas entre os povos olmecas e as demais sociedades. A presença predominante de "sociedades aldeãs igualitárias" se mantém aproximadamente até os anos 1.200 a.C., emergindo desde então a hegemonia da sociedade olmeca sediada na cidade de San Lorenzo e mais tarde em La Venta, ambas localizadas nas planícies tropicais do Golfo do México, a primeira, na estratégica zona do Istmo de Teohuatepec (zona geograficamente favorável à travessia e comunicação entre a região do Golfo e a costa do Pacífico), e a segunda, mais próxima à Península de Yucatán.

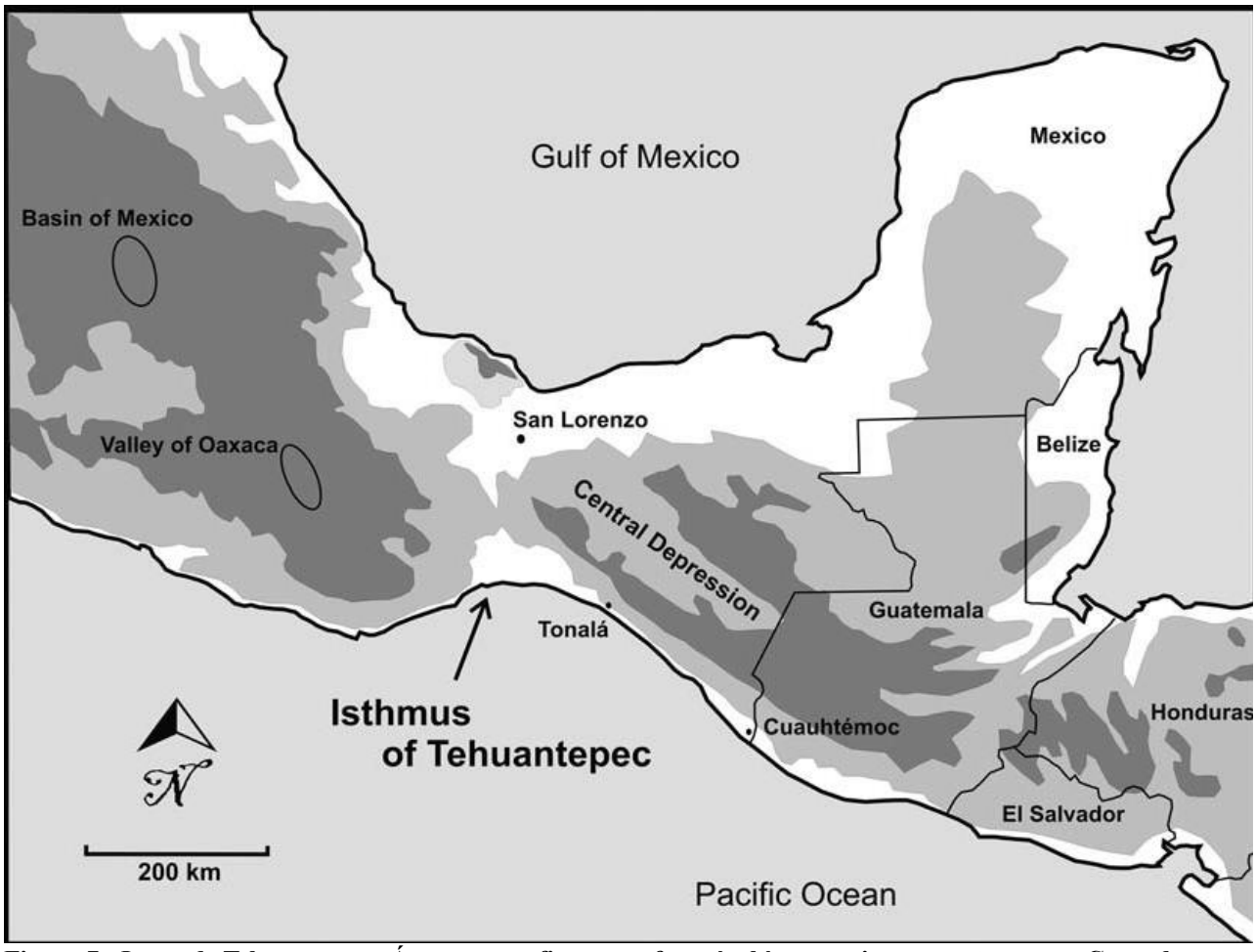


Figura 7: Istmo de Tehuantepec – Área topograficamente favorável à travessia e conexão entre a Costa do Golfo e o oceano Pacífico. A cidade olmeca de San Lorenzo era localizada próxima ao istmo, entroncamento onde fluía grande parte do comércio entre ambas as regiões.

Embora a emergência da sociedade olmeca seja ainda uma incógnita sob o ponto de vista de sua origem e formação, pode-se aventar o argumento de que a materialidade subjacente à efetivação das relações de hierarquia e dominação passou a ser presente após uma ampla expansão demográfica exitosa de sociedades de agricultores sedentários. Há cerca de 10.000 antes do presente, o altiplano do atual México já figurava como um dos grandes centros de domesticação de espécies vegetais, mais especialmente na região de Rio Balsas, no Vale do Yautepec, a atividade pioneira de domesticação e cultivo do milho foi comprovada como a mais antiga em toda Mesoamérica, e desde então se irradiou para todo o continente americano, favorecendo a participação da agricultura na constituição societária dos grupos germinais. Deste desenvolvimento inicial até a presença olmeca, há uma extensão histórica de quase 9.000 anos, uma abrangência temporal suficientemente vasta para que na região mesoamericana se ampliassem as forças produtivas, o conhecimento do acervo botânico, faunístico e mineral, as técnicas de pesca, caça, moradia, os métodos de apropriação e transformação das potencialidades silvestres - como a cerâmica e os instrumentos de obsidiana -, a pluralização e diferenciação do trabalho, a geração de

excedentes alimentícios, enfim, todo um conjunto plurimodal de realização das necessidades sociais, bem como da divisão do trabalho a ele correspondente.

Embora as informações sobre a sociedade olmeca sejam escassas quando comparadas respectivamente às sociedades posteriores, é possível constatar relações de grande extensão territorial que demonstravam uma intensa integração econômica e político-ideológica articulada desde a região da costa do Golfo, pela cidade de San Lorenzo, até a região de Soconusco, próxima ao oceano Pacífico.

A região de "Soconosco", segundo Rosenswig, foi aquela onde os vínculos culturais, comerciais e tributários apresentaram maior evidência material com a política externa de San Lorenzo.

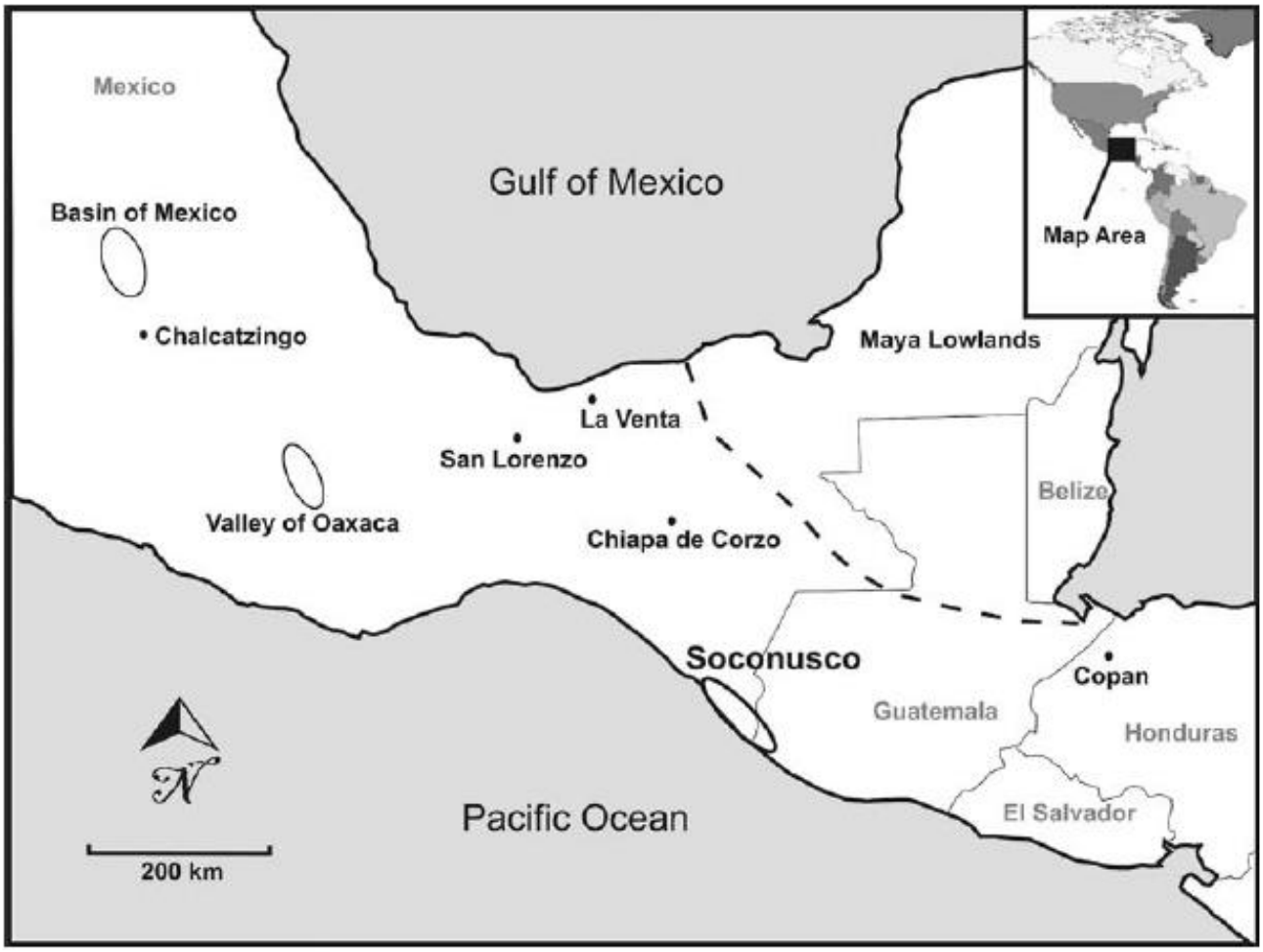


Figura 8: Localização de Soconusco, San Lorenzo e La Venda. Fonte: Rosenswig (2007:05).

Soconusco se localiza na planície entre a Sierra Madre e o Oceano Pacífico. Essa região apresenta as terras mais férteis do México, além de clima quente e úmido, muito propício à produção de cacau. O mercado olmeca tinha com a região de Soconusco sua relação mais intensa, constatou-se através de escavações arqueológicas uma forte correspondência temporal dos

horizontes estratigráficos quanto à presença de estilos artísticos de cerâmica e minerais não encontrados naturalmente em ambos os lugares. Posteriormente, se observou que o comércio de obsidiana (rocha vulcânica) – traço específico do mercado mesoamericano – realizado pelos olmecas se estendeu até as "terras altas" guatemaltecas.

> Located primarily on Mexico's south Pacific coast, the Soconusco extends approximately 15 km into Guatemala on the hot, coastal plain between the Sierra Madre and the Pacific Ocean. This is the most fertile region of Mexico today and has been a center of innovation for the past 3,500 years. The Soconusco was the most distant province of the Aztec empire, and the tribute list of the Codex Mendoza evidences its richness in Prehispanic times (Gasco and Voorhies, 1989). Prior to the Aztec, the Quich´e Maya had also invaded (Carmack, 1981; Navarrete, 1970). Cacao was always the most sought-after product from the Soconusco (Gasco, 2006), but other jungle products, such as jaguar pelts and tropical bird feathers, were also included on the Aztec tribute lists. Interestingly, the Soconusco was also required to provide jade and amber to the Aztec and, as these products were not locally available, fostered exchange with more peripheral areas (Blanton and Feinman, 1984). (ROSENSWIG, 2009:05)

Soconusco despertava bastante interesse por suas potencialidades biogeográficas e climáticas, sendo uma zona de intercâmbio e conexão entre as terras altas guatemaltecas, a costa do Pacífico e a costa do Golfo, uma área estratégica à hegemonia olmeca há mais de dois milênios antes se tornar zona de domínio asteca, o que indicaria laços comerciais antigos entre esta região e o centro do México que se mantiveram e se estenderam ao longo dos séculos. Além disso, a região demonstra uma estreita correspondência arqueológica dos traços estilísticos e iconográficos de cerâmicas ("Olmec Style") com San Lorenzo, sem grandes traços de que este intercâmbio era centralizado a favor de Soconosco, ainda mais pela ausência de ruínas expressivas. Segundo Rosenswig, esta região demonstra a partir dos vestígios e da distribuição territorial dos achados arqueológicos a única prova expressiva de uma política externa imperial entre San Lorenzo e La Venta com as demais sociedades na Mesoamérica:

> However, because the intensity of contact between the Gulf Coast and the Soconusco is exceptionally strong, it cannot be used to characterize the relationship between the Gulf Coast and other areas with weaker ties. In contrast, the intensity of Gulf Coast–Soconusco interaction provides one of the only plausible cases for evaluating whether the Gulf Coast polity of San Lorenzo was a colonizing empire. (ROSENSWIG, 2009:04)

Embora o rastreamento das relações de dominação e hegemonia olmeca frente às demais sociedades seja uma tarefa extremamente complexa diante do acervo material disponível, progressivamente, tem-se levantado novas informações sobre a difusão da cultura olmeca na base formativa das cosmologias e artefatos de culturas posteriores, como nas sociedades maia, teotihuacana e asteca. Segundo a pesquisa de Eduardo Akiyama (2011) sobre a historiografia da

arqueologia maia, esta civilização herdou as influências da escrita e da arte cerâmica, bem como dos trabalhos esculturais:

> Sobre o final do Formativo Tardio há certo consenso que foi o período em que apareceram as características principais da civilização maia, como os primeiros resquícios de escrita e de arte com forte influência da cultura de La Venta, também conhecida como cultura olmeca, que possuía grande habilidade com trabalhos esculturais em jade e em pedra, que provavelmente atingiu seu ápice entre 800 a 400 a.C. (AKIYAMA, 2011:71-72)

Michael Coe (1980:71-73), um eminente estudioso da cultura maia, demonstra que tanto elementos artísticos maias quanto o próprio calendário foram influenciados por inovações olmecas e que tiveram acabamento em processos de transição de poder e domínio em áreas de contato. A própria localização de La Venta, na planície costeira do Golfo do México, era extremamente próxima à posterior região de presença maia, indicando, dadas as condições técnicas e territoriais das sociabilidades supra-comunitárias, uma densa e significativa herança do patrimônio cultural olmeca ao modo de reprodução social maia e sua cosmologia. Um dos maiores historiadores da Mesoamérica, Enrique Florescano, apoiado nos recentes descobrimentos arqueológicos da região de Petén (sul tropical da Mesoamérica) e no avanço das leituras iconográficas e dos códex mesoamericanos, confirma que toda a teologia arraigada e difundida entre os diversos povos originários referente à divindade "Quetzalcoatl" ("Serpente Emplumada") tem seu fundamento no mito fundador olmeca sobre o "Deus do Milho":

> Es una deidad que empieza como el Dios del Maíz entre los olmecas, ahora lo sabemos, ya no hay duda; después lo heredan los mayas, de lo cual tenemos ahora asimismo pruebas irrefutables, porque en 2001 se descubrió un mural bellísimo en San Bartolo (departamento del Petén, en Guatemala) en el que se ve al dios olmeca del Maíz convertido en divinidad maya del Maíz y está creando el mundo, con los cuatro árboles cósmicos que narra el Popol Vuh. (FLORESCANO, 2012:01)

Já Andrés Aubry argumenta que os olmecas tem seu curso de continuidade nas sociedades e etnias posteriores que herdaram diversos fundamentos da cultura originária no seu modo de vida social:

> Cuando Francis Blom en los años veinte del siglo pasado encontró la primera cabeza colosal, se preguntó que clase de mayas eran sus escultures. Luego, los arqueólogos les inventaron un nombre (forjado a partir de una lengua ajena, el náhuatl): olmecas, refiriéndose al hule de su medio ambiente. Por el trabajo de los linguistas se supo después que su verdadero nombre era el de su lengua, en sus principales variaciones dialectales: Zoques, Mixes y Polpolucas; todos ellos son los olmecas, tanto los de ayer como los de hoy. (AUBRY, 2005:45)

Figura 9: Cabeça olmeca de San Lorenzo, cuja rocha se localiza a 60km de distância da cidade.

As investigações arqueológicas e estratigráficas indicam que a hegemonia olmeca perdurou de 1.200 anos a.C. até 400 anos a.C., irradiando neste longo período sua influência enquanto sociedade estratificada e expansionista, portadora inicial dos costumes e atributos fundadores da cultura mesoamericana: a medição da temporalidade astronômica e a elaboração do calendário, a criação de um complexo sistema religioso, fonte para as principais cosmologias subsequentes, as artes de trabalho em pedra, a primeira forma de escrita hieroglífica, as artes do cálculo, a engenharia de construção piramidal e os jogos de bola (que acabaram se estendendo até o Panamá). Os olmecas representavam, portanto, a condição do ser social que à época engendrava-se na Mesoamérica, isto é, a transmutação da condição de sociedades aldeãs igualitárias para regimes sociais hierarquizados, com distintas formas de especialização do trabalho, emergindo classes senhoriais urbanas de linhagem familiar, que compartilhavam do status de poder com os especialistas (vulgos, "sacerdotes"), que inteligiam os ciclos astronômicos e conduziam uma visão de mundo, soma-se a este cenário a emergência do militarismo e das classes de artesãos especializados que dominavam a arte da fabricação de lâminas e instrumentos em obsidiana. Essa reconfiguração das sociabilidades, das forças produtivas e da integração dos grupos sociais em escalas de articulação territorial crescente resultou em profunda transformação da vida comunitária e de suas práticas cotidianas, pois todo processo foi acompanhado pela tributação de diversas comunidades e grupos que se localizavam no horizonte de domínio imperial. Neste sentido, a prática autóctone, cujo princípio regente seria a auto-satisfação das necessidades mediante a auto-determinação do trabalho, é reestruturada pela cobrança sistemática do pagamento de tributos em bens, resultando, por sua vez, na pressão interna à comunidade, tanto no aumento da quantidade de trabalho para garantir a

sobrevivência, quanto da superfície necessária para tal reprodução.

Logo, o aumento da belicosidade e da prática tributária por impérios leva a implicações dramáticas, das quais pouco registro há sobre as profundas transformações que ocorreram na vida social comunitária, bem como nos fluxos migratórios entre regiões. O interessante sobre a grande parte das narrativas e retrospectivas historiográficas é a carência de explicações convincentes sobre a decadência e abandono de grandes cidades mesoamericanas. As justificativas geralmente giram em torno de "colapsos" gerados por guerras ou escassez de alimentos. Todavia, dada a crescente hierarquização e disputa pela concentração de riquezas e valores, e seu corolário de possível pobreza e exploração das populações camponesas e artesãs, não seria vã a hipótese de que os centros urbanos – lócus do poder imperial – eram sistematicamente atacados, seja por possíveis rivais ou mesmo por insurgências e coalizões de grupos menores, como há registro em períodos históricos um pouco mais recentes (expediente utilizado inclusive pela Conquista hispânica).

Em geral, o centro do enredo geohistórico sobre o desenvolvimento mesoamericano tem suas narrativa e estrutura pautadas nas grandes cidades que emergiam e sucumbiam sucessionalmente em consonância às hegemonias regionais, desde a decadência das cidades de San Lorenzo e posteriormente de La Venta, diversos centros sub-regionais apareceram como polos de produção de bens especializados, como de tecidos, de sal, de instrumentos de obsidiana, de cacau, de cerâmicas, entre outros. Os centros urbanos mais antigos da zona maia começam a emergir após o declínio olmeca, havendo um crescimento de dezenas, senão centenas de cidades em toda a Mesoamérica, não só nas terras baixas, mas sobretudo na bacia do México (altiplano).

A presença de um ator hegemônico regional, que se fez presente em todo altiplano mexicano (Anahuac), integrando ainda a zona maia das planícies tropicais do sudoeste mexicano, a Península de Yucatán, os Altos de Chiapas até a Guatemala e a zona costeira do Pacífico, só veio a demarcar sua efetividade a partir de 200 anos d.C. com a ascensão de Teotihuacán. Este centro, considerado o mais emblemático de toda a Mesoamérica e que foi sede do maior império da região, é a referência mais representativa, segundo a historiografia arqueológica, do período clássico mesoamericano, cujos atributos arquitetônicos, iconográficos e estéticos expressam para alguns o apogeu cultural da região, conjuntamente com Tikal e Copán.

Teotihuacán foi sede de um grande império que consolidou a integração tributária, comercial e cultural em toda a Mesoamérica, a cidade já chegou a abrigar cerca de 150 mil pessoas aos anos de 500 d.C., sendo à época uma das maiores cidades do mundo. Sua configuração ortogonal revela um planejamento urbanístico centralizado, cujos murais amplamente bem preservados demonstram em abundância a exaltação à administração central e seu poderio militar nas artes públicas (SMITH & MONTIEL, 2000:256). A influência e domínio teotihuacano se estende por toda a área maia e diversos registros apontam uma ampla correlação de intercâmbio

entre Tikal e Copan (grandes cidades maias) com Teotihuacán, muitos argumentam que Tikal foi conquistada por forças militares do altiplano.

Figura 10: Zonas sob a influência política, cultural e comercial centralizada em Teotihuacan.
Fonte: Bernardes (2008:77).

Segundo Inurreta, Farraéz e Villanueva (2010), a sociedade de Tikal (principal cidade maia das terras baixas) caiu sob o domínio de Teotihuacán em 378 d.C., desde então se estabeleceu matrimônios entre representantes de linhagens de seus principais comandantes, hibridizando em grande parte da região a cosmologia teotihuacana com o patrimônio cultural maia. O historiador Florescano afirma que o "Deus do Milho" que teve origem com os olmecas acaba sendo apropriado pelas elites governantes de Teotihuacán e dando a ele novas composições e simbologias:

> Es el Dios civilizador, creador y fundador del reino. Allí empieza y después se va transformando; se adhiere a él Ehécatl, el Dios del Viento, que es la divinidad creadora de los teotihuacanos.
> A partir de allí comienza una nueva vida muy compleja como dios fundador del nuevo cosmos tolteca, pero también fundador de Teotihuacán, que se vuelve el reino más poderoso e influyente de toda Mesoamérica: conquistan a los mayas, así como las regiones del Pacífico, el Golfo y el Norte. Es decir, se vuelven un imperio. (FLORESCANO, 2012:01)

Este amplo circuito comercial e cultural que se traduz em um patamar de integração vastíssimo, envolvia uma divisão territorial do trabalho de larga diversidade de produtos, dos mais

primários aos mais sofisticados, e muitos deles dentro da área de domínio eram controlados pelo sistema de tributação ou até em sua própria sede produtiva. A partir do estudo de Michael Smith e Lisa Montiel (2000) sobre as relações imperiais na Mesoamérica, havia uma miríade de bens elaborados por sociedades que se encontravam nos mais diversos territórios da região, articulados verticalmente pelo comércio central de Teotihuacán:

> The exchange of goods between Teotihuacan and its provinces differed from the exchange outside of the empire in quantity and context. In the provinces, goods originating from or controlled by Teotihuacan include Thin Orange ceramics, censers, figurines, and Pachuca obsidian (particularly in blade form). Rattray and Harbottle (1992) have demonstrated that the manufacture of Thin Orange took place in Puebla, an area Rattray claims was outside of the Teotihuacan empire due to the lack of intrusive Teotihuacan cultural elements (Rattray 1990). The overwhelming monopolization by Teotihuacan of the distribution of Thin Orange does, however, strongly suggest that this area was giving Thin Orange as tribute to Teotihuacan. While Thin Orange was traded outside of the empire in extremely low quantities as a prestige item (…). The distribution of Thin Orange is also an important indicator of its imperial nature. At sites within the imperial periphery, Thin Orange is present throughout most residential sites, yet at distant sites like Kaminaljuyu, Copan, and Tikal, Thin Orange is mainly found in isolated (elite) funerary contexts. (SMITH & MONTIEL, 2000:257-258)
>
> Although the Otumba obsidian source is only about 15 km from Teotihuacan, the Pachuca obsidian source, located 50 km northeast of the city, appears to have been of more interest to the empire (Charlton 1978). The manufacture of tools from Pachuca obsidian took place mainly in workshops associated with public buildings in Teotihuacan, suggesting state control. (SMITH & MONTIEL, 2000:258)
>
> Teotihuacan's interest in its provinces varied with the economic and strategic importance of each area. Chingu was probably valued for its lime, which was needed for mural production and plaster manufacture for floors and walls at Teotihuacan. The Yautepec and Amatzinac valleys were probably cotton growing areas as they are known. (…) Cotton can not grow in the Basin of Mexico due to the colder environment, and Morelos is the closest cotton growing area. (SMITH & MONTIEL, 2000:258-259)

Neste sentido, alguns autores sugerem que as grandes cidades maias do período clássico – Tikal, Copán e outras mais antigas, como, Kaminaljuyú – foram todas submetidas ao domínio teotihuacano, cumprindo a posição de impérios sub-regionais que controlavam desde rotas de comércio até a integração do trabalho social na região. Neste sentido, uma hierarquia entre centros de controle político com suas respectivas escalas de integração territorial eram a estrutura da geografia política mesoamericana clássica, onde a relação entre o nível local-comunitário e a sede imperial central (Teotihuacán) era intermediada pelos centros políticos urbanos sub-regionais, tais como algumas das principais capitais maias no período clássico. Esta hipótese se sustenta na forte influência teotihuacana que as elites maias expressavam em suas indumentárias, epigrafia, arquitetura e religião, além disso, muitos dos redutos funerários dedicados à "aristocracia" maia continham bens de alto prestígio cuja produção era controlada pelos governantes teotihuacanos, como tipos de cerâmica fina ("Thin Orange"). Muitos autores, como Claude Baudez, supõem que o

colapso dos grandes centros urbanos maias é corolário da fragmentação política gerada pela decadência da hegemonia de Teotihuacán e o acirramento da rivalidade e disputa entre centros sub-regionais, como Chichén Itza e Mayapán, Palenque e Toniná, Yaxchilán e Bonampak.

Aos anos de 650 d.C. – 700 d.C., o poderio e o controle teotihuacano desmoronava-se e a ascensão de demais centros e a independência de outros, como em Tikal em 692 d.C., reestruturou a geografia política de comando ascendendo os centros de Chichén Itza, na Península de Yucatán (maias), e posteriormente a cidade de Tula na bacia do México, sede da sociedade tolteca. Ao longo desses diversos períodos há muito debate a cerca do modelo de organização política entre os maias, pois diferentes centros urbanos se espalhavam por toda área do atual sudoeste mexicano, mais Guatemala, Hondura e Belize. Soma-se o fato das sociedades maias, junto com os astecas, serem aquelas mais bem documentadas e que mais quantidade de livros e inscrições hieroglíficas foram preservados.

No estudo de Ana Luisa de La Cueva (2004), "*Unidad y fragmentación del poder entre los mayas"*, a autora argumenta sobre a existência de duas perspectivas teóricas sobre o modelo político maia: a primeira compreende a organização política centralizada em um grande centro regional sobre os centros locais; a segunda, compreende geografia política maia como descentralizada por "cidades-estados" independentes. O que ambas as perspectivas tinham em comum seria a compreensão de um princípio de organização política assentado em linhagens de parentesco cuja configuração denominava-se *ahaulel,* um sistema político cujo governante-maior, o *ahau,* partilhava sua condição de chefia junto a um conselho de representantes das linhagens aristocráticas, o que a autora denomina enquanto um "Estado segmentário de clan cônico":

> Nuestra posición ante este panorama es assumir la existencia del Estado segmentario entre los mayas, pero sin eludir las tendencias unificadoras de la política maya, también presentes. La hipótesis que pretendemos demonstrar es la existencia de una unificación y una fragmentación del poder entre los mayas articulado em un sistema de competencias. Por tanto el Estado estaba unificado bajo un mando, pero fragmentado em la operación del poder. El linaje era el esqueleto de la organización social y politica. (2004:59)
>
> El linaje es la fuente de poder y su ordenamiento determina los niveles de gobierno em su distribuición a la vez vertical y horizontal, unitaria y fraccionada. Entre los mayas había posibles grados de especialización del poder político em dos niveles de gobierno: el nivel de las decisiones: el supremo gobernante halach uinic o ahau y la nobleza, y el nível de ejecución, que descansaba em los jefes de linajes de la población común, ligados a los líderes de linaje nobles, quienes les daban instrucciones que debían de cumplir. (LA CUEVA, 2004:70)

Logo, a organização política maia oscilava entre a concentração de poder e comando na figura do *ahau*, ou, sua diluição e compartilhamento entre outros líderes importantes da nobreza. Os registros demonstram que tal relação nem sempre era harmônica entre as variadas partes da nobreza maia, havendo disputas tanto internas aos grupos do mesmo estrato de poder político, como também

contradição entre os mandos e desejos dos *ahaus* e os interesses das diferentes linhagens aristocráticas.

> Entre los grupos de linaje acomodados, las luchas por moderar y superar el poder del *ahau* fueron constantes, tanto em la época clásica como posclásica. Las disputas por el liderazgo supremo están documentadas por la escritura y al parecer fueron numerosas. Ejemplos de ellas abundan, las del Clásico Temprano parecen el babuceo de la institucionalização de la figura del gobernante, es decir, el momento em que un solo indivíduo logra reducir a su dominio la autoridad de outras cabezas de linaje, como fue la entronización del "Cielo Tormentoso" (411-456 d.C.), en Tikal o el ascenso al trono de "Pájaro-Jaguar I" (378-389 d.C.) después de incierto gobiernos anteriores, em Yaxchilán. Durante el Clásico Médio son frecuentes los rompimeintos de las líneas dinásticas, por ejemplo, em Tikal em el siglo V, "Jabalí Kan" o "K'an Chitam" fue protagonista de luchas cortesanas por anular a los descendientes de "Cielo Tormemntoso", de acuerdo com Schele, Mathews y Lansboury, y hubo cambios significativos em el estilo artístico. Si hijo heredó el poder, pero su nieto no pudo conservar el puesto para su descendencia, por lo que la forma de gobierno parece no haber sido unipersonal entre el 508 d.C y 562 d.C. (LA CUEVA, 2004:69)

Um momento de grande transformação desta estrutura política e sua organização societária ocorre entre os anos 800 d.C e 1100 d.C. Com o declínio de Teotihuacán em torno de 650 - 700 d.C., a emergência de reinados sub-regionais, tais como de Tula e de Chichén Itza, e outros centros sub-regionais maias, obtiveram um crescimento exitoso até 1000 d.C. Sobretudo na região maia ocorreu desde então uma curva populacional decrescente que se intensificou ao fim do período Clássico, especialmente entre 1000 a 1100 d.C. Existem diversas hipóteses que versam sobre o suposto "colapso" das sociedades maias e a drástica redução populacional constatada no estado de abandono em que muitas cidades foram encontradas e descritas nos relatos do século XVI, assim como pelos posteriores estudos arqueológicos, que argumentam diferentes possibilidades. Elas sumarizam-se em três hipóteses: constantes conflitos entre diferentes "reinos" ou "cidades-estados" pela expansão de seus domínios tributários; problemas ambientais resultantes da expansão demográfica combinada à generalização de determinadas práticas agrícolas (coivara) que supostamente teriam desflorestado vastas áreas e ampliaram a degradação do solo, resultando na escassez de alimentos à sobrevivência de numerosa parte das populações maias; e a terceira hipótese, que condensa tais possibilidades sob condições climáticas extremamente desfavoráveis que resultaram em escassez de alimentos, que por sua vez fragmentaram e desmantelaram os regimes políticos dos "Estados segmentares de clan cônico". Esta última hipótese tem recebido boa aceitação dentro da comunidade de especialistas maias, ainda mais com o fortalecimento dos dados paleoclimáticos como no estudo dos últimos 2000 anos na caverna de Yok Balum, em Belize, pela extensa equipe de Kennett et al. (2012):

> (…) we propose that anomalously high rainfall favored unprecedented population expansion and the proliferation of political centers between 440 and 660 C.E. This was

followed by a drying trend between 660 and 1000 C.E. that triggered the balkanization of polities, increased warfare, and the asynchronous disintegration of polities, followed by population collapse in the context of an extended drought between 1020 and 1100 C.E.

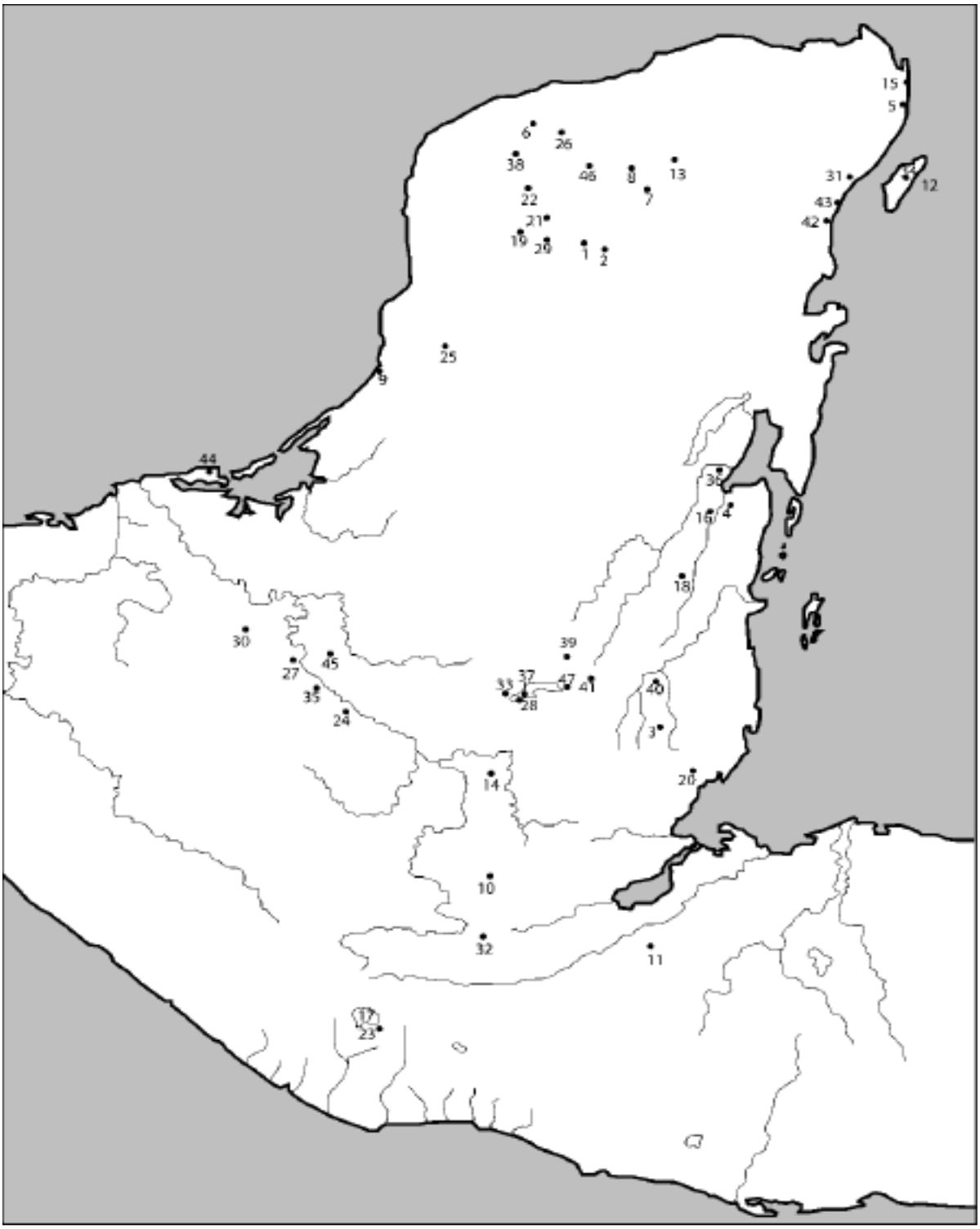


Figura 11: Localização das principais cidades e sítios arqueológicos e históricos maias. [Neste mapa há uma redução do número desses sítios, vide a ausência de Toniná] (1) Actun Hom; (2) Actun Kaua; (3) Caracol; (4) Caye Coco; (5) Chacmool; (6) Chac Xulub Ch'en; (7) Chan Kom; (8) Chich'en Itzá; (9) Champoton; (10) Cobán; (11) Copán; (12) Cozumel; (13) Dzibichen; (14) El Caobal; (15) El Meco; (16) K'axob; (17) Lake Atitlán; (18) Lamanai; (19) Loltun; (20) Lubaantún; (21) Maní; (22) Mayapán; (23) Maya Santiago Atitlán; (24) Mensabak; (25) Mirimar; (26) Motul; (27) Najá; (28) Nojpeten; (29) Oxkutzcab; (30) Palenque; (31) Ppole; (32) Rabinal; (33) San Andres; (34) San Gervasio; (36) Santa Rita Corozal; (37) Tayasal; (38) Tihoo (TiHo); (39) Tikal; (40) Tipu; (41) Topoxté; (42) Tulum; (43) Xel-ha; (44) Xicalango; (45) Yaxchilán; (46) Yaxkukul; and (47) Zacpetén. **Fonte: Leslie Cecil (2009:05).**

Tal entendimento é também corroborado por Aubry e outros pesquisadores:

> Se destruyeron leyendas, como aquella que responsabiliza a los antiguos de la destrucción de la selva por su agricultura primitiva – cuando el trabajo transdiciplinario asentó sua ciencia: cultivos elevados de los olmecas, terrazas, agrosilvicultura, y obras hidráulicas de los mayas. Ahora resulta que linguistas (Terrence Kaufman) y ecologistas (Ronald Night) tienen indicios de una larga sequia atipica de 30 años al final del clásico tardio, periodo que corresponde al llamado colapso. (AUBRY, 2005:49)

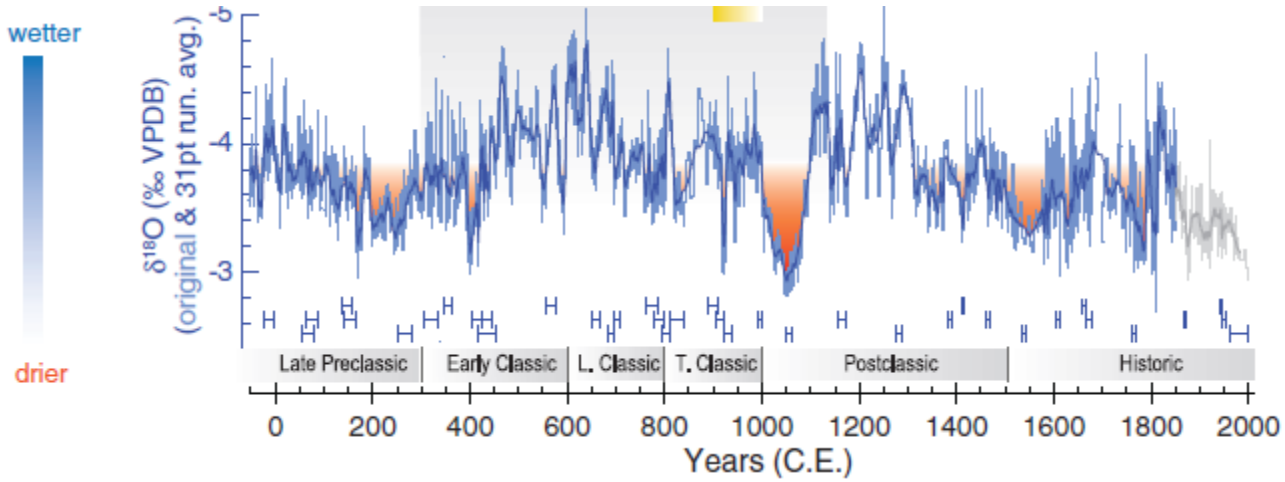


Figura 12: Grau de umidade/aridez na análise laboratorial das estalagmitas de carbonato de cálcio que se precipitam quimicamente na caverna de Yok Balum, servindo como vestígios dos eventos paleoclimáticos.
Fonte: Kenneth et al. (2012:790).

O crescimento e a distribuição populacional dos maias se efetivou intensamente nas terras baixas do sudeste tropical mesoamericano e na costa oeste de México e Guatemala, além das terras altas dos Altos de Chiapas e Guatemala. Nestas regiões foram encontradas condições edáficas, geomorfológicas e climáticas de grande valia à agricultura; os ritmos pluviométricos intensos durante 400 d.C. - 700 d.C. e regularmente distribuídos ao longo do ano aliados ao relevo ameno nas planícies baixas, nos depósitos aluvionares do sul mexicano e nos vales férteis de rochas básicas de Guatemala e Belize favoreceram a expansão exitosa da agricultura maia e com ela a expansão demográfica constatada no período de 300 a 900 anos d.C. Se os dados paleoclimáticos estão corretos, associados ainda ao quadro arqueológico bem evidente da comparação entre centros urbanos posteriores ao colapso societário maia, vide a emergência de Mayapan após a queda de Chichén Itza, no século XI, cuja arquitetura, iconografia e expressão comercial não demonstravam a mesma opulência que seu rival em declínio e conquistado, é muito provável que a tese da dissolução de organizações societárias verticalizadas e de ampla escala de influência e domínio seja pertinente, pelo menos ao longo de um vasto período na região maia. Por sua vez, Berdan e Smith argumentam que no período pós-clássico, a derrocada dos grandes centros possibilitou a multiplicação de relações comerciais e de intercâmbios culturais mais descentralizados, o que

favoreceu em certa medida a recuperação da renda da terra e do trabalho sob uma lógica mais endógena de desenvolvimento.

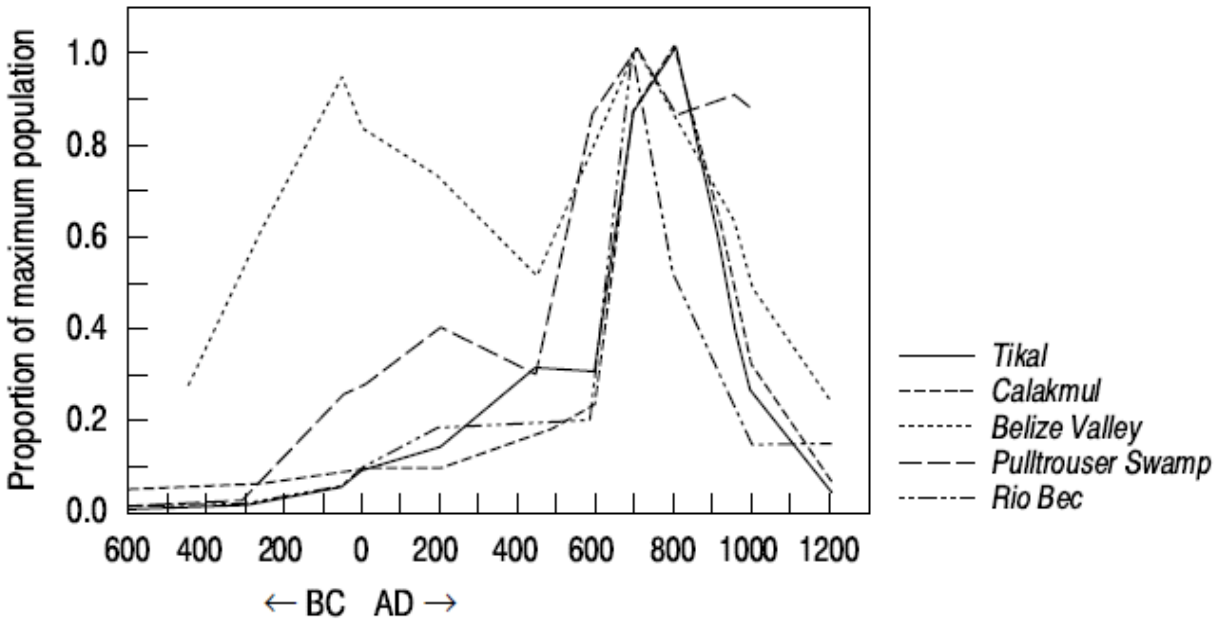


Figura 13: Cronologia da demografia maia em suas principais cidades. Fonte: Lutz et al. (2000:12).

Ao passo que a seca recrudescia as condições de sobrevivência e reprodução dos povos maias das terras baixas e, posteriormente, dos povos de terras altas, como tardiamente em Toniná, no centro do altiplano mexicano, o fenômeno climático não parece ter surtido efeitos tão dramáticos às condições hidrológicas do Anahuac, permitindo a continuidade da diversificação do trabalho social, da ampliação demográfica, dos excedentes alimentícios e da crescente multiplicação das forças produtivas.

As feições geomorfológicas ofereceram generosas depressões suspensas, como o Vale do México, na grande bacia hidrográfica de mesmo nome, onde o nível de base elevado permitia a formação de lagos interligados, entre eles o famoso lago Texcoco, onde Tenochtitlán (capital asteca) foi estabelecida em uma de suas ilhotas, e devido à formação químico-mineral do solo altamente salina, o lago possui vários gradientes de salinidade em suas zonas, apresentando água doce, água salobra e água salgada. Os diversos povos que lá se estabeleceram souberam aproveitar bem o alto teor de salinidade para produzir e comercializar sal em diversas áreas do altiplano mexicano, além das especificidades de flora e fauna desse ambiente lacustre. A expressão mais icônica do relacionamento metabólico das sociedades mesoamericanas com o lago nos séculos de territorialização asteca certamente foi a agricultura através das *chinampas*, isto é, grandes estruturas flutuantes de madeira sobre à água, compostas no seu interior por pedra, terra e matéria orgânica,

que condicionam superfícies de cultivo agrícola em altos níveis de produtividade; hortícolas, temperos, ervas, pimentas, tomate, chia, milho, entre muitos outros cultivares foram absolutamente fundamentais à expansão do domínio mexica-asteca, justamente pelo papel que os excedentes alimentícios figuravam na logística de guerra e na manutenção dos exércitos de guerreiros no período mais formativo desta expansão. Além disso, a alta produtividade de alimentos estava, sobretudo, à serviço de grandes centros comerciais e de capitais políticas regionais, tal como Tenochtitlán, que girava em torno de 300 a 400 mil habitantes em seu auge. Na figura abaixo, é possível observar onde as chinampas se localizavam no grande lago Texcoco, no Vale do México.

Figura 14: Lago Texcoco - Vale do México em 1519. Fonte: Wikimedia Commons, 2007.

A origem da sociedade asteca sua narrativa derivada de seu próprio mito fundador. Em um

códex conhecido como “Tira de la Peregrinación”, escrito em uma tira de papel maguey, o povo asteca saiu de “Aztlán” (algum lugar remoto ao norte do México) e peregrinou ao longo de vários séculos até encontrar um lugar (guiados pelo Deus “Huitzilopochtli”) que fosse pertinente ao seu estabelecimento territorial definitivo. Este foi a maior ilha do Lago Texcoco, a cultura histórica sobre esta escolha dizia que ao longo dos vários séculos os astecas estavam à procura de um sinal designado por “Huitzilopochtli” de que a construção da cidade mexica deveria ser realizada onde encontrassem “uma águia parada sobre um nopal (cacto) devorando uma serpente”. Tal fato foi constatado na ilha e lá decidiu-se implantar a cidade de Tenochtitlán.

Este mito assume de tal modo um simbolismo adequado e apropriado aos termos do Estado-nacional mexicano, que a águia é a figura central de sua bandeira. Muitos historiadores compreendem que a peregrinação asteca iniciou-se por volta de 1150, quando saíram de Aztlán e mantiveram uma sistemática prática migratória até chegaram nas imediações do lago Texcoco em 1300, chegando a fundar Tenochtitlán em 1325.

A partir do século XIV, os astecas começaram campanhas militares ao longo da região central do Vale do México, se estendendo por todo altiplano e zonas costeiras. Tais campanhas lentamente impuseram o controle mexica sobre as rotas comerciais e implementaram uma vasta rede de tributos, comércio e integração cultural, cujo comando se realizava pela Tríplice Aliança, união entre as classes governantes das cidades de Tenochtitlan, de Texcoco e de Tlacopan. Esta aliança foi formada através de um expediente comum em diferentes épocas que eram as coalizões entre sociedades cuja linhagem e origem étnica eram semelhantes, formando assim associações militares transitórias com fins objetivos de controle e domínio dos centros comerciais importantes e da tributação de comunidades agrícolas dispersas nos vales do altiplano central mexicano. Neste sentido, as três cidades-estados eram todas linguisticamente coesas em torno do idioma náhuatl, pois todas provêem da ancestral história de peregrinação milenar dos mexicas que foram de Aztlán até as bordas e ilhas do Lago Texcoco. Assim, a aliança se consolidou, sobretudo, no intuito de conquistar a cidade de Azcapotzalco, que à época era um importante centro comercial de sal, cerâmica e obsidiana.

A relação de dominação imposta a partir de Tenochtitlán era fundamentalmente exercida mediante a tributação. A conquista territorial não tinha por finalidade a apropriação de terras, mas sobretudo a conquista da força de trabalho e parte da renda da terra gerada a partir dele. Deste modo, a cooptação das elites locais e regionais era expediente comum à hegemonia mexica, pois assim se utilizava da própria burocracia estratificada dos povos dominados como instrumento de controle político:

> The co-opting of provincial elites, a common process in hegemonic empires, was a major component of the imperial strategies of the Aztecs (Berdan et al. 1996). Current research on

excavated elite compounds in Morelos suggest that provincial elites at the important political center of Yautepec were better off economically after Aztec conquest, whereas contemporary elites at the rural town of Cuexcomate suffered greatly (SMITH & MONTIEL, 2000:261).

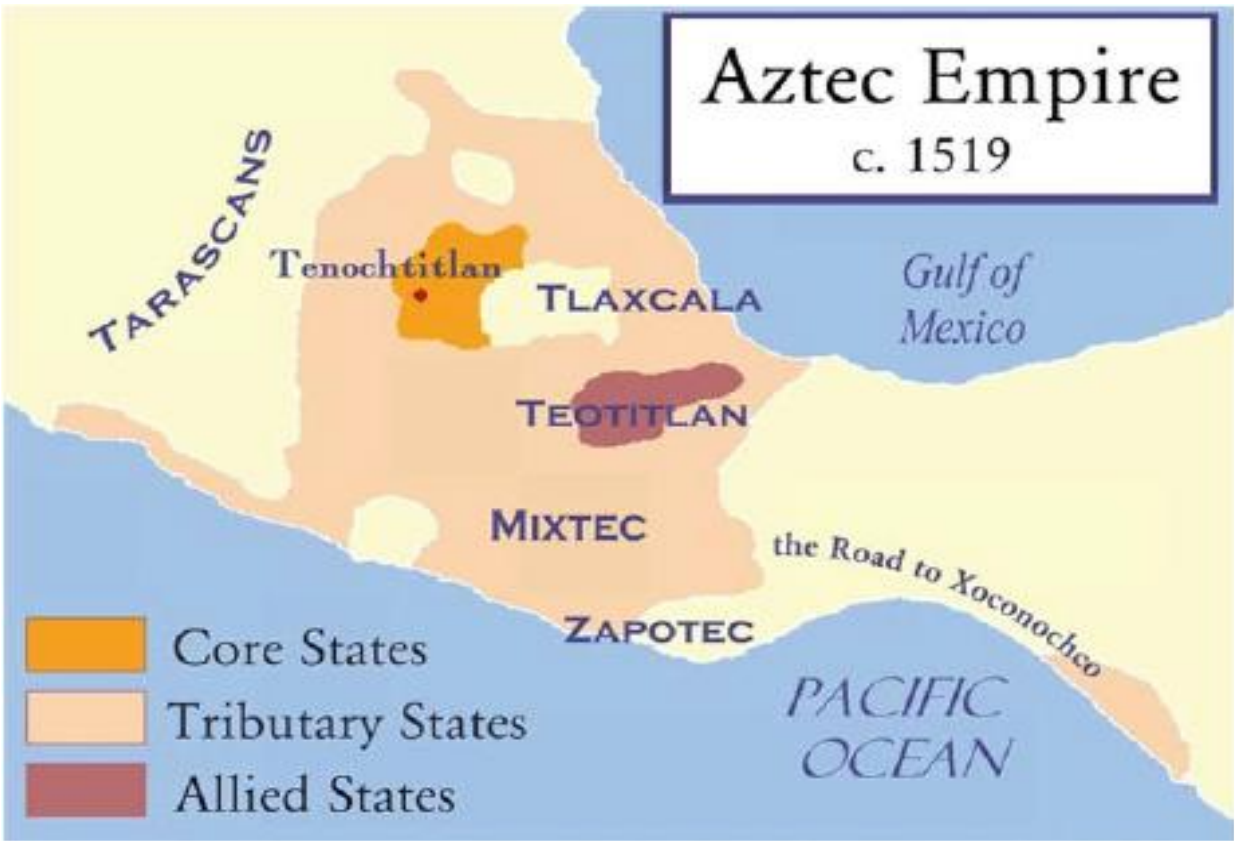


Figura 15: Mapa do território asteca no século XVI. Fonte: Staller (2010:37)

É possível observar neste mapa não só a configuração do território asteca, como também a existência de territórios não alinhados à dominação central exercida a partir de Tenochtitlan. Tlaxcala era uma sociedade que foi paulatinamente cercada pelos astecas, a partir da expansão do império ao longo dos séculos XIV, XV e alvorecer do XVI. Tal expansão estrangulou o fluxo comercial dos tlaxcaltecas com povos da costa do golfo, principalmente em relação a produtos indispensáveis como o sal. Contudo, frações de povos diminutos dispersos pela região que caíram sob o domínio asteca se refugiaram em Tlaxcala ajudando na fortificação da província, como os otomíes. Mesmo com todos os acossos e investidas militares astecas, Tlaxcala se manteve de pé, constituindo-se como uma fortificação militar inimiga incravada no interior do território asteca.

A famosa *Matrícula de Tributos* asteca, que era um livro contendo anotações sobre os tributos cobrados a 260 povos na região do Anahuác e Soconusco entre 1440 e 1518 (AUBRY, 2006:53), representa o caráter imperial que a política externa de Tenochtitlán exercia sobre a extensa parte da Mesoamérica. Na seguinte passagem de Jan de Vos, sobre as informações contidas na Matricula de Tributos, observa-se a variedade de produtos que convergiam sob o controle das

elites mexicas:

> La comarca que llevaba este nombre azteca [“Xoconochco”] abarcaba ocho pueblos que aún hoy sobreviven en su mayoría: Mapachtepec, Xoconochco, Acapetlatlan, Huitztlan, Huehuetlan, Mazatlan, Coyoacan, y Ayotlan. Era una zona rica en cacao, debido a una feliz combinación de suelos fértiles, abundante precipitación fluvial, clima tropical adecuado y mano de obra calificada. Las ocho unidades socioeconómicas, cuyas representaciones jeroglíficas aparecen en la famosa *Matricula de Tributos*, tenían sus respectivos centros administrativos asentados al pie de la cadena montañosa que separa la llanura costeña del resto del territorio chiapaneco. Estaban, además, situados en la orilla de uno de los numerosos ríos que bajan de esa cordillera al océano Pacífico. Su área de influencia iba desde la montaña hasta la costa, y contaba con varios poblados subordinados, en su mayoría situados en el borde de los canales navegables, producidos por los esteros.
> La lámina que en el códice refiere a los tributos pagados por el distrito de Xoconochco revela la variedad de productos cosechados en la región. Dos veces al año, sus habitantes entregaban a los recaudadores aztecas una cadena de jade, dos bezotes de ámbar y oro, 400 plumas de papagayo amarillas, 400 plumas de ave azules, 400 plumas de ave rojas, 400 plumas de ave verdes, 400 plumas de quetzal, 100 pájaros, 400 tecomates o jícaras, 100 fardos de cacao, 40 pieles de ocelote, dos piezas de ámbar. La mayoría de estos productos se conseguían en la región misma, excepto los minerales, que probablemente eran importados. Destacaba el cacao por el aprecio de que gozaba en el mercado mesoamericano de aquella época; representaba 70% del valor total del tributo anual, contra 25% aportado por la cacería y 5% relativo a la artesanía. (DE VOS, 2010:21)

É interessante considerar que quanto mais povos a serem tributados e maior a superfície geográfica controlada, maior a quantidade de excendentes e bens destinados aos centros urbanos, possibilitando um adensamento populacional cada vez maior e mais elaborado em cadeias de trabalhos, funções, artes e ofícios que projetam em outro patamar a força social de dominação em termos de técnicas, saberes e estratégias. O militarismo crescente da política central no Vale do México traduziu-se sistematicamente na expansão territorial, regime após regime de seus governadores. O mapa abaixo ilustra bem este processo:

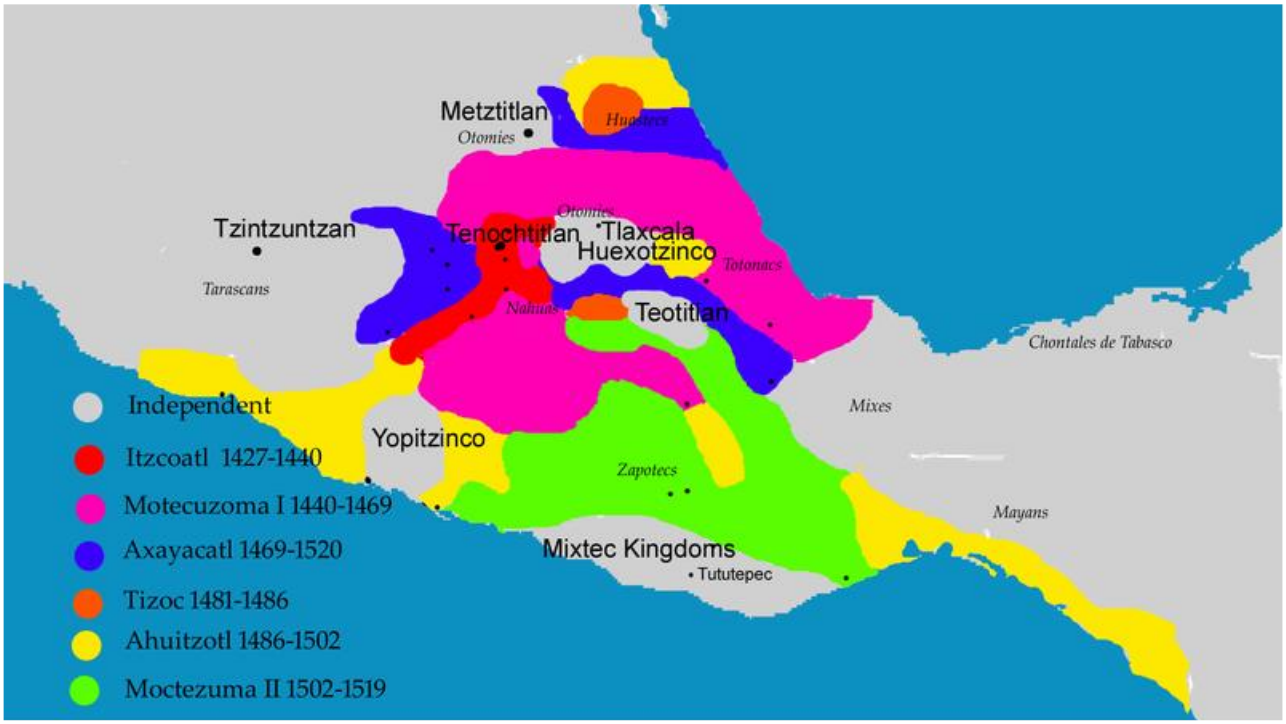


Figura 16: Evolução da expansão territorial do império asteca conforme seus diferentes governantes. Fonte: Wikipedia, 2016.

Observa-se, portanto, que a expansão do império asteca demonstra uma nova fase de integração mesoamericana. Após o período clássico de domínio teotihuacano e de florescimento dos centros maias, há um período de fragmentanção e desmonte do controle político centralizado, ascendendo alguns pólos transitórios, como Tula e Chichén Itza, que posteriormente têm seu declínio nos séculos XI-XII. A ascensão dos mexicas no altiplano configura uma nova fase de concentração de riqueza em núcleos urbanos, de ampliação do comércio regional, de mescla e transformação do patrimonio cultural das sociedades do Anahuac (principalmente pela difusão do idioma nahuátl) e de crescimento populacional de grande expressão no altiplano. Além disso um outro patamar técnico de produção de alimentos, da arte arquitetônica e das práticas militares efetivou-se de modo exitoso nas zonas do Lago Texcoco.

CAPÍTULO III

A dominação colonial e a reestruturação territorial das populações indígenas

> Os pesquisadores de Berkeley traçaram para a região do Anahuaque (altiplano mexicano) a curva da despopulação. Ela é aterradora, já que dos 25 milhões de índios em 1500, não há mais do que um milhão em 1605. Watchel dá, para o império inca, cifras um pouco menos acabrunhantes: 10 milhões de índios em 1500, um milhão em 1600. (CLASTRES, 2012:115)

> Las Casas [Frei Bartolomé de Las Casas] foi à América pela primeira vez com 24 anos de idade como membro da terceira expedição de Colombo (1498). Lá, ele logo se inteirou da condição desesperadora dos nativos e, durante o resto de sua vida, empenhou-se sem esmorecer pela melhoria dessa condição. […] E quando Las Casas morreu num mosteiro dominicano de Madri em 1566, ele tinha feito a sua parte, mas ao mesmo tempo a obra de destruição já havia sido consumada. O profundo trabalho de Brion mostra aqui, no campo moral, a mesma dialética histórica com que nos deparamos no campo cultural: em nome do catolicismo um sacerdote se contrapõe aos horrores cometidos em nome do catolicismo; foi assim que um sacerdote chamado Sahagún, por meio de sua obra *Historia General de las cosas de Nueva España,* resgatou a tradição do que foi entregue à destruição sob o protetorado do catolicismo. Brion nos enriqueceu com uma excelente exposição de batalhas dogmático-políticas, pelas quais justamente em nosso tempo se renova o interesse e a compreensão. (BENJAMIN, 2013:172)

Uma vez que este trabalho pretende compreender como se deu a estruturação territorial das comunidades indígenas em Chiapas por um processo de longa duração, torna-se imprescindível uma revisão histórico-geográfica a respeito da trajetória dessas comunidades e seus modos particulares de integração às estruturas políticas das várias escalas de poder colonial. Destarte, vale introduzirmos um panorama geral das principais feições geográficas do estado de Chiapas como modo de uma primeira aproximação de sua realidade passada.

As feições geomorfológicas principais do estado de Chiapas são: do sul para o norte, a planície costeira do Oceano Pacífico que se estende continentalmente até o grande maciço da Sierra Madre de Chiapas. Essa formação metamórfica de alto relevo é seguida por uma grande depressão (Depression Del Alto Grijalva) responsável pelo fluxo de convergência que dá vida ao Rio Grijalva, senão o mais importante rio do estado de Chiapas. A outra vertente (leste) que compõe os ombrais que formam a bacia do Grijalva são os Altos de Chiapas, que se estendem do centro do estado até a Guatemala. Já na região leste do estado, localiza-se a Selva da Lacandona, com seu relevo marcado por vertentes escarpadas e densa vegetação (Montanhas da Lacandona); e por fim, no nordeste do estado encontram-se as Montanhas do Norte e sua subsequente amenização até as planícies costeiras do Golfo (ver mapa abaixo).

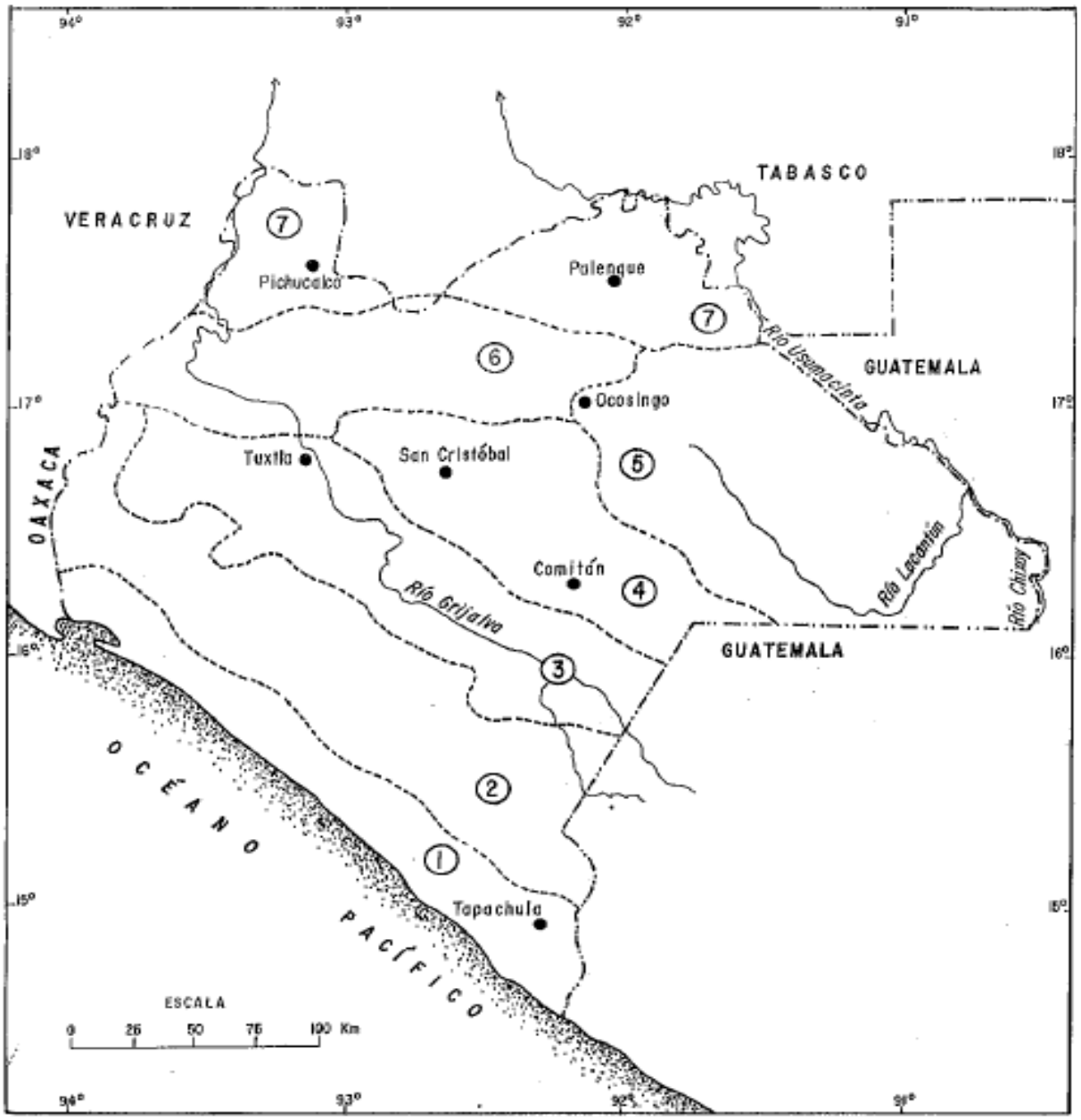


Figura 17: Principais referências geomorfológicas e hidrológicas do estado de Chiapas. 1 – Planície costeira do Pacífico; 2 – Sierra Madre de Chiapas; 3 – Depressão do Alto Grijalva; 4 – Altos de Chiapas; 5 – Montanhas da Lacandona; 6 – Montanhas do Norte; 7 – Planícies do Golfo. Fonte: Jan de Vos, 1994.

No período pré-Conquista, pode-se diferenciar duas regiões socialmente distintas em Chiapas tanto sob o ponto de vista dos sistemas de paisagens quanto dos povos que ali habitavam. A Província de Xoconochco, que se localizava em Soconusco, a área costeira de Chiapas. Essa província era composta por oito povos que até hoje sobrevivem em sua maioria: Mapachtepec, Xoconochco, Acapetlatlan, Huitztlan, Huehuetlan, Mazatlan, Coyoacan, e Ayotlan. A parte administrativa desses distritos situava-se próximo a Sierra Madre de Chiapas, ao norte da costa, provável unidade administrativa subordinada ao domínio mexica. Na verdade, pode-se dizer que esta serra separava Xoconochco de outras regiões habitadas e situadas em todo o resto do território chiapaneco. Quanto a essas outras regiões, podemos mencionar seis grandes territórios que

posteriormente integraram a Província Colonial de Chiapa: Chiapa, Lacandón, los Zoques, los Zendales, los Quelenes y lós Llanos. Em quatro destas províncias se falava idiomas "mayos": em Lacandón, falava-se a língua *chol*, em lós Zendales, o *tseltal* (ou zendal), em los Quelenes a língua predominante era *tsotsil* e em lós *Llanos* coexistiam o *tseltal* e o *tsotsil* dentre outros idiomas. Essas regiões também sofreram influência do *nahua*, introduzido pelos toltecas muito comumente usado para designar nomes de lugares nas regiões.

De todos esses territórios "étnicos", Chiapa era o mais expressivo em termos das habilidades bélicas e militares, sua origem é uma questão ainda em aberto e repleta de controvérsias, mas é possível dizer que eles vieram originalmente do planalto mexicano e emigraram para o sul da América Central. Os chiapanecas expulsaram povos de suas terras e se apoderaram de diversos territórios, fizeram escravos e obrigaram comunidades a lhes pagar impostos. No final do século XV, eles puderam ser considerados a nação dominante de toda a região de Chiapas.

Segundo Jan De Vos (1994), a população que vivia em Chiapas antes da Conquista já conhecia o sistema de cobrança de tributos e o trabalho escravo, muitos eram camponeses que trabalhavam majoritariamente no cultivo do milho e demais produtos de circulação. No entanto, com a chegada dos espanhóis e o barbárico processo de genocídio ameríndio dele decorrente, a cultura dos chiapanecas foi uma das mais atacadas em função da sua ampla resistência ocorrida até meados do século XVI.

As primeiras aparições de espanhóis em terras mexicanas se deram em dois momentos. O primeiro deles foi em 1517, quando homens pisaram em uma praia do Caribe em busca de água potável. O segundo foi em 1519, quando desembarcaram na Costa de Vera Cruz, a mando de Hernán Cortés, um número bem mais expressivo de homens. A partir de então, as chegadas de espanhóis começaram a ser maiores e mais frequentes. Os homens que chegavam vinham dos lugares mais pobres da península ibérica e a possibilidade de aquisição de terras mexicanas se tornava uma aspiração à melhoria de vida e de enriquecimento.

A história da colonização em Chiapas se divide em dois momentos iniciais de territorialização hispânica. O primeiro abrange a primeira metade do século XVI e é normalmente entendido como o período de conquista territorial e subjugação militar. O segundo abrange toda a história de dominação espanhola ao longo de quase três séculos após a primeira fase marcada por invasões, genocídios e ocupação territorial. O que define a entrada do segundo período é a vinda de frades dominicanos no ano de 1544 e a mudança do regime territorial indígena.

Estamos no primeiro momento da história da colonização, em 1524, ano em que ocorreram as invasões em terras chiapanecas, encabeçadas por Pedro de Alavarado, Luís Marín, Jorge de Alvarado e Diego Mazariegos. Elas aconteceram em quatro momentos sucessivos e por quatro rotas diferentes.

> A principios de 1524, un pequeño ejército (135 jinetes, 300 soldados de infantería y un número no definido de aliados tlaxcaltecas) capitaneado por un tal Pedro de Alvarado, avanzó por la costa Del Soconusco, rumbo a Guatemala. En la primavera de 1524, un contingente mucho más reducido, bajo el mando de un tal Luis Marín, compañero cercano de Hemán Cortés, llegó marchando desde Veracruz. En el invierno de 1527, un grupo armado llegó desde Guatemala, siguiendo órdenes de Jorge de Alvarado, hermano de Pedro, bajo el mando de un tal Pedro de Portocarrero. Finalmente, en la primavera de 1528, llegó desde Oaxaca una expedición capitaneada por un tal Diego de Mazariegos, primo hermano de Alonso de Estrada, quien en ese momento tenía El poder en la ciudad de México. (DE VOS, 2010:43-44)

Dentre as invasões ocorridas, a única que significou uma ocupação definitiva das terras conquistadas foi a de Diego Mazariegos. É interessante mencionar que este processo não se deu sem luta e resistência, o que melindrosamente era desmontado pelas invasões ibéricas através de alianças com povos subjugados pelo domínio chiapaneca ou, em outras regiões, pelos astecas. Ou seja, as respostas das sociedades mesoamericanas diante da invasão hispânica variavam conforme os interesses políticos e de guerra se configuravam no cenário de suas possibilidades. O exemplo mais expressivo deste processo, como já mencionado, era a sociedade de Tlaxcala, que formava uma unidade territorial encravada sobre uma vasta região de domínio asteca. A cidade de Tlaxcala jamais foi tomada pelas sucessivas tentativas de invasão dos astecas, e, posteriormente, seus integrantes se aliaram aos espanhóis na luta contra os domínio asteca de Tenochtitlán.

No caso dos chiapanecos não foi diferente, pequenos grupos e sociedades que viviam sob o jugo destes – como no caso de algumas comunidades de Soconusco – viam nos ataques espanhóis uma oportunidade de libertação ou, também, eram coagidos a agir desta maneira por já estarem sob o domínio das tropas hispânicas. Desse modo, os chiapanecas se mostraram resistentes à conquista da província de Chiapa, contudo, acabaram não resistindo ao poderio bélico dos espanhóis aliado a grupos rivais.

Diego Mazariegos, com o apoio dos índios zinacantecos e de outras comunidades indígenas, conseguiu chegar ao seu destino – a Província de Chiapa – e se instalar por lá com êxito, superando seus inimigos, entre eles os próprios chiapanecas e outros conquistadores rivais que tinham o mesmo objetivo. No território conquistado, Diego Mazariegos fundou a Villa Real de Chiapa, introduzindo já transformações, como obras de urbanização.

> Don Diego y compañeros dedicaron buena parte del siguiente mes a la tarea de trazar calles y repartir solares, una vez señalado el cuadro que serviría de Plaza mayor. No olvidaron dejar campo abierto para cuando la población creciera y de tener el río cerca para la fácil conducción del agua a casas y huertas. Dieron nombres provisionales a las pocas avenidas que cruzaban la incipiente colonia: calle del Sol, de la Luna, de la Fuente, de Comitán, de Santiago, del Río, de Zinacantán, del Peñol, de la Carrera, de la Laguna, de la Ciénega. Designaron, a una distancia sabiamente calculada, sitios para los pueblos en donde vivirían los indios amigos que habían participado con ellos en la Conquista. (DE VOS, 2010:49)

A Coroa espanhola através de seus mandatários e conquistadores coloniais, ao passo que se estabeleciam pela dominação militar, passaram a exercer seu domínio conservando a estrutura política de sociedades mesoamericanas já fundadas em formas hierarquizadas de organização. Esta política colonial transitória permitiu que com poucos recursos administrativos, burocráticos e de infraestrutura a centralização dos bens tributados via o sistema de "cacicazgos" pudessem ser apropriados pelo poder colonial. Havia seis territórios no distrito colonial ao qual Villa Real dominava: Chiapa, los Zoques, los Zendales, los Quelenes, los Llanos, e el Lacandón, esses territórios foram conformados em função do regimes de cacicazgos anteriormente estabelecidos, mas com transformações substanciales, como a própria fusão entre eles quando sua proximidade não

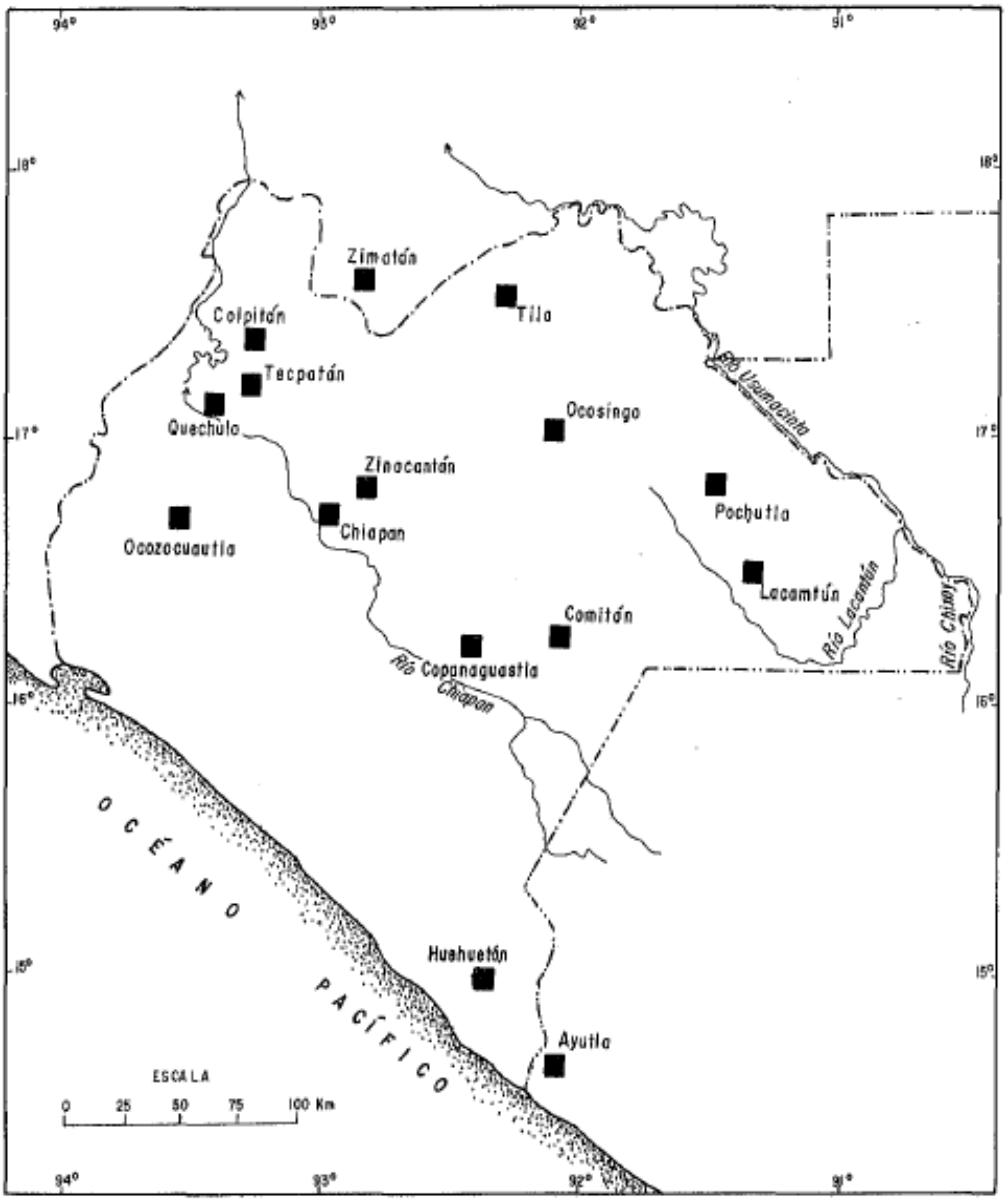


Figura 18: Localização dos principais "cacicazgos" que existiam em Chiapa e Soconusco à chegada dos espanhóis. Fonte: De Vos (2010:55).

exigia mais de um centro administrativo. Essa constatação pode ser observada na subsequente configuração territorial das províncias sob o controle de Villa Real:

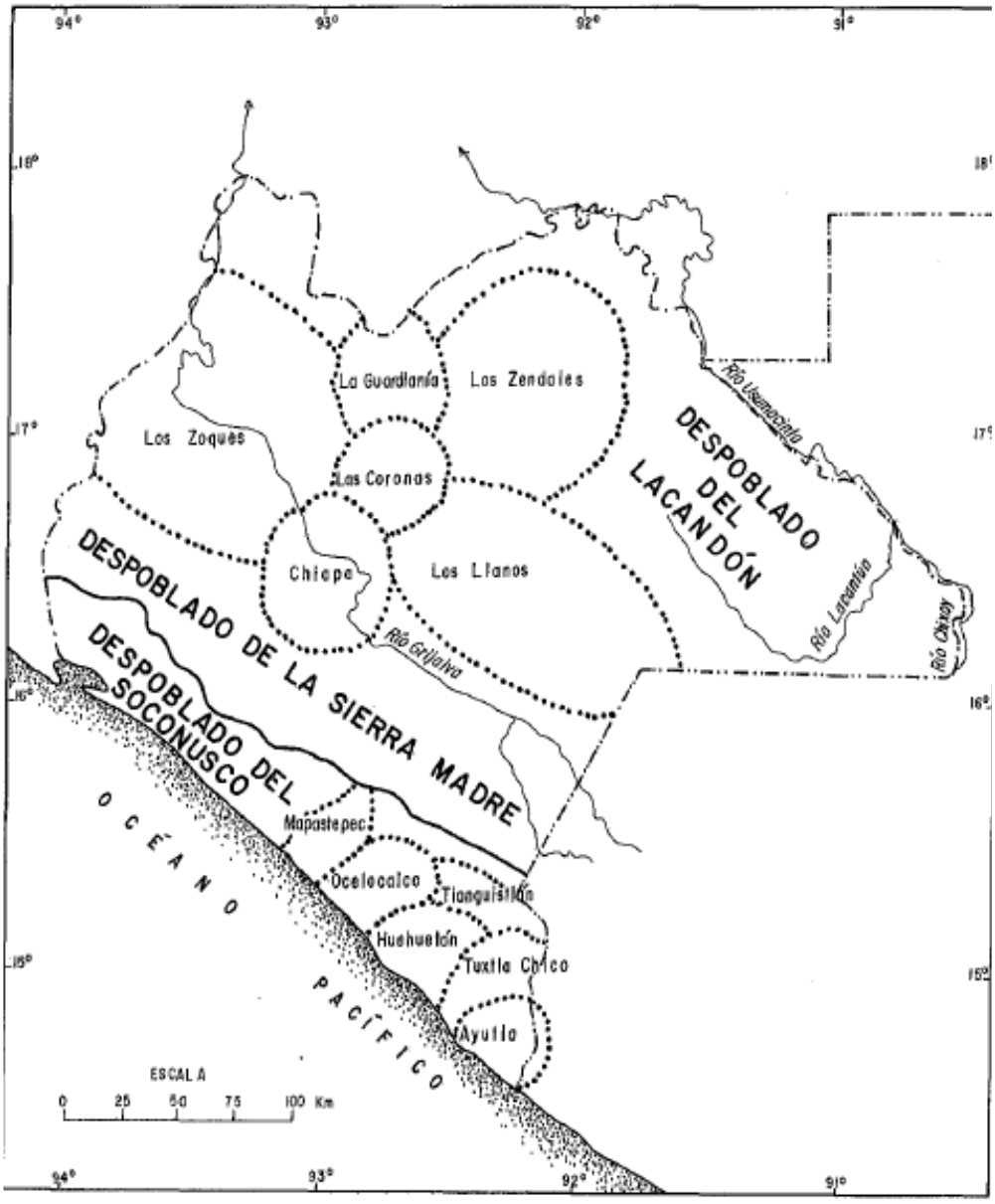


Figura 19: Divisão das províncias do distrito maior de Chiapa e Soconusco. Fonte: De Vos (2010:58).

A reestruturação das relações políticas internas às comunidades indígenas, realizada até a primeira metade do século XVI, consistia na manutenção de líderes e "caciques" locais que intermediavam as ordens e os imperativos da dominação colonial estrangeira com a organização e o controle das práticas comunitárias e a distribuição dos excedentes (segundo Gudrun Lenkersdorf (2001), a figura do cacique não tinha precedência mesoamericana). Para Gosner e Camack, a atuação dos "cacicazgos" foi resultado tanto do status herdado por linhagens de parentesco, como pela intervenção colonial hispânica:

> Sin embargo, después de esta crisis inicial, la Corona retomó los pasos para restaurar el rango y la condición social de los caciques bajo los nuevos términos de las reglas coloniales indirectas. A finales de la década de 1530, la legislación reconoció sus títulos y muchos de

> sus privilegios acostumbrados. Luego, cuando fueron introducidas las instituciones españolas de gobierno local, los caciques pudieron monopolizar los cargos de gobernador, posición comúnmente sostenida de por vida; y de primer alcalde en el cabildo. Los caciques fortalecieron su posición política más adelante, entre 1540 y 1550, por medio de su cooperación con los esfuerzos dominicos y mercedarios para reasentar a la gente maya dentro de pueblos nucleares y convertirlos a la cristiandad. (GOSNER, 1991:153)

> Fortalecidos por su condición de caciques, los regidores k'iche's retuvieron una parte sorprendentemente grande de la organización política prehispánica de Utatlán. [En la década de 1550] Juan de Rojas y Juan Cortés, los hijos de Tecún y Tepepul, según el *Popol Wuh,* seguían siendo reconocidos como "reyes". Tenían que ser consultados en todos los problemas pertinentes a Santa Cruz Utatlán, y aun los pagos de tributo a los españoles eran considerados pertenecientes primero a ellos y luego a los españoles. Más significativo aún fue el hecho de que continuaran ejerciendo su autoridad en ciudades y provincias fuera de la propia ütatlán. Les encontramos en esas ciudades autorizando ascensos en cargos, resolviendo disputas de tierra, escribiendo historias, testificando en favor de posiciones sacerdotales, llevando a cabo censos y ejecutando otras labores importantes. (CARMACK, 1981:313)

Todavia, a política de manutenção de líderes nativos como intermediários locais ao longo da primeira fase do enraizamento colonial foi objetivamente mantido como forma de agrupar o trabalho social geograficamente disperso na colônia, pois o aparato de controle espanhol seria incapaz de fazer valer sua hegemonia por extensões territoriais tão vastas como na Mesoamérica, além disso, a submissão de elites nativas facilitava o processo de tradução do domínio colonial ao termos do entendimento local-regional. Por volta de 1530, os territórios de sociedades e grupos mesoamericanos eram assim integrados sob o acosso tributário colonial denominado *sistema de encomiendas*, que eram cobranças por produtos e alimentos feitos sobre as comunidades camponesas, intermediado pelos caciques filiados ao controle dos alcaides e encomenderos.

> Se ha conservado un informe sobre lós tributos que estos tres poblados estaban obligados a entregar a su amo: a lo largo del año, 40 indios de servicio y los cántaros, ollas y piedras de moler que eran menester; cada año, 14 fanegas de maíz, 2 fanegas de trigo, 4 cargas de frijol, 19 cargas de chile, 220 plumas de aves preciosas, 800 tablas, 200 vigas y 800 fanegas de cal; dos veces al año, 16 gallinas de Castilla y 16 gallinas de la tierra, es decir guajolotes; además, cada domingo, 5 gallinas de Castilla y 3 de la tierra; y cada viernes, 50 huevos. Sólo de esta manera, don Pedro se consideraba capaz de construir y mantener con decoro su "casa poblada" en la primera cuadra de Ciudad Real. (Idem:55)

A superexploração do trabalho indígena provocou insurgências, os chiapanecas em 1532 se rebelaram contra o encomendero Baltasar Guerra de La Veja, mas foram derrotados. Em 1534, houve uma nova tentativa de resistência ao jugo colonial, por iniciativa do senhor de guerra Sanguieme, e novamente o fracasso. Com isso, a coroa espanhola concedeu à vila uma bandeira pelo feito de vitória. Neste mesmo período, a Villa Real passou por diversas mudanças onomásticas, foi rebatizada diversas vezes até que se manteve com o nome de Ciudad Real de Chiapa.

Os chiapanecas não foram os únicos a se revoltarem contra as encomiendas, e mesmo que eles tenham fracassado e sido duramente punidos, muitos outros momentos de tensão, resistência e

conflitos ocorreram. Por exemplo, as províncias de los Zoques, de los Zendales e el Lacandón também se manifestaram em 1533 e 1539. Entretanto, essas revoltas conduziam o domínio colonial a fortalecer ainda mais o seu sistema. A criação, posterior às revoltas, das encomiendas de Chamula e Pochutla exemplificam esse tipo de reação. O fato é que as comunidades indígenas já não suportavam mais o peso e a injustiça do sistema de tributos das encomiendas. Além disso, a primeira fase do período de colonização é marcada fortemente por um "apagamento" da cultura indígena, ou, por o que alguns definem enquanto *etnocídio* e *desindianização* (BATALLA, 1990). Este processo se tornou de tal modo brutal, que a queda demográfica dos indígenas se acentuou fortemente, prova desta infâmia pôde ser constatada na região do Anahuac, no altiplano mexicano, Pierre Clastres aponta uma queda populacional de 20 milhões para apenas 1 milhão de mesoamericanos em 1605. A degradação do sistema de cacicazgos e seu correspondente sistema de encomiendas têm parte de sua explicação na sobrecarga do sistema produtivo comunal através da subtração das tributária das condições mínimas de sobrevivência. Desde então a própria figura do cacique desfigurou-se de sua legitimidade e operação:

> A la larga, sin embargo, los caciques serían incapaces de sostener su posición politica. Las pérdidas severas de población hicieron que se debilitara su número. Interfirieron con las acostumbradas líneas de sucesión, e impusieron matrimonios con plebeyos. Al estar minada la integridad del linaje jerárquico, la legitimidad de los caciques empezó a ser cuestionada por su propia gente, y las cortes españolas comenzaron a rehusarse a revalidar títulos donde la descendencia directa del poseedor original del título no pudiera comprobarse. En Guatemala, los caciques perdieron su monopolio sobre los cargos de gobernador en el siglo XVII; y en todo el altiplano, a principios del siglo XVIII ya sólo quedaban muy pocos caciques. (GOSNER, 1991:154)
>
> Entre los tzotziles, tzeltales y choles em el altiplano, el cargo de cacique había quedado vacante en prácticamente todos los pueblos a finales del siglo XVI. Solamente Ixtapa, ciudad tzotzil al oeste de Ciudad Real, parece haber retenido un cacique en el siglo XVIII. (GOSNER, 1991:154)

Em 1545, chegaram os frades dominicanos em território chiapaneco, dirigidos pelo bispo Bartolomeu de las Casas. A chegada dos frades marca o começo da segunda fase do processo de colonização de Chiapas, justamente pelo papel que a Igreja católica, a mando da Coroa espanhola, assumirá na administração e no ordenamento territorial dos povos indígenas com fins de evangelização e, sobretudo, de organização da difusa força de trabalho destes a serviço do sistema de tributos por encomiendas. De fato, os frades provocaram diversas mudanças na relação entre os povos indígenas e a população espanhola e urbana. Primeiro, eles fundaram conventos em pontos estratégicos para a sua campanha de evangelização, como, Chiapa de los Indios e Ciudad Real. Depois, eles dividiram o território da província em seis zonas pastorais – los Zoques, Chiapa, los Quelenes, los Zendales, los Llanos e el Soconusco - e iniciaram uma excursão por diversos territórios interioranos e dispersos. A divisão do território da província estava ligada a um projeto de

organização social que pretendia congregar a população nativa em *reducciones*, isto é, pretendiam reorganizar e realocar os povos indígenas em terras eclesiais de uso comunal de modo a sistematizar o trabalho de evangelização e de tributação. Essa iniciativa mudou radicalmente o mapa geográfico e sociocultural de Chiapas, de tal modo que a configuração territorial das comunidades indígenas de hoje em parte são devidas a este assentamento ordenado segundo à estrutura das reducciones. Pode-se compreender tal processo a partir da seguinte interrogação de Díaz-Polanco (2011:19): "qual regime político e quê organização territorial seriam adequados para o controle e a exploração dos povos indígenas?".

> El sistema de dominación impuesto – delineado en lo fundamental durante el siglo XVI en la Nueva España – tuvo consequencias cruciales para los pueblos. Entre ellas se cuenta la drástica alteración que, previamente, sufrió la *territorialidad* original: los sujeitos de la "autonomia" reconocida por los europeos no serían las entidades politico-territoriales que encontraron en el Nuevo Mundo (los así llamados imperios, ciudades-estados, señoríos o sistemas cacicales), sino outra estructura creada por los dominadores.
> En efecto, uno de los resultados más notables del processo colonial fue la recriacíon de la *comunidad* como núcleo sociocultural en el que encontraron en abrigo las nuevas y mútiples identidades conformadas a lo largo de tres siglos. La congregaciones y reducciones que realizaron los españoles dieron lugar a los "pueblos indios", jurídicamente concebidos como *repúblicas de indios*. (…) El cambio correspondía a un vasto proyecto de redefinición de espacios y reubicacíon de la población que, si bien aseguraba el control social, político y económico sobre las etnias subordinadas, dio origen al mismo tiempo a una entidad inédita: la comunidad india.
> La comunidad había existido antes del régimen colonial; pero com este sufrió una alteración esencial. Respecto al pasado prehispánico, el gran cambio consistió em convertir el núcleo comunal en el espacio social de los indios, eliminando los preexistentes pisos superiores de organización socioeconómica, cultural y política, y la territorialidad que les correspondía. (DÍAZ-POLANCO, 2011:20)

O processo de arregimentação e formação dos povoados indígenas das reducciones foi facilitado, pois para muitos índios significava um modo de escapar dos colonizadores espanhóis e do regime das encomiendas administrados por *encomenderos* extremamente violentos. Já no final do século XVI, o sistema de tributação foi gradualmente se transformando e desaparecendo para dar lugar a um novo sistema produtivo de voltado aos mercados externos, com um uso muito mais intensivo e direcionado à lógica da acumulação. Em lugar das encomiendas, começaram a emergir as haciendas (fazendas), grandes propriedades de terra nas quais o trabalho indígena era forçado e superexplorado. Apesar disso, o sistema tributário também continuou em Chiapas.

O antropólogo Henri Favre, ao buscar compreender as continuidades e mudanças nas sociedades maias diante da colonização, faz os seguintes questionamentos: "¿Que no representa un punto de bifurcación en la línea evolutiva de la sociedad maya? ¿No se traduce más bien por una ruptura que por un simple cambio? ¿No desnaturaliza la cultura maya al introducirla en una situación totalmente nueva, la situación colonial?" (FAVRE, 1973:10).

Ademais, a fragmentação das comunidades dava-se não só pela dissolução das instâncias

supra-comunais pelos espanhóis, mas também era mantida a partir do procedimento político de comunicação e deliberação diretamente estabelecido entre a comunidade e o comando espanhol, sem intermediação de qualquer instância ou autoridade indígena de mais ampla escala, tal expediente favorecia a atomização das comunidades e, logo, a sua dominação pelo projeto imperial hispânico:

> Así, pues, la organización socioétnica se simplificó: las entidades étnicas, antes organizadas en complejas y jerárquicas estructuras supracomunales en Mesoamérica, en los Andes y entre los mayas de las tierras bajas, se transformaron em un archipiélago de comunidades aisaladas entre sí o com relaciones muy discretas, y cada una de ellas fue colocada frente al poder del Estado. En suma, la territorialidad e identidad de las etnias indígenas, al menos las reconocidas, se reducjeron a la comunidad, bajo la forma de pueblos-cabeceras y sus sujeitos. La outra cara de este proceso fue, pues, la *atomización* de los pueblos indios, impulsada por el sistema de encomiendas, la organización administrativa y outras medidas impuestas. (DÍAZ-POLANCO, 2011:20-21)

O antropólogo mexicano Guilhermo Bonfil Batalla, em seu livro "*México Profundo: uma civilização negada*", ilustra como o desconhecimento da formação territorial mesoamericana e de sua respectiva escala de organização social pode contribuir a um entendimento desatento dos efeitos do colonialismo na fragmentação da geografia indígena mesoamericana. O autor advoga que muitos povos e etnias entendidos a partir de comunidades locais expressam não só uma heterogeneidade própria, mas, sobretudo, são a face dos processos heterônomos de fragmentação territorial:

> (...) la dominación colonial, (...), intentó sistemáticamente destruir los niveles de organización social más amplios, los que incluían en su seno una vasta población que ocupaba un amplio territorio, y trató de reducir la vida indígena exclusivamente al ámbito de la comunidad local. Esta atomización de los pueblos indios originales ha tenido efectos en el desarollo de la civilización mesoamericana, y también ha provocado que se refuerse la identidad local, en detrimento de la identidad social más amplia que correspondía a la organización social de los pueblos antes de la invasión europea. De tal manera que las identidades actuales deben entenderse como resultado del processo de colonización y no como la expressión de una diversidad de comunidades locales que formen, cada una de ellas, un pueblo distinto. (BATALLA, 1990:50)

> Al igual que La Farge y Beals, cuyos esquemas de la historia maya postconquista lo precedieron, Wolf vio a las comunidades mayas contemporáneas como productos de la conquista y colonización española. En su paradigma, el desmantelamiento de los sistemas de gobierno indígenas, el colapso de poblaciones nativas, la expansión de los hacendados espanoles y la introducción de oficinas municipales europeas y sociedades católicas laicas transformaron las civilizaciones urbanas teocraticas de la Mesoamérica postclásica en comunidades igualitarias de campesinos confinados. A mediados del siglo XVIII, se pensó que las sociedades mayas coloniales compartían los rasgos esenciales que los contribuyentes a la Heritage of Conquest, de Sol Tax**,** atribuyeron a sus descendientes de las décadas de 1940 y 1950**,** sin considerar los importantes cambios que tuvieron lugar en el contexto económico y político de sus vidas durante el siglo XIX y principios del XX. (GOSNER, 1991:152)

Em 1560, as reducciones já estavam implantadas em pelo menos quatro das seis zonas pastorais estabelecidas. Os frades dominicanos agiram de diversos modos em favor das

comunidades indígenas, por isso, a princípio, eles representaram para elas uma enorme melhoria de vida. Os frades defenderam os grupos indígenas diante a ação opressiva dos encomenderos, vigiaram a transação e a cobrança dos tributos, e atuavam em campanhas abolicionistas, exercendo forte influência nos marcos jurídicos à época. Ao mesmo tempo, estudaram suas línguas e costumes, apresentaram novos cultivos e indústrias artesanais e transformaram os antigos centros de cerimônia em templos católicos.

No fim do século, havia em torno de sete conventos - centros estratégicos de evangelização – que abrangiam os povos indígenas de Ciudad Real, Chiapa, Copanaguastla, Tecpatán, Chapultenango, Ocosingo e Comitán. Os frades, que visitavam frequentemente esses povos, optaram por deixar de serem missionários e se tornaram curas doctrineros, passando a se instalar e se fixar nos povos mais importantes.

A aproximação dos frades com as comunidades indígenas gerou profundas mudanças culturais nestas últimas. A internalização e familiarização com a doutrina católica montada diante de uma ordem política de subjugação dos "doutrinados", onde a existência colonial violenta inviabiliza estruturalmente as possibilidades sociais da afirmação do ethos e da cosmovisão mesoamericanos vinculados a redes de intercâmbio social mais amplas e diversificadas, já que os vínculos sociais orgânicos que subsidiavam a efetivação dos mesmos se encontravam, agora, desmantelados pelo sistema de domínio hispânico. Logo, a aceitação da evangelização era permeada pela a alienação das condições mínimas de liberdade e auto-determinação aos ameríndios, e pelo desmonte do conjunto de relações sociais mais amplas que permitiam a continuidade de suas teologias, resultando que o catolicismo, instalando-se sob condições de barbárie social, se apresentava como a melhor opção de vida sob o sistema de reducciones. Entretanto, a tensão social de uma atroz divisão colonial de classes participava como estrutura geral de acomodação e apropriação dos elementos teológicos.

Uma prática sistemática aviltante às comunidades sob o sistema de reducciones era o recolhimento anual dos tributos. Uma parte desse imposto era dada em dinheiro e a outra por meio de alimentos e artesanato. De fato, toda a história de colonização dos territórios chiapanecos é marcada pela presença massiva da cobrança de impostos. A cada região era cobrada uma quantidade expressiva de produtos, das regiões mais proeminentes era exigido maior esforço. Muitos homens e famílias inteiras precisavam trabalhar em variadas fazendas para conseguir pagar a cota de tributos exigida, sendo que as taxas variavam conforme os governantes provinciais determinavam, levando a constantes revoltas e insurgências, como, no século XVIII, em que as exigências se alteraram, obrigando o pagamento da tributação em dinheiro e em períodos de má colheita a contribuição deveria ser maior.

A fadiga e a precariedade da população indígena se tornaram generalizadas na primeira metade do século XVIII, a liminaridade destas condições alimentavam o sentimento de revolta. Entre os anos 1707 e 1712 as colheitas não foram dentro do esperado e os tributos por causa disso dobraram o valor dos produtos. As comunidades indígenas estavam sufocadas e sem recursos suficientes à sobrevivência, emerge deste cenário a rebelião dos Zendales, em 1712. Foi um evento de grande importância, além de ser um marco contra a opressão colonial e o afloramento de motins distribuídos em diferentes províncias dos Altos de Chiapas (Zendales, Las Coronas y Chinampas e Guardanía de Huitiupán), a elaboração ideológica para tal empreendimento político insurgente demonstra diversos marcos de apropriação do catolicismo por uma etnicidade que se mantinha viva apesar do contrário. O início das manifestações tem relação direta com o discurso proclamado por pessoas que afirmaram aparecimentos milagrosos da Virgem Maria, ou que tiveram contatos presenciais com Jesus Cristo, Virgem Maria e o apóstolo São Pedro, caso do índio Sebastián Gómez, que afirmava ter recebido a seguinte mensagem:

> (…) ya no había más rey, ni tributo, ni alcalde mayor, ni funcionarios de Cuidad Real porque ellos habían llegado para liberarlos de todo eso; y que ya no había mas obispo ni ningún cura porque todo eso ahora había terminado; y que ahora ellos gozarían de su antigua libertad; y que sólo tendrían vicarios y curas párrocos propios que se encargarían de administrar todos los sacramentos. (ACOSTA, 2012:59)

Tais narrativas entonavam a necessidades políticas indígenas a partir de lideranças inteligentes e de grande prestígio que souberam utilizar a crise colonial a favor da emancipação e luta por direitos. Os "aparecimentos milagrosos" surgiram aos índios em três momentos distintos. A primeira aparição ocorreu entre Zinacantán e Chamula, em 1708, a segunda foi em Santa Marta, no ano de 1712, e a terceira, no mesmo ano, ocorreu em Cancuc. A última aparição provocou grandes impactos, os índios revoltosos foram convidados a se reunirem em Cancuc e a partir desse momento muitos indígenas deixaram de pagar impostos. Diversos conflitos sangrentos ocorreram entre indígenas e espanhóis, cujos principais territórios que foram palco destes duelos foram: Chilón, Ocosingo, Huixtán e Oxchuc. Apesar da bravura dos índios, esse episódio não significou a liberdade dos povos indígenas.

Todo o tipo de gente habitava o território: espanhóis, índios, mestiços e escravos negros, no entanto, no centro estava a Ciudad Real, onde se localizavam os espanhóis, e à margem existiam bairros que cercavam o território.

> El mismo censo ofrece datos particularmente valiosos sobre el panorama demográfico y racial que entonces presentaba Ciudad Real. Los seis barrios de índios que la rodeaban seguían siendo comunidades étnicamente separadas de La ciudad, con una población global de 742 individuos. El área propiamente urbana – el recinto español y el barrio mestizo de La Merced – estaba entonces habitada por 594 españoles, 794 indios y naborías, 837 negros y mulatos, y 1 885 mestizos y castas. (DE VOS, 2010:106)

Alguns anos depois da rebelião, a coroa espanhola decidiu fazer mudanças na estrutura administrativa da Ciudad Real, ela substituiu a existência dos prefeitos ("*alcades mayores*") pela existência de intendentes generales. Em consequência desta medida o território de Chiapa se uniu a Sonocusco e ambos se tornaram uma intendência. Assim, com esta nova organização, tiveram início os ajustes administrativos conhecidos como Reformas Borbónicas, que propuseram seis medidas: (1) o desenvolvimento de uma comunicação e intercâmbio maior entre as colônias e a península ibérica, (2) a diminuição do poder e dos privilégios da igreja, (3) o apoio aos produtores provincianos, (4) uma reforma administrativa, (5) a transformação do sistema tributário e (6) a intensificação da defesa militar.

Quanto à quarta medida - a reforma administrativa -, esta se deu através do regime de intendências que foi implantado entre 1785 e 1787. O território de Chiapas, com isso, se dividiu, em seis intendências (e estas, em alguns partidos): Yucatán, Ciudad Real, Guatemala, San Salvador, Comayagua e León. A intensificação da defesa militar se deu sobretudo nas regiões de fronteira, que precisavam ser protegidas de possíveis invasões inglesas. E como a Coroa pretendia intensificar o comércio interior e exterior, a comunicação entre Europa e colônia foi motivada, assim como a produção dos provincianos. Neste período, a posse de terras não era a única chave para se reconhecer poder econômico, era possível identificar riqueza nos comerciantes, que trabalhavam com o añil, o principal produto de importações. Quanto aos índios, não só ainda estavam subjugados a tributos, quanto também suportavam as ovenciones, tributos destinados aos gastos dos religiosos.

Enquanto a implantação das reformas balbônicas estava causando uma enorme agitação no reino da Guatemala, um grupo seleto de estudiosos e intelectuais pensava o futuro da população que vinha sendo afetada pelas drásticas mudanças socioeconômicas. O desenvolvimento econômico da região era tópico principal na pauta desses pensadores, que objetivavam encontrar soluções para os "atrasos" da população centro-americana.

Foi um momento de pensar o lugar do índio na sociedade, por isso, surgiram teses e pesquisas relacionadas ao seu modo de vida, história e cultura. A região de Palenque foi intensamente estudada, dado o impacto e a impressão causada aos espanhóis e europeus pela arquitetura monumental maia, de tal modo que muitos buscaram outras histórias para justificar a existência das incríveis construções da cidade Palencana. O trabalho do Frey Matías de Córdova também exemplifica o momento, ele argumentava que os indígenas viviam em ócio e que para salvar Chiapas da crise era preciso dar eles as mesmas necessidades dos espanhóis. Este imperativo colonizador sobre o espírito e a subjetividade dos nativos forjava-se enquanto cultura da modernização metropolitana e reproduzida pelos criollos (mestiços). Uma nova constituição

implementada em 1812, pelas côrtes espanholas de Cádiz, declarava os indígenas como possuidores dos mesmo direitos e obrigações de qualquer cidadão. Em consequência disso, o sistema de tributo aos indígenas foi abolido legalmente e eles passariam a pagar os mesmos impostos das classes criollas. Os índios também poderiam ver o fim dos castigos corporais e, posteriormente, das ovenciones, além do fim das obrigações que os curas doctrineros lhes davam. Todavia, esses direitos jamais foram efetivados de modo difuso, além disso, as "repúblicas dos índios" foram abolidas para ceder lugar a municípios governados por representantes elegidos por todos os habitantes. A suposta democracia não se deu em prática e os mestiços alcançaram o poder em quase todos os cargos oferecidos anulando a questão agrária e indígena nos programas de atuação institucional.

Esse período do governo de Cadíz não durou muito e, com Fernando VII no poder, os aspectos menos libertários do antigo regime voltaram. Anos depois, Fernando VII foi obrigado a restabelecer a Constituição de Cádiz frente à revolução liberal de 1820. Havia na Espanha efervescência política, reformadores em exaltação aos princípios liberais. O reino de Guatemala também estava em ebulição, de algum modo, restava em alguns grupos os ideais de Cádiz, mas a comoção se dava majoritariamente por conta da depressão que afetava a vida econômica da região desde 1795. A crise foi tão grave que os vizinhos mexicanos chegaram a dar apoio à região a pedido dos governantes de Guatemala, mas, infelizmente, a ajuda só perdurou até 1812. Em todas as partes de Chiapas falava-se sobre independência, e esta, a princípio, não significava um rompimento com a Espanha, mas sim com a administração das autoridades da cidade de Guatemala.

Quando Agustín de Iturbide chegou ao poder no México e apresentou um plano que garantia a independência absoluta, a predominância de uma única religião e a ordem social das regiões, as elites conservadores das sociedades mexicana e centro-américa ficaram fascinadas. A província de Chiapa, especificamente, tinha diversos motivos para desejar a independência. Essa empreitada poderia significar uma possibilidade de livrar-se da administração de Guatemala, que vinha assumindo a invejável posição de capital regional. Os chiapanecos tinham ganâncias administrativas que não combinavam com o sistema administrativo vigente. Não é a toa que aderência ao plano de Iturbide não se encabeça pelas autoridades de Guatemala, mas sim pela Intendência General chiapaneca, com toda a sua classe de comerciantes, proprietários de terra, burocratas e clérigos, que aspiravam maiores privilégios políticos e vantagens econômicas no sistema oferecido por Iturbide.

> El proceso independentista se originaría, de hecho, en la periferia chiapaneca del reino, por iniciativa de los ayuntamientos de Comitán, Tuxtla, Chiapa y Ciudad Real. Y no es casual el hecho de que allí se prendiera la mecha de la conflagración insurreccionista. En la Provincia de Chiapa, todos los grupos de poder vieron coincidir, de alguna manera, sus anhelos con la solución ofrecida por Iturbide: el clero, por querer conservar sus privilegios; los burócratas, por temor de deber someterse a un gobierno radicalizado; los terratenientes, por ser partidarios de la estabilidad y el continuismo; lós comerciantes, por evitar perder los

> lazos recién establecidos con sus colegas de Tabasco, Campeche y Tehuantepec; los militares, por soñar con recibir puestos de rango imperial. Ya es tiempo de presenciar de cerca cómo estos chiapanecos notables trataron de convertir su sueño en realidad. (DE VOS, 2010:125-126)

Em 1821, as províncias se declaram independentes da Espanha e estavam prontas para aceitar o regime imperial mexicano. Logo, em 1822, o México incorporou por decreto a província de "Las Chiapas" como parte do seu território nacional e, seis meses depois, as outras províncias da região. Entretanto, as coisas não ocorreram do jeito esperado, Iturbide abdicou o trono e suas aspirações imperiais, e, assim, um grupo de guatemalos liberais convocou um congresso para discutir o pacto feito com o México e decidiram que a incorporação ao país estava anulada. Em 1823 as províncias – com exceção de Chiapas - estavam livres e passaram a se chamar Las Provincias Unidas del Centro de América.

O plano de implementar um sistema imperial no México se desmanchou, todavia, Las Chiapas não participou do congresso guatemalteco e, portanto, ainda fazia parte do país. O governo de Chiapas formou uma junta com representantes de seus ayuntamientos (dos seus conselhos) e a essa junta coube sentenciar com qual das federações – que agora funcionariam através de sistemas republicanos - Chiapas se uniria: ao México ou à Guatemala. Contudo, essa decisão acabou não sendo feita a partir de discussões dentro da junta, mas por meio de um plebiscito, que em 1824 declarou Las Chiapas como parte do México. O território chiapaneco se tornou um estado mexicano e Ciudad Real obteve o posto de capital, passando a se chamar San Cristóbal de Las Casas.

Todo o restante do século XIX, até o início do século XX, será predominantemente marcado por um período de dura agressão às comunidades indígenas. Os indígenas perderiam o direito a quase todas as suas terras, teriam que vender sua força de trabalho e muitas vezes sem o devido pagamento dos serviços prestados.

Os governos, tanto liberais como conservadores, que chegaram ao poder, utilizaram uma legislação que só protegeria os interesses dos proprietários de terras. O objetivo era reestruturar a distribuição das terras, abrir espaço à apropriação privada, e ratificar a lógica da acumulação do valor pela espoliação de terras e a ampliação do exército industrial de reserva. Junto a tal política esperava-se impulsionar o crescimento da exportação e do comércio. Temos, para exemplificar, a lei emitida pelo Congresso Constituinte de 18 de agosto de 1824 que decretava que seriam declarados passíveis de colonização todos os terrenos que não fossem de uma propriedade particular e nem de nenhuma corporação. Em 1826, o congresso chiapaneco promulgou diversas leis agrárias que ajudariam a descobrir que terrenos eram ociosos e suscetíveis de serem colonizados. As terras também foram diminuídas ou adaptadas por uma lei de 1827 que sentenciava que o tamanho de um terreno de um povo deveria estar de acordo com o número de habitantes dele. Em 1844, o

governador simplificou ao máximo a formalidade da apresentação de provas de que uma extensão de terras era baldia, o que, então, facilitando a expansão da propriedade privada e a fronteira do domínio das haciendas.

Os indígenas, como o fim de conservarem seus campos, começaram a construir casas e ocupá-las, para terem uma prova de possessão efetiva do território. No entanto, em 1847, surgiu uma nova lei que os obrigava a permanecerem em suas aldeias. A partir de 1856, os territórios dos eclesiais passaram também a ser incluídos como mercadoria às novas frentes de expansão do capital privado. Os proprietários, desde então, se concentraram no domínio das terras das ordens religiosas, que possuíam maior qualidade, e só voltaram a incorporar com mais expressividade as terras indígenas a partir de 1878. O clero também foi impactado pela nacionalização dos bens eclesiásticos e a supressão das ordens religiosas. Esse século também é fortemente marcado pela invasão ladina aos territórios indígenas. Os ladinos – uma população mestiça de índios e brancos bastante hispanizada, que provavelmente descende de judeus expulsos da península ibérica -, com seus modestos recursos, começaram a comprar lotes declarados ociosos.

Com isso, o processo de espoliação de terras indígenas recrudesceu e a liminaridade das condições de sobrevivência das comunidades alimentava revoltas localizadas e sem expressão. Houve rumores de resistência entre os índios de los Zendales, mas a conspiração foi descoberta e nem chegou a acontecer. Os índios, que tiveram suas terras tomadas, podiam escolher entre se tornarem servos de um novo amo – e, assim, teriam direito de produzir em seu próprio terreno o necessário para sua sobrevivência em troca de serviços não remunerados - ou deixarem o território para serem trabalhadores assalariados em outra propriedade. Assim, os indígenas passaram a serem identificados de dois modos: os *baldios*, que permaneciam em suas terras e os *mozos*, que viravam trabalhadores assalariados.

> Los indios, repentinamente, fueron despojados de la propiedad de su ranchito y milpa, no teniendo más remedio que convertirse en siervos de su nuevo amo. Quedaron autorizados a permanecer en su lugar de origen y continuar cultivando su parcela para satisfacer sus necesidades básicas. A cambio de ese "favor", estaban obligados a trabajar tres, y en ocasiones hasta cinco dias por semana, para el patrón, sin recibir remuneración alguna. Además, debían servir en la casa de éste como "semaneros", es decir, durante siete días seguidos, de modo rotatorio y periódico. Si no querían aceptar ese régimen de esclavitud, el hacendado les retiraba la concesión y con ella los obligaba a tomar el camino del destierro. (DE VOS, 2010:161)

A população indígena durante o século XIX foi barbaramente oprimida, violentada e explorada. As relações de trabalho eram de tal modo que os índios muitas vezes amarrados a cadeias de dívidas que passavam de pai para filho, perdiam qualquer possibilidade de se livrarem das condições de servidão que brutalmente eram impostos. Ao mesmo tempo, os modos de produção foram modernizados para atenderem as demandas nacionais e internacionais de recursos

primários e semi-elaborados. A região de Soconusco desenvolveu de forma muito bem-sucedida a cafeicultura e a Lacandona se voltou para o mercado mundial de madeiras preciosas.

> Eran básicamente empresários extranjeros los que entonces estaban exportando a los puertos más importantes de Estados Unidos y Europa los productos provenientes de las monterías madereras en la selva Lacandona y de las plantaciones en la zona Norte del Estado. Y desde aquellos puertos lejanos regresaban los barcos llenos de mercancía que los habitantes de Tuxtla y San Cristóbal de Las Casas sólo em sus sueños podían disfrutar. El lugar en donde todas estas riquezas entraban y salían era el puerto tabasqueño de Frontera. (DE VOS, 2010:187-188)

Cabe registrar que, durante o século XIX, a rivalidade entre os governos da Guatemala e de Chiapas se manteve e gerou muitos conflitos territoriais. Primeiramente, Guatemala questionou o resultado do plebiscito e desejava fortemente recuperar Chiapas. Além disso, tanto a federação do México como Las Provincias Unidas del Centro de América brigaram pelo território de Soconusco, que inicialmente foi ocupado por Guatemala, mas que posteriormente acabou se unindo ao México. Guatemala não aceitou os decretos de 1821, nem de 1882, gerando conflitos e reivindicações. Somente em 1895, a federação abriu mão do território e deixou Soconusco definitivamente em mãos chiapanecas e, consequentemente, mexicanas.

Ao alvorecer o século XX, o momento político era tensionado por múltiplas revoltas, produzidas tanto por reformadores revolucionários, inconformados com a política ultra-opressora empregada ao longo dos séculos, como pelos fazendeiros conservadores, interessados em manter engessadas as relações de poder econômico do século XIX. Um dos acontecimentos mais importantes deste centenário, no México, é a Revolução Mexicana, que se inicia em 1910, contra o governo ditatorial de Porfírio Díaz, que já governava o México ininterruptamente por mais de 30 anos.

Para compreender a estrutura fundiária mexicana no presente e, principalmente, como ela se relaciona com as dinâmicas mobilizatórias do movimento zapatista na atualidade, torna-se fundamental compreender a reestruturação territorial promovida através dos acontecimentos desencadeados pela Revolução Mexicana de 1910. Apesar desse ser um período paradigmático na história do país, Wolf (1984) nos alerta que muitas das causas da revolução não originaram-se somente num período imediatamente anterior – a ditadura de Porfírio Diaz (1876-1911) –, mas foram herdadas do secular processo de colonização.

O período colonial foi marcado pelo sistema de *haciendas*, grandes latifúndios que se utilizavam da mão-de-obra indígena, seja por meio da servidão por dívidas ou pelo uso da mão-de-obra sazonal de indígenas que viviam em suas cercanias. As *haciendas* voltavam-se para a produção de gêneros agrícolas (centro do país) e para a criação de gado (norte do país) para exportação. Contabiliza-se que em 1810, pouco antes da partida dos espanhóis, existiam cinco mil desses

grandes latifúndios (WOLF, 1984: 10). Além das *haciendas* estabeleceram-se, também, as comunidades índias, às quais foi cedida uma extensão de terra estipulada, sob gerência autônoma e comunitária. Ao longo do período colonial, muitas dessas comunidades perderam suas terras para as *haciendas*, no entanto, em 1810 existiam quatro mil e quinhentas comunidades índias autônomas (MC BRIDE apud WOLF, 1984: 10). Desde já, podemos supor que a preservação dessa autonomia territorial permitiu a manutenção de vários padrões culturais tradicionais, costumes e língua própria. À época da independência, que ocorre em 1821, o país possuía uma "paisagem polarizada entre grande latifúndios, de um lado, e comunidades índias, do outro." (WOLF, 1984: 10). Essas unidades, no entanto, podiam estar conectadas por atividades econômicas, mas do ponto de vista social e político, permaneciam hostis umas às outras. Cada *hacienda* constituía um "estado dentro do Estado" e cada comunidade índia representava uma "república de índios".

Essa organização territorial polarizada de núcleos corporados era regida por um sistema social de "privilégios especiais" e de "espírito corporativo", o que levava, como escreveu o liberal José M. L. De Moura, à inexistência de um sentimento nacional de união do diversos grupos, que estavam mais referidos às *haciendas* ou comunidades. Além disto, Wolf (1984: 11) afirma que "A sociedade colonial incubara, pois um estrato de gente socialmente deserdada", referindo-se ao sistema de castas que discriminava aqueles cuja ascendência legitimamente índia ou espanhola não se pudesse comprovar.

Diante desse cenário, o levante que culminou na independência do país possuía diversas perspectivas, como a asserção da periferia do país contra o centro burocrático, um movimento de militaristas contra o pulso do funcionalismo centralizado e também um movimento de reforma social. Nesse último, destaca-se a figura do pároco José Maria Morelos y Pavón, que insurge-se em 1810, proclamando o fim do sistema discriminatório de castas, da escravidão e dos impostos especiais aos indígenas, bem como a devolução das terras tomadas às comunidades índias. Morelos é executado e a independência se dá pela afirmação da propriedade privada e dos privilégios especiais dos altos funcionários, da Igreja, dos magnatas da terra e do exército. Das várias revoltas sociais que ocorreram no século XIX após a independência, Wolf conclui que o latifúndio venceu todas.

Em finais do século XIX, a grave crise financeira pela qual passava o país era agravada pelos conflitos internos entre federalistas radicais anti-clericais e centralistas conservadores pró-clero. Nesse período, o México também perde o Texas, a Califórnia e o Novo México para os EUA, que representavam metade do seu território nacional. Tudo isso, somado à intervenção francesa em seu território, pelos anos de 1862-1867, enfraquece o poder dos conservadores e fortalece os liberais, que sob a máxima da liberdade do indivíduo, desejavam um país em Estado Laico e o fim das terras corporadas. Em 1856 é decretada a Ley de Desamortización, na qual as propriedades

eclesiásticas foram vendidas – e posteriormente confiscadas e distribuídas aos seguidores do então ditador Juarez – e as terras índias outorgadas aos seus arrendatários por meio da propriedade individual.

> A liberdade, para o proprietário de terras, significava liberdade para aquisição de mais terras para acrescentar aos seus domínios; a liberdade, para o índio – não mais sujeito à sua comunidade e já senhor de sua propriedade – era a faculdade de vender suas terras e juntar-se à turba dos sem terra à procura de emprego." (WOLF, 1984: 17)

Essas medidas de dissolução das antigas terras comunais ocasionou o aumento da concentração fundiária, pois a terra foi transformada em propriedade negociável, podendo ser vendida ou hipotecada para o pagamento de dívidas. O autor menciona que muitos índios logo perderam suas terras para as *haciendas* e para as companhias de terras. Além disso, lavradores que não puderam comprovar a inquestionabilidade de seu título da terra eram desapropriados. "Estima-se que foram assim alienados mais de dois milhões de acres de terra comunal do período de Diaz" (Phipps apud WOLF,1984: 19).

Com a ascensão da ditadura Porfírio Diaz, em 1876, o país transforma-se profundamente com a entrada sem limites de capital estrangeiro na economia de bens primários e pelo domínio econômico de um pequeno grupo aliava seu interesse aos negócios a compra de terras.

> A economia foi dominada por um pequeno grupo de homens de negócios e financistas, cujas decisões influíam no bem estar do país inteiro (...) Durante a década final do século XIX, os líderes desse novo grupo controlador formavam uma facção que logo veio a ser conhecida como "os Científicos". Pretendendo ser positivistas científicos, viam o futuro do México na redução e eliminação do elemento índio (que consideravam inferior e incapaz de se desenvolver) (...)" (WOLF, 1984: 17)

Nesse período, as rebeliões rurais, como a rebelião índia de Yaqui (1885 e 1889) foram duramente reprimidas. As zonas rurais contavam com um aparelho repressor especial formado por criminosos e bandidos locais, os *rurales* e os assassinatos eram encobertos pela lei que permitia atirar em prisioneiros que escapassem, a *ley de fuga*.

A extinção das terras comunais índias e o confisco das terras eclesiais, juntamente com a possibilidade de compra de terras públicas por companhias de desenvolvimento (muitas delas estrangeiras) levou a um grau altíssimo de concentração da propriedade da terra – das 8.245 *haciendas* existentes ao final do período Diaz, algumas delas chegavam a medir mais de 100.000 hectares, sendo que o mesmo proprietário possuía mais de uma *hacienda*. Aboliu-se a terra corporada eclesial e comunal, transformando-a em terra das corporações de negócios.

> Así como para liquidar las estruturas feudales de la propiedad eclesiástica los liberales tuvieron que emplear las formas y los métodos plebeyos del jacobinismo, después, para

> liquidar la propriedad comunal, tuvieron que acudir, contra los campesinos, a métodos violentos de apropiación y despojo; es decir, a los métodos bárbaros de la acumulación originaria capitalista en todas partes. (GILLY, 2014:21).

A extinção do "pueblo índio dono de terras" altera não só a configuração territorial-fundiária do país, mas também abala os alicerces da organização política comunitária.

> Em quase toda parte, um homem que patrocinasse uma sequência de festividades religiosas qualificava-se para atuar como pessoa que toma decisões na comunidade. Portanto, quem almejasse o poder, deveria agir de acordo com os critérios estabelecidos pela comunidade; qualificando-se, devia participar de um comitê de anciãos, como ele mesmo, que agiam e falavam pela comunidade. O poder era, pois, menos individual que comunal. (WOLF, 1984:19-20)

Com as novas leis de terras, os indígenas teriam que relacionar-se individualmente com os detentores de poder e donos de *haciendas* e o próprio mecanismo ritual de poder da comunidade, baseado num sistema de prestígio por meio da realização de cultos religiosos, transforma-se num modo de endividamento que os levam a perderem suas terras. Além disso, esse processo de mudança nas estruturas fundiárias do país levam ao fortalecimento não só territorial, mas também social e político das *haciendas*, que absorvem não só a terra e a mão-de-obra indígena, mas a autodireção de suas comunidades.

Anos antes da Revolução, desenha-se no país um quadro de crise econômica aliado ao crescimento das mobilizações sociais e insatisfações políticas. O latifúndio cresce, no entanto, não há um aumento proporcional na produção agrícola, pelo contrário, gêneros essenciais como milho apresentam um declínio de suas safras e o consequente aumento de preços. A expansão da indústria não é acompanhada de uma capacidade de absorção da mão-de-obra em larga escala. Contudo, apresenta-se um crescimento da força de trabalho agrícola. Em termos de agitações sociais, o final do século XIX e início do século XX é marcado por greves de mineiros e operários industriais, além de muitas rebeliões campesinas.

Esse contexto, no entanto, era diverso nas diferentes regiões do país. No sul, concentravam-se as safras de produtos tropicais e de alimentos destinados aos centros industriais. A expansão da agricultura ocasionou a intensificação da exploração do trabalho indígena nas *haciendas* e o aumento do aparato repressivo sobre os mesmos, tanto do aparato mantido pelos proprietários como do mantido pelo Estado. Lá os proprietários aderiam mais ao regime de Diaz. No norte, contudo, a oposição ao regime era mais pronunciada, principalmente pela desvantagem que sofriam na concorrência com as firmas estrangeiras, favorecidas pelo poder central. A oposição, também, se fazia sentir entre as classes médias: insatisfeitas com a desvalorização profissional e também desejosas de algumas mudanças políticas e sociais como eleições livres, liberdade municipal e o fim das condições de servidão nas *haciedas* tropicais. Alguns desses grupos, formados por padres,

profissionais liberais e intelectuais possuíam ideias mais radicais e foram, segundo Wolf (1984), fundamentais na tradução das demandas camponesas mais imediatas para a esfera do jogo político mais amplo, atuando como mediadores[8].

> Por esses motivos a Revolução – quando eclodiu – provou ser tanto um conflito entre as sucessivas gerações que aspiraram ao poder, quanto uma tentativa de corrigir injustiças e criar novas condições sociais e políticas. (WOLF, 1984: 25)

Em 1910, explode a Revolução Mexicana, partindo do chamado de Francisco Madero, proprietário de terras de Coahuila, que assume a presidência provisória e estipula a data de 20 de novembro para o levante armado dos mexicanos contra Diaz. Apesar da Revolução, em seu contexto, nos permitir distinguir as condições de instabilidade subjacentes a uma época revolucionária, segundo Wolf ela se distingue em muito dos demais movimentos revolucionários do século XX, já que não foi liderada por nenhum grupo específico, nem possuía um programa centralizado.

Essa diversidade apresentava-se, pode-se dizer, na própria configuração geográfica dos movimentos revolucionários. Distinguiam-se, portanto, duas áreas de participação rural com características específicas.

A região Sul, centrada na cidade de Morelos, era densamente povoada, com uma agricultura bem irrigada e onde as *haciendas* haviam se expandido sobre as terras índias. No entanto, elas não haviam conseguido controlar todas as aldeias índias e, como a colheita do açúcar era sazonal, grande parte de sua mão-de-obra não estava totalmente dependente da *hacienda*. Essa relativa autonomia de algumas comunidades permitia não só a manutenção dos costumes índios e de suas línguas nativas, mas possibilitava também uma solidariedade maior entre os índios comparada àquela dos trabalhadores fixos das *haciendas*, provindos de diferentes aldeias, sem relacionamento entre si.

> Essas comunidades estavam deveras conscientes de sua liberdade e de seus interesses particulares – que consistiam em resistir resolutamente à usurpação por parte dos proprietários das *haciendas*. (WOLF, 1984: 28)

A liderança que desponta nessa localidade é o *ranchero* Emiliano Zapata, que inicia um processo de recuperação de terras comunais apropriadas pelas *haciendas*. É interessante notar que essas resistências eram patrocinadas pelos próprios recursos das comunidades, que formavam um fundo comum para defender suas terras. A luta zapatista, como ficaram conhecidos aqueles que lutavam na órbita de Zapata, afirmava-se sob a bandeira de retorno à antiga ordem agrária, com o

---

[8] O conceito de mediação, fundamental na obra do autor (cf. WOLF, 1971), relaciona-se ao processo pelo qual as comunidades camponesas entram em contato com a sociedade mais ampla da qual fazem parte (seja o Estado, as elites ou os mercados). Nesse processo, destaca-se o papel dos grupos mediadores: o proprietário de terras, o comerciante, o chefe político, o sacerdote, que se situam nas relações sociais, econômicas e políticas na confluência entre a aldeia e as elites mais abrangentes, na rede de relações de mercado ou políticas.

desmembramento das *haciendas* e a restituição das terras às comunidades índias – elementos que remontam as ideias do Padre Morelos em inícios do século XIX.

> Embora a luta zapatista tenha tido sua origem nos problemas locais de um campesinato localmente orientado, não se desenvolveu inteiramente isolada dos movimentos mais amplos que começavam a abalar os alicerces da ordem social. (WOLF, 1984: 29)
>
> Podemos perceber na formação da revolução zapatista, dois ingredientes de suma importância: primeiro, a participação, logo de início, de intelectuais dissidentes com laços de ligação urbana; segundo, a importância de um grupo camponês que possui recursos independentes próprios suficientes para envolver-se no caminho da ação política autônoma. (WOLF, 1984: 30)

O autor mostra como a liderança de Zapata estava conectada com outros setores da sociedade mexicana, que não necessariamente os índios campesinos, como os vaqueiros, *rancheros*, intelectuais e políticos (ele havia participado da campanha política em 1909 apoiando o candidato contrário a Porfírio Diaz). Ainda que houvesse participação desses setores, a base do movimento era o campesinato e lutava-se principalmente por metas camponesas. Essa foi tanto uma virtude, como uma grande limitação para o movimento, que incapacitado de agregar setores mais amplos, como os operários, é "derrotado" por outros grupos capazes de formar coalizões politicamente mais viáveis.

Na região Norte, centrada na cidade de Chihuahua, havia uma profunda concentração de terras, mas nela a força de trabalho era mais escassa e por isso possuía mais mobilidade que nas *haciendas* do Sul. Marcava-se, também, pela presença de uma classe média ativa nas áreas urbanas, composta por comerciantes, artesãos, ferroviários, entre outros. Somados aos vaqueiros e agrupamentos ilegais, outras duas categorias dispostas a apoiar a revolução, esse contingente diferenciava-se fortemente daquele do Sul, composto por um campesinato indígena. Mais do que um exército, este agrupamento sob a órbita de Pancho Villa, era um povo em migração, com destaque especial para as soldaderas, mulheres dos soldados que viajavam aos milhares.

Embora Villa simpatizasse com as declarações do Plan Ayala, a reforma agrária jamais foi algo de seu interesse e de seus seguidores, pois quando confiscava as terras, não as dividia entre os camponeses, mas passava-as ao "estado" – com a condição de que a renda dela alimentasse as viúvas e órfãos depois da guerra. Os delegados ligados à Villa chegaram mesmo a defender a propriedade privada e os direitos individuais.

> Ainda que os exércitos de Villa e Zapata tenham sido úteis na destruição do poder do regime de Diaz e de seu sucessor Victoriano Huerta, eles próprios foram incapazes de tomar medidas decisivas que instituíssem uma nova ordem no México. Zapata, por incapacidade de transcender às exigências de seu campesinato revolucionário, concentrado numa região restrita do país; Villa, embora exultasse na vida guerreira, era incapaz de compreender as necessidades políticas e sociais. (WOLF, 1984: 34)

A força que viria dar direção institucional ao processo revolucionário e, também, amenizaria seu conteúdo transformador, seriam os constitucionalistas. Divididos entre a ala radical, desejosa por reformas sociais, e a ala liberal, clamante da reforma política, diz Wolf, souberam fazer o jogo nacionalista e possuíam, também, vantagens territoriais que lhes conferia mais recursos materiais para a guerra.

A retórica anarquista e socialista expressa na convenção que reuniu villistas e zapatistas clamava pela liquidação do sistema de latifúndios, pela devolução das terras às comunidades índias, pelas nacionalização das terras de posse dos inimigos da Revolução e dos estrangeiros, além propor uma legislação que assegurasse alguns direitos trabalhistas horrorizou os liberais, que desejavam reformas pontuais rumo a construção de um governo pautado nos interesses dos setores médios. No entanto, perceberam que somente conseguiriam destituir Zapata e Pancho se propusessem reformas sociais, como fez Alvardo ao decretar o fim do peões. Uniram-se a setores operários para combater os radicalismos camponeses e os dois líderes de outrora foram ficando cada vez mais enfraquecidos e isolados.

Figura 20: Emiliano Zapata e Pancho Vila em dezembro de 1914 no Palácio Presidencial (Cidade do México).

A Constituição que se ergue nesse período carrega as tensões do período revolucionário, mas pode-se dizer que há nela a expressão de seus anseios mais radicais. Estabelece-se a educação leiga, a separação entre Igreja e Estado, a reforma agrária e a redução dos latifúndios, bem como uma

legislação trabalhista abrangente e a afirmação do domínio da nação sobre os recursos do país. Nos anos que se seguiram, essas reformas expandiram e recuaram muitas vezes. A legislação trabalhista avançou com o fim do trabalho compulsório por dívidas dos peões e as terras recuperadas pelas comunidades índias durante o período revolucionário puderam ser mantidas. No entanto, uma reforma agrária maciça só foi ocorrer em 1934, no governo de Cárdenas.

> Cárdenas fez o que nenhum líder mexicano fizera antes dele: desmantelou o poder político das *haciendas* e distribuiu as terras ao campesinato. (...) A maior parte dessa terra foi dada a comunidades e aldeias, sob a forma comunal de propriedade (os *ejidos*). (WOLF, 1984: 40)

Ainda assim, mesmo com marcas de reforma social, o governo acaba privilegiando os setores industriais, do comércio e da agricultura e o campesinato mais uma vez segue preterido.

> O êxito inicial coube aos guerrilheiros camponeses de Morelos e aos exércitos vaqueiros do norte, mas a vitória final recompensou uma elite que criara um exercito viável, demonstrara competência burocrática e consolidara seu controle sobre o setor da exportação, vital para a economia. Essa elite demonstrou também ser flexível o suficiente para dar início às reformas agrárias e trabalhistas exigidas pelos generais revolucionários, dentro do contexto de uma política de progresso econômico nacional congruente com os interesses de uma classe média em expansão composta de empresários e profissionais. O resultado foi a formação de um executivo central forte, que promove o desenvolvimento capitalista, mas permanece em condições de equilibrar as reivindicações dos camponeses e operários da indústria com as do empresariado e dos grupos da classe média. (WOLF, 1984: 42)

No contexto de Chiapas, as medidas do governo carrancista representavam para os *finqueros*, que eram os proprietários da maior parte das terras, uma grande ameaça. Para eles, o que interessava era a conservação de um regime "a la Porfírio", que, por sua vez, garantia o domínio econômico e social exercido por anos. Assim, jovens finqueros se reuniram e chegaram ao acordo de tomar as armas contra as autoridades centrais. Forma-se então um grupo de oposição ao governo carrancista, grupo este que ficará conhecido como Movimento Mapachista. O início da rebelião se dá através de uma declaração, espécie de abaixo-assinado, conhecido como Acta de Canguí.

> En el texto declararon ser portavoces del pueblo y querer defender la soberania del estado, pero en realidad representaban los intereses de una élite rural muy restringida social y territorialmente. Al fin y al cabo, no eran más de médio centenar de personas, hijos de finqueros de los valles centrales de Chiapas. Contaban con el apoyo de un número, igual de reducido, de otra élite, urbana ésta, compuesta por funcionarios y comerciantes radicados en la capital del estado y en la vecina Chiapa de Corzo. Nombraron como jefe, con el grado de coronel, a Tiburcio Fernández Ruiz, un joven de 27 años, quien recientemente había regresado de la ciudad de México, donde estudió leyes, antes de enrolarse en las filas insurgentes de Pancho Villa. (DE VOS, 2010:196)

Com a formação da revolta mapache se iniciou uma guerra civil que duraria quase uma década. No começo, os conflitos se deram, sobretudo, nos vales centrais, mas a rebelião

posteriormente chegou a se estender para as outras regiões do estado. O movimento contava com aproximadamente dois mil homens, na cidade de Tuxtla como em outros centros de Chiapas, ele possuía o apoio de muitos habitantes, comerciantes e funcionários. Os principais comandantes da tropa – Augustín Castillo Corzo e Sínar Corzo – haviam recrutado de suas fincas até mesmo indígenas e mestiços.

Feitos gloriosos para a mapachada (aderentes do movimento) foram as tomadas das cidades de Comitán e Tuxtla, em 1916 e em 1917, respectivamente. A maior façanha foi o assalto da fábrica têxtil La Providencia em El Valle de Cintalpa, que possibilitou a exterminação de cem soldados carrancistas. Os rebeldes formaram a Brigada Las Casas e começaram a atuar com esse nome por todas as partes do Estado. Foram anos de ataques e conflitos, até que, no final de 1919, foi apresentada a ideia de um movimento rebelde contra Carranza (movimento "de Água Prieta"), apoiado pelo general Alvaro Obregon, que culminou em mudanças significativas no Estado de Chiapas: Tiburcio Fernández Ruiz, membro do movimento, assumiu o cargo de governador do Estado de Chiapas em 1920 e, assim, fez diversas mudanças em favor da mapachada. Com Ruiz no poder, a Ley de Obreros foi retratada e os abusos porfirianos foram reestabelecidos, a elite voltou a imperar sobre as comunidades indígenas.

Surgiu como oposição o partido Socialista Chiapaneco exigindo a socialização da terra e dos instrumentos de produção. Em Soconusco ocorreu o primeiro avanço dos socialistas, eles criaram o Sindicato de Obreros y Campesinos e organizaram a primeira greve da história de Chiapas. Os finqueiros, que trabalhavam com a cafeicultura, ficaram receosos de perder a colheita por causa da greve e tomaram algumas medidas: colocaram escolas em suas plantações, instituíram a jornada de oito horas de trabalho e liquidaram as dívidas dos peões.

A situação dos socialistas só melhorou quando Carlos Vidal foi eleito o novo governador de Chiapas, em 1924. Vidal demitiu os empregados da administração do governo anterior, reviveu todos os decretos do período carrancista e instituiu um governo pretensiosamente socialista, isto é, um socialismo limitado, que agradou aos trabalhadores sem inquietar os patrões.

> La meta principal era formar un gobierno fuerte que supervisara y controlara los posibles enfrentamientos sociales a través de medidas populistas. En este sentido hay que interpretar las leyes estatales decretadas en 1927, diez años después de la legislación carrancista a nivel nacional. En términos generales, los intereses de los capitalistas fueron respetados. La Comisión Agraria del Estado concedió a los nuevos ejidos terrenos nacionales y tierras aún no abiertas al cultivo, pero no afectó las propiedades de los terratenientes. Y la ley laboral tenía como uno de sus objetivos poner bajo el control gubernamental el incipiente movimiento obrero. (DE VOS, 2010:205)

Em 1927, Vidal foi assassinado. Em seguida, o então presidente do México Plutarco Elías Calles ordenou a "limpeza" total dos "rastros" vidalistas: executou todos os funcionários que trabalhavam com Vidal. Esse acontecimento foi a morte do movimento socialista e retomada do

poder dos finqueros mapaches, que agora governariam aliados com o presidente. A partir de então, a forma de governar que neutraliza as organizações obreras e camponesas perdurou por décadas. De fato, por mais que políticos desejosos de impor uma reforma política tenham chegado ao poder - como Lázaro Cárdenas, por exemplo, em 1934 -, efetivamente, nada mudou. Os proprietários de terras, os empresários e grandes comerciantes jamais sacrificaram seus privilégios. E, na verdade, apesar dos feitos da Revolução Mexicana, as fincas chiapanecas do século XX pouco se diferenciavam das do século XIX.

Segundo Reyes Ramos (1992), todo o processo de reforma agrária em Chiapas de 1914 a 1988 gerou processos contraditórios, pois tanto ampliou robustamente o acesso à terra mediante a formação dos ejidos e das propriedades comunais, como também pouco afetou grande parte dos latifúndios na entidade, além de contribuir na formação de pequenas e médias propriedades. Neste sentido, a centralidade econômica do latifúndio na geografia agrária de Chiapas se manteve atuante mesmo com todos os avanços na redistribuição de terras, resultando muitas vezes na maior influência e controle político sobre os recursos estatais a nível municipal e estadual.

> En Chiapas la revolución de 1910 adquirió características totalmente diferentes al resto del país. La revolución que significó el levantamiento de las masas campesinas reivindicando el derecho a la tierra, en Chiapas no llegó como un movimiento social sino como una imposición de las fuerzas que em 1914 habían accedido al poder federal. La lucha armada em el estado la encabezaron los terratenientes em defesa de sus privilegios, que se veían amenazados por el avance de la lucha que exigía "la tierra para quien la trabaja".
> El movimento social, que llegó tardíamente al estado, apareció como algo externo y ajeno a las masas campesinas. Es por esto que se marginaron de la lucha y los pocos peones que participaron en ella lo hicieron aliados a los terratenientes, defendiendo lo que hasta entonces había sido su medio básico de sustento: la finca.
> Mientras que en el resto del país, la lucha armada tuvo como objetivo primordial la destrucción de los terratenientes como clase social, em Chiapas el movimiento social se transformó em una contrarrevolución dirigida por los terratenientes enfrentados al poder central. (REYES RAMOS, 1992:41)

Reparto agrario en Chiapas: 1917-1940

Años	Mandamientos		Hectáreas entregadas	Beneficiarios
	emitidos	ejecutados		
1917-1920	10	4	4 470	1 464
1920-1924	19	14	20 274	1 122
1925-1927	43	39	81 344	6 634
1928	-	-	-	-
1929-1932	126	113	171 889	14 000
1933-1936	104	61	66 087	6 131
1937-1940	226	146	186 806	23 587

Fonte: Gaston de Vilac, 1940.

Periodo	Número de acciones agrarias	Beneficiados	Superficie concedida* Hectáreas	Superficie ejecutada Hectáreas	Diferencia Hectáreas
1920-1929	31	5 026	47 607	46 607	1 000
1930-1939	179	20 618	292 334	290 354	1 979
1940-1949	334	25 901	483 998	468 140	15 858
1950-1959	444	27 365	675 196	649 631	25 564
1960-1969	296	20 940	500 347	483 528	16 819
1970-1979	293	20 699	599 265	569 083	30 183
1980-1984	268	23 495	50 024	445 292	55 231
Total (1920-1984)	1 845	144 044	3 099 275	2 952 638	146 636

Tabela 1: Redistribuição de terras em Chiapas (1920-1984), beneficiados. Fonte: García & Bórquez (2006:40).

Deste modo, o caráter revolucionário e potencialmente transformador da Constituição de 1914, gerada em consequência ao processo revolucionário, em especial, seu artigo 27, que criava as terras ejidais como propriedade social das comunidades indígenas, restringindo tais territórios à posse pelo uso, correspondendo à célebre máxima de Zapata: "la tierra para quién la trabaja". Deste modo, as terras ejidais não poderiam ser apropriadas enquanto mercadoria, pois seu estatuto jurídico impossibilitava que fossem vendidas, arrendadas ou hipotecadas. Todavia, a aplicação deste fundamento, enquanto um direito das comunidades indígenas, dependia do movimento político dos governos estaduais e federais na distribuição e na efetivação das terra ejidais. Daí que o embate se instaurava, pois haviam diferentes projetos de desenvolvimento nacional em disputa, sobretudo, que permeavam a administração central pós-revolução. Segundo Adolfo Gilly, em seu livro, *La Revolución Interrumpida*, dedicado a compreender os fundamentos da revolução e seus percalços posteriores na aplicação dos princípios que a regiam originariamente, afirma que a condução política federal e suas instâncias estaduais acabaram sendo influenciadas pela composição das forças que se uniram contra o regime de Porfírio Díaz. Muitos dos generais que reuniram forças sociais sob seu comando na figura de tropas militares eram finqueiros (proprietários de terra) e estabeleciam forte influência na operação e aplicação das políticas pós-revolucionárias, sobretudo, na conservação de terras de finqueiros no sul do México.

> Los zapatistas em particular, y los campesinos mexicanos em general, no podían ya aspirar a disputar el poder a los nuevos vencedores, los rancheros vestidos de generales y com mando de tropas, como se lo habían disputado a Madero, a Huerta y a Carranza en los días de glória de la revolución del sur y de su "republica social", entre 1912 y 1917. Pero sí podían disputar hasta el final, porque habían obtenido la promesa formal del artículo 27, la posesión y la propiedad de la tierra. (GILLY, 2014:355)

A partir deste período se sucede um sem fim de disputas internas entre grupos de diferentes

matizes políticas, como o governo de Madero, efetivado pós-revolução, que foi deposto e assassinado por forças lideradas por Félix Díaz e Victoriano Huerta com apoio do governo dos Estados Unidos. Ainda em 1914, Huerta foi deposto pela aliança de forças entre Álvaro Obregon e Venustiano Carranza, este último alçou o cargo de governante nacional após a vitória. Após seus seis anos na presidência, Carranza não demonstrou sinais de que seria sucedido por Obregon, como o pacto político entre os mesmos determinara, Obregón congrega forças militares que depõem e assassinam Carranza. Obregón assume a presidência após eleito e realiza reformas, como a agrária e anti-clerical, e amplia as relações do México com o mercado externo de petróleo. Em 1928, após ter sido reeleito, é assassinado na Cidade do México por um seminarista que se opunha à reforma anti-clerical. Seu governo é sucedido por Plutarco Calles, que descendia do mesmo conjunto de forças políticas, no entanto, buscava instalar algumas soluções institucionais à disputa infernal e violenta entre a classe governante. Fundou o Partido Nacional Revolucionário, em 1929, que foi a gênese do posterior e atualmente nefasto Partido Revolucionário Institucional (PRI). Dete modo, Calles ampliava a infra-estrutura nacional e o aparato burocrático, mas suas reformas pouco finalidade tinham com as demandas das classes subalternizadas. Esta configuração só veio a se alterar significativamente com a ascensão do governo "revolucionário" de Lázaro Cárdenas.

> La aguda inteligencia de Lazaro Cárdenas reconoció, mediante la experiencia y la reflexión, la raíz del problema: *en este país no habrá paz y no dejará la sangre de correr mientras no se resuelva la cuestión de la tierra*, la gran promesa incumplida de la revolución inscrita en el artículo 27. Y así lo fue anunciando desde 1934 en su campaña electoral. Los críticos tardíos o anacrónicos dirán lo que quieran, pero si en México hubo estabilidad y se terminaron en los años treinta los golpes militares – excepción en toda América Latina – no fue porque Calles creó el partido de Estado (lo hubo en outros países y no impidió los golpes), sino ante todo porque el reparto agrário cardenista rompió em México el mecanismo de la alianza recurrente entre militares, terratenientes e Iglesia, componentes básicos (no únicos, certamente) de las dictaduras militares latinoamericanas. (GILLY, 2014:361)

Já em Chiapas, como Reyes Ramos (1992) tem defendido ao longo de seu livro, *El reparto de tierras y la política agrária em Chiapas 1914-1988*, a distribuição de terras teve um caráter dual, pois ao tempo que possibilitou o acesso à terra aos peões e trabalhadores rurais indígenas através dos ejidos, ampliou a formação de pequenas e médias propriedades privadas. Durante o governo cardenista a reforma agrária foi sentida de modo mais contundente em Chiapas, entretanto, sua continuidade pelos governos subsequentes não reestruturou o domínio latifundiário, pois o estado era dotado de vastas superfícies de terrenos nacionais que permitiam redistribuição de terras sem afetar as grande propriedades. Além disso, a perspectiva política que se consolidou efetivamente entre 1940 a 1970 era do produtivismo agrícola, visionando as grandes propriedades, especialmente aquelas correlatas às atividades agropecuárias, como o modelo de desenvolvimento econômico para

o campo. Fato que comprova foi a difusão e o crescimento dos certificados de "inafectabilidade" de extensas propriedades que não poderiam ser inseridas na política de redistribuição de terras. Soma-se o fato de que a conservação política e econômica da classe latifundiária permitiu a atuação clandestina de milicias privadas na supressão de terras comunais em terrenos federais, mesmo que legalmente fossem pertencentes aos ejidatários. A visão produtivista que se afigurou ao longo dos governos entre 1940 a 1970 considerava a manutenção das comunidades indígenas uma espécie de condição provisória à futura imagem que deveriam assumir enquanto proprietários privados articulados ao mercado ou enquanto empecilho à expansão da fronteira agrícola.

Este processo se intensifica com a reestruturação territorial à escala nacional por diversos sistemas técnicos de integração. A exploração de petróleo, a construção de represas hidrelétricas, a expansão da pecuária, o desenvolvimento de zonas turísticas, o crescimento de centros urbanos, fatores que desempenharam profundo impacto na desterritorialização e desalojo de milhares de campesinos. Esta tendência ampliou a pressão e a disputa territorial, agudizando as contradições de classe e deflagrando o aparecimento de organizações políticas campesinas e a radicalização dos movimentos sociais agrários, fato não só presenciado em Chiapas e no México, como em toda a América Latina, vide a emergência das Ligas Camponesas no nordeste brasileiro.

> Este periodo comprendió los años de 1978 y 1979 y se definió como un segundo momento por la llegada a Chiapas de las primeras organizaciones políticas de izquierda que incidieron en el joven movimiento campesino y porque el conflicto se extendió a otras regiones del estado, ampliándose no sólo el espacio sino también el abanico de demandas campesinas. En el primer caso se trató de dos organizaciones: Línea Proletaria y la Central Independiente de Obreros Agrícolas y Campesinos (CIOAC).
> (…) Con la presencia de estas dos organizaciones la lucha campesina en Chiapas, empezó a romper su aislamiento y a incorporarse a estructuras organizativas que le permitieron superar el espontaneismo, la dispersión y la improvisación de los primeros años. (ESPONDA & BARRIOS, 1995)

Em Chiapas, ao longo da década de 60 houve forte expansão da pecuária sobre os terrenos nacionais, que eram desflorestados para se adequar ao pastoreio e justificar sua exploração por essa atividade específica. Os choques e conflitos com campesinos e comunidades indígenas não foram poucos e acirraram ainda mais a violência no campo contra populações que organizavam-se para efetivar seus direitos e operar sua resistência:

> El surgimiento de estas organizaciones [CIOAC, UU, OCEZ, CLCH, CNPI, ACR, CCRI, UNTA] fue un de los rasgos más sobresalientes de este periodo, pero tambiém la diversidad y riqueza de las formas de lucha empleadas por los campesinos en sus acciones. Por ejemplo, en 1981 la OCEZ inició las huelgas de hambre y los bloqueos de carreteras; en 1983 la CIOAC inauguró las marchas-caravana a la ciudad de México. Los plantones, las invasiones de tierra, las marchas, las denuncias en foros y encuentros fueron permantes en este lapso.
> Las movibilizaciones fueron constantes y masivas de 1980 a 1985; la repressión también fue sistemática sobre todo surante el régimen del general Absalón Castellanos Domínguez; la negativa de dar solución a las demandas campesinas fue el común denominador en estos

> cuatro años. EL gobieno estatal (1982-1988) y el federal fueron sistemáticamente denunciados por aplicar una política profundamente anticampesina. La represión convertida en un mal endémico provocó el desgaste y la debilidad del movimiento y sus organizaciones que de 1985 en adelante entran en una fase cuyo rasgo principal es el carácter cotestatorio de su política. **Se asegura que durante el sexenio del general Absalón Castellanos se cometieron en Chiapas 153 asesinatos políticos, 692 encarcelamientos y 503 secuestros y torturas. Esta violencia se dio paralelamente a los intentos oficiales por suspender el reparto agrario e iniciar la etapa productivista de la reforma agraria.** (ESPONDA, J.B. & BARRIOS, 1995)

Neste cenário, as terras comunais e ejidais sofriam o acosso sistemático da expansão do latifúndio via "ganaderia" (pecuária), via indústria madereira (Lacandona) e via da plantações de café, sem contar com a expansão geral da infra-estrutura de rodovias, estradas, represas, cidades, usinas, entre outras. As condições de reprodução tornavam-se dramáticas diante da latência da questão agrário-indígena, com a ampliação demográfica nos ejidos e a desterritorialização das comunidades indígenas pela expansão dos proprietários privados e suas milícias particulares, a iminência de um conflito de maiores proporções de tornava cada dia mais evidente.

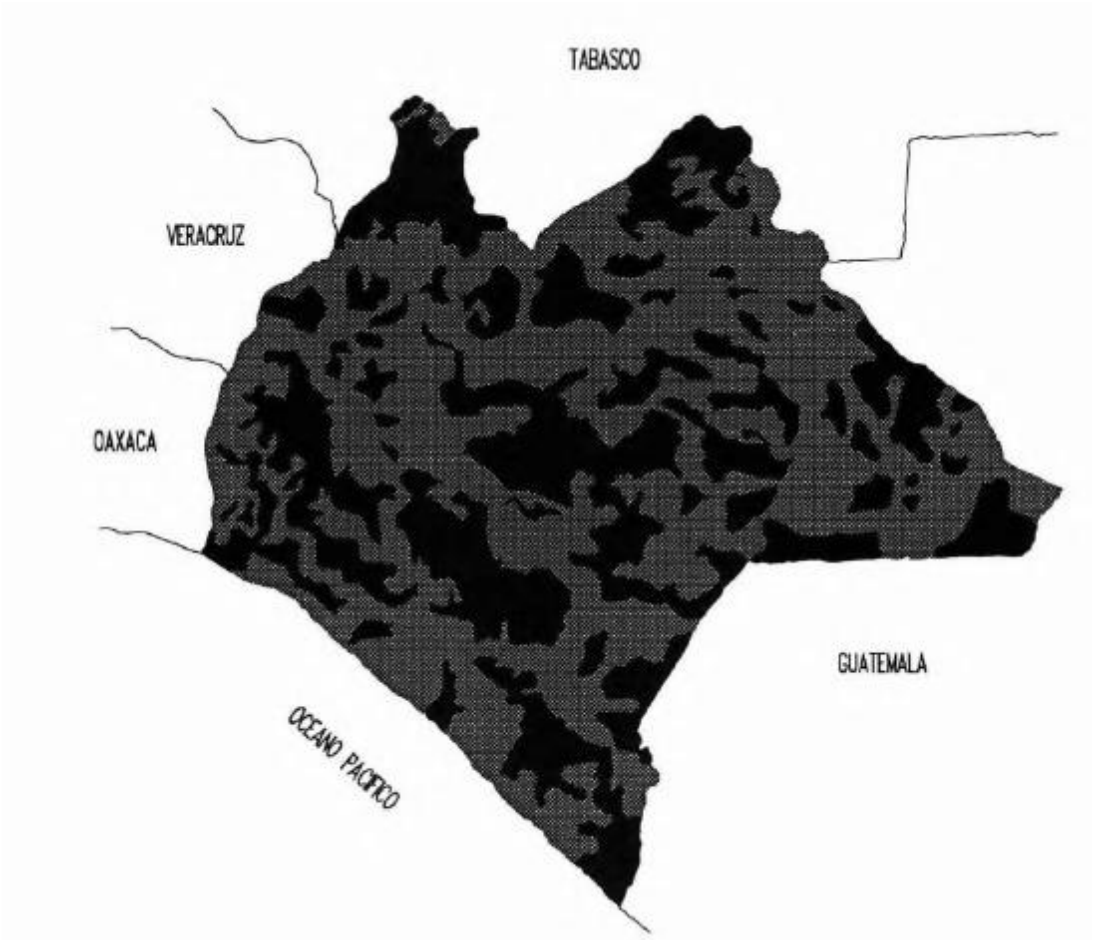


Figura 21: Mapa das terras ejidais e comunidades agrárias em Chiapas (em preto) e de outros tipos de propriedade (em cinza). Fonte: INEGI, Censo Agropecuário, 1991.

CAPÍTULO IV

Topologia de uma guerra multidimensional: a emergência do Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN) e a contra-insurgência estatal

A emergência do Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN) é indissociável da complexa geografia política forjada no México e especialmente em Chiapas ao longo do século XX. Na verdade, a regressão aos constitutivos originários que explicam a reprodução social contemporânea das comunidades indígenas e campesinas envolve, como enfatizado nos capítulos 1, 2 e 3, a análise dos sistemas sociais mesoamericanos, sua posterior destruição diante do violento genocídio colonial e o brutal desmantelamento da estrutura territorial-regional produtiva ameríndia, mediante sucessivas tramas de despojo, assassinatos, espoliação e trabalho forçado.

Tal regressão forja o entendimento do cenário presente que encontra-se atrelado aos desdobramentos atuais e prognósticos futuros que tem se desenhado a partir da forte neoliberalização político-econômica implementada no México ao longo das últimas três décadas, traduzida no forte alinhamento dos governos federais à política externa estadunidense. A expressão máxima de tal processo foi o ingresso do país no acordo de livre-comércio da América do Norte (NAFTA), em 1994, que previa determinadas condições legais e econômicas para se ampliar as "oportunidades de investimento nos países participantes". No caso mexicano, um dos pontos-chave desta reestruturação seria a alteração do artigo 27 da Constituição mexicana, aquele responsável pela existência, proteção e dotação das terras comunais e ejidais às populações do campo.

A Lei Agrária de 1992 modificou o Artigo 27, revogando seus incisos X e XII, que permitiam a solicitação de terras via dotação ou ampliação dos ejidos já existentes, justamente num momento de pleno crescimento demográfico nas terras ejidais (ver Fig.22). Em 1993 é criado pelo governo federal o PROCEDE (Programa de Certificación de Derechos Ejidales y Titulación de Solares), servindo como mecanismo de segurança da titulação de terras e simultaneamente como dispositivo jurídico de inserção dos ejidos ao mercado de compra e venda de terras. Deste modo, além de todo tipo de ilegalidade cometida na apropriação de terras nacionais pelos "ganadeiros" e a violência praticada contra as comunidades indígenas, desde a entrada em vigor da nova lei agrária, abria-se o caminho à incorporação das propriedades sociais à lógica da acumulação privada.

América Latina (10 países): população indígena em zonas urbanas e rurais, em torno de 2010
(Em números e percentagens)

País e ano do censo	Total urbano e rural	Total urbano	Total rural	Percentagem urbana	Percentagem rural
Brasil, 2010	821 501	321 748	499 753	39,2	60,8
Colômbia, 2005	1 392 623	298 275	1 094 348	21,4	78,6
Costa Rica, 2011	104 143	42 517	61 626	40,8	59,2
Equador, 2010	1 018 176	218 571	799 605	21,5	78,5
México, 2010	16 933 283	9 093 447	7 839 836	53,7	46,3
Nicarágua, 2005	311 704	123 852	187 852	39,7	60,3
Panamá, 2010	417 559	99 655	317 904	23,9	76,1
Peru, 2007	6 489 109	3 621 440	2 867 669	55,8	44,2
Uruguai, 2011	76 452	73 723	2 729	96,4	3,6
Venezuela (República Bolivariana da), 2011	724 592	458 219	266 373	63,2	36,8
Total	**28 289 142**	**14 351 447**	**13 937 695**	**50,7**	**49,3**

Tabela 2: Fonte: CEPAL (2014).

A partir desta tabela observa-se claramente a vasta população considerada indígena no México, despontando em primeiro lugar como país com maior população absoluta de indígenas vivendo em áreas rurais, um contingente de mais de 7 milhões e oitocentos mil, bem além do segundo país, o Peru, com mais de 2 milhões e oitocentos e cinquenta mil. Estes números, subestimados ou não, são expressão da estrutura agrário-demográfica e fundiária mexicana em contraponto, em diferentes graus, a dos demais países latino-americanos, com exceção de Bolívia e Guatemala. Fato que se conecta diretamente com o Artigo 27 da Constituição mexicana de 1914 e a Reforma cardenista.

No dia 1 de janeiro de 1994, dia que entrava em vigor a entrada do México no NAFTA, o país amanheceu com a notícia de que o EZLN havia tomado sete sedes municipais no estado de Chiapas: San Cristóbal de Las Casas, Altamirano, Las Margaritas, Ocosingo, Oxchuc, Huixtán y Chanal. O levante foi seguido pela tomada de diversos latifúndios em Chiapas, não só por forças zapatistas, como pela "oleada" que se seguiu por outros movimentos campesinos.

Após o levante de 1994, os governos federal e estadual se viram obrigados a atender parcialmente a demanda social por acesso à terra, temendo o alastramento do movimento devido ao grave quadro de conflito social no campo e às crescentes ocupações de terra animadas pelo levante zapatista. Tal estratégia política dos governos serviram para evitar que tais territórios fossem apropriados pelo movimento zapatista, servindo ainda como fronteiras civis estrategicamente posicionadas à estancar o avanço das ocupações do movimento:

> En Chiapas, los eventos de 1994 modificaron abruptamente el eje de esta nueva ley: el fin del reparto agrario, pues la oleada de invasiones de tierras obligó a replantear este principio y a buscar los cauces legales, que permitieran el reparto de tierras dentro del nuevo marco constitucional. [...] tanto el Gobierno Federal como el estatal se vieron obligados a dar cumplimiento a las demandas agrarias de amplios grupos de campesinos y las acciones que se fueron tejiendo en materia agraria dieron por resultado final la creación de nuevos ejidos en Chiapas, apenas unos años después de la entrada en vigor de la Ley Agraria, que canceló la reforma agraria en el país. (REYES RAMOS, 2008: 45-46)

Embora Reyes Ramos não exponha claramente que os *Acuerdos Agrarios* contenham seu caráter contra-insurgente, a autora reconhece que a titulação de terras acontece muitas vezes em sobreposição aos territórios zapatistas ou às terras conquistadas pela luta do movimento, o que acaba gerando tensões entre distintas organizações campesinas e o próprio EZLN.

O modelo de redistribuição de terras a partir da Ley Agrária de 1992, e que se estabeleceu em 1996 pelos Acuerdos Agrarios, segue o modelo fomentado pelo Banco Mundial de financiamento estatal das terras ocupadas por movimentos campesinos e posseiros, figurando como mecanismo de resolução, por via do mercado, da demanda social por terra. A autora expõe exemplos de políticas e programas em diversos lugares da América Latina (Brasil, Guatemala, Honduras, El Salvador, Colômbia e Chile) que se definem pelo ressarcimento dos proprietários via mediação do Estado e de fundos internacionais, que a autora denomina de "reformas agrarias negociadas ou de mercado". "Durante 1994 se invadieron poco más de cien mil hectáreas en la mayoría de los municipios del estado dirigidas por organizaciones campesinas como CNPA, CIOAC, SOCAMA, CNPI, CNC, entre otras." (REYES RAMOS, 2008:48). "Con los *Acuerdos Agrarios*, 58.000 familias campesinas fueron dotadas de alrededor de 235.000 hectáreas con un promedio de 4 hectáreas por beneficiario." (Idem:48). Os Acuerdos Agrarios foram fomentados pelos seguintes fundos estatais: Justicia Agraria, ProChiapas, Fondo 94 e Fondo 95.

A estratégia de contra-insurgência do governo federal era multifacetada, pois ao passo que atendia via redistribuição de terras as demandas agrárias da população do campo, atuava militarmente na supressão do braço armado do movimento, bem como na busca por seus principais líderes. Essa linha de ação era elaborada e configurada com via SEDENA (Secretaria de Defesa Nacional) com apoio de assessorias externas e serviços secretos de inteligência dos governos estadunidense, israelense, entre outros. Segundo "El Plan de Campaña" referente à VII Región Militar de outubro de 1994 da SEDENA, os itens (o), (r) e (t) dizem o seguinte:

> **o.** El objectivo de las operaciones psicológicas es el de destruir la voluntad de combatir del EZLN; ganar para el gobierno el apoyo de la población civil y crear em ésta la sensación de seguridad física y psicológica, (…);
> **r.** Organizar secretamente a ciertos setores de la población civil, entre outros, a ganaderos, pequeños propietarios e indivíduos caracterizados con un alto sentido patriótico, quienes serán empleados a órdenes em apoyo de nuestras operaciones;
> **t.** En coordinación con el gobierno del estado y outras autoridades, deberá aplicar la censura a los diferentes medios de difusión masiva; (DOMÍNGUEZ, 2006:184-185)

Esta campanha contra-insurgente cumpriu-se de modo sofisticado e brutal, simultaneamente, pois ao passo que fingia reconhecer alguma legitimidade nas demandas e nas figuras do movimento, simultaneamente protagonizavam atos bárbaros de repressão ou inclusive execuções e chacinas sumárias, como o massacre de Acteal, em que 45 tzotziles, após serem expulsos de suas terras, foram assassinados por para-militares apoiados pela SEDENA dentro de uma igreja, sendo que dezesseis eram crianças e 20 eram mulheres. A atuação de grupos para-militares foi prática utilizada pelo governo federal e proprietários de terras de modo mais presente até os anos 2000. Ao longo deste período 17 grupos para-militares atuaram na região, eles são: Desarrollo, Paz y Justicia; Unión de Comunidades Indigenas Agropecuarias y Forestales (UCIAF); Los Chinchulines; Movimiento Indígena Revolucionario Antizapatista (MIRA); Máscara Roja; Alianza San Bartolomé de los Llanos; Los Quintos; Los Puñales; Los Aguilares; Organización Campesina Obrero Popular del Estado de Chiapas (OCOPECH); Los Tomates; Los Plátanos; Los Chentes; Los Carrancistas; El Frente Civil; Organización Clandestina Revolucionaria; Frente Juvenil.

Segundo Onésimo Domínguez (2006:41), os grupos paramilitares tem origem no fracasso do exército mexicano em seu intento de capturar a Comandancia Geral do EZLN, em 9 de fevereiro de 1995, optando por uma estratégia de desgaste das bases sociais do movimento. Esta política foi seguida por uma vasta implantação de unidades e postos militares no estado de Chiapas, especialmente na "zona de conflito" considerada pelo governo como restrita aos municípios de Altamirano, Ocosingo e Las Margaritas, embora a ocupação militar tenha se estendido a diversos municípios. O intenso processo de militarização das zonas adjacentes aos territórios das comunidades indígenas produziu um perverso estado de instabilidade e desgaste psicológico aos seus integrantes, que intermitentemente sofriam com os abusos, o controle e a violência dos militares.

Todavia, a partir dos anos 2000, com a entrada do presidente Vicente Fox, a contra-insurgência se tornou mais elaborada no sentido de se reduzir o acosso militar, pois ao passo que gerava desgaste às bases de apoio zapatistas, simultaneamente, produziam um forte sentimento de rejeição e raiva contra qualquer expressão formal do Estado. A estratégia levada a cabo buscou muito mais atuar sob o campo das políticas públicas, que através do PROCEDE e das políticas sociais de assistência, buscavam tencionar e criar a fragmentação política interna às comunidades. Talvez um dos eventos que mais tenha produzido discordâncias dentro das comunidades zapatistas é a titulação particular das terras ocupadas. A comandância geral do movimento havia definido a proibição das titulações às famílias zapatistas, o que produziu um racha entre muitos grupos, pois após um longo período de lutas, muitas vezes mais amplo que a atuação do movimento, o reconhecimento legal da propriedade era tudo o que muitas famílias buscavam, isto é, a segurança e

a estabilidade da posse de seus territórios de vida. A negativa da comandância se fundamentava no correto temor da atomização política entre os titulados, se tornando mais independentes para negociar a destinação das terras que se encontram sob seu domínio. Todavia, a atomização foi inevitável, ainda associada a diversas políticas de assistência que financiavam, a partir dos governos municipais e estadual, diversos insumos nas comunidades, desde construção de escolas, campos de futebol, redes de abastecimento de água, até valores mensais de auxílio às famílias campesinas.

A partir dos trabalhos de campos em algumas comunidades indígenas em Chiapas vinculadas ao movimento, se constatou expressivamente a divisão interna das mesmas em grupos políticos distintos, tendência esta que tem se intensificado ao longo dos anos, dado que a ampliação do nível de consumo das famílias assistidas pelo Estado ampliou em contraste às famílias zapatistas em determinadas regiões. Sobre este complexo cenário de atuação o movimento é desafiado a empreender sua resistência e luta política, sendo que suas práticas só podem ter sua justa compreensão se consideradas em constante tensão às problemáticas do que os zapatistas definem enquanto uma "guerra de baixa intensidade":

> Proceso de alianzas y rupturas que sería inexplicable, por lo demás, si no se tomara en cuenta el *cerco múltiple* que el gobierno se propuso construir en torno al EZLN y que influyó decisivamente en la dinâmica tanto del movimento zapatista como en la del movimento indígena y campesino chiapaneco aglutinado en el CEOIC y que tuvo como fin debilitar no solo los levantados en armas, sino limitar el alcance de las demandas agrarias, sociales y democráticas efervescentes en todo Chiapas. (PÉREZ RUIZ, 2009:567)

A realização do projeto emancipatório zapatista envolve a construção de outras geografias que promovam e favoreçam a auto-determinação das comunidades indígenas-campesinas de Chiapas. Tal proposta visa responder de modo mais abrangente às necessidades de reprodução social das bases de apoio, lutando pela afirmação plena de suas culturas, de seus direitos e de suas territorialidades. Diante de um cenário regional heterônomo e opressivo, cujas bases do ordenamento territorial são endereçadas à reprodução do capital transnacional e da oligarquia nacional, a elaboração e a efetivação da contra-hegemonia implica, portanto, em lidar com o predomínio de uma geografia estabelecida adversamente às práticas comunitárias e seus respectivos grupos sociais.

Neste sentido, as questões a serem investigadas deste cenário são: como o movimento zapatista elabora sua organização territorial à escala regional? Quais práticas são acionadas de modo a produzir um pensamento geograficamente estratégico à resistência? Qual geografia é concebida como modelo alternativo de existência e de civilização por este movimento? Quais sentidos que emanam desta geografia contra-hegemônica zapatista e sua relação à questão da emancipação humana? O arranjo territorial do trabalho e das atividades sociais em uma escala de organização regional são possíveis diante do avassalador processo de integração-fragmentação que na atual fase

é dirigido hegemonicamente pelo capital monopolista transnacional?

A tensão logo se expressa na descontinuidade dos territórios e de suas respectivas finalidades e projetos, trata-se, em suma, do sentido da apropriação e como ele se insere na geografia política das tramas sociais. Se a geografia política que se hegemoniza no campo e na cidade é configurada territorialmente em uma multiplicidade de retalhos tendencialmente integrados sob a lógica privatista da reprodução do valor e seu desenvolvimento desigual e combinado, a estrutura comunitária tende a ser ameaçada em sua existência jurídica e política diante da atomização que as forças oligárquicas do mercado e do Estado promovem no seio de sua reprodução.

A fragmentação política evidente no interior das comunidades antes integralmente zapatistas e hoje muitas delas encontram-se flagrantemente polarizadas e divididas entre famílias ditas "partidistas" e famílias zapatistas. Todavia, tal fragmentação ao senso comunitário também opera mediante outras ordens de afinidade, como matizes religiosas (protestantes x católicos) ou mesmo entre partidos (PRI, PV, PAN, PRD etc.). As urbanidades e os processos de monetarização da economia campesina, os trabalhos e serviços temporários na cidade, as titulações particulares de terras, a influência dos vetores informacionais urbanos, estes são diversos fatores que participam na formação das sociabilidades rurais em Chiapas, que tem progressivamente atacado as bases comunitárias de formação identitária.

A multiculturalidade pode ser utilizada pelo capital como dispositivo de identificação. Avalia, Polanco, que o sistema ataca as bases comunitárias das identidades, ao tempo que promove todo gênero de identificações, que são espécie de identidades individualizadas, sem sustento coletivo. "La identificación funciona más bién cuando las comunidades han sucumbido bajo el influjo individualizador del sistema; opera como un "sustituto" de éstas, para mal satisfacer el afán desesperado de los indivíduos de dar sentido a sus vidas." (DÍAZ-POLANCO, :01).

O autor refuta a ideia de que a globalização tenderia à homogeneização cultural, pois o sistema trabalha mediante uma perspectiva liberal "inclusiva", que busca absorver vorazmente as diferenças sob uma suposta neutralidade da indiferença liberal. Neste sentido, o autor busca definir o conceito de entofagia ou processo etnofágico, isto é, a alimentação e a internalização, pelo sistema hegemônico, das diferenças culturais autonomizando-as de seus conteúdos enraizados e coletivos:

> La etnofagia expresa entonces el processo global mediante el cual la cultura de la dominación busca engullir o devorar a las multiples culturas populares, principalmente en virtud de la fuerza de gravitación que los patrones "nacionales" ejercen sobre las comunidades étnicas. No se busca la destrucción mediante la negación absoluta o el ataque violento de las outras identidades, sino su disolución gradual mediante la atracción, la seduccíon y la transformación. […]. En síntesis, la etnofagia es una lógica de integración y absorción que corresponde a una fase específica de las relaciones interétnicas […] y que, em su globalidad, supone un método cualitativamente diferente para asimilar y devorar a las outras identidades étnicas. (DÍAZ-POLANCO, :03)

> En los medios de comunicación de izquierda, tanto fuera como dentro del país, reporteros e intelectuales por igual, fueron creando la visión utópica de que en Chiapas existiera una gran y homogénea movilización indígena, al margen de los partidos políticos y en contra del poder establecido. La realidad era otra, por supuesto, y al correr de los años y avanzar el desgaste inevitable del EZLN en lo político-militar, la causa indígena recuperó en Chiapas cada vez más el rostro diverso y complejo que tenía antes de 1994. (DE VOS, 2010: 255)

A descontinuidade e a fragmentação são marcas imperativas da geografia que se hegemoniza através das relações sociais capitalistas, pois a racionalização dos recortes territoriais por lógicas supra-locais, isto é, por logísticas regionais ou globais de operação, implicam na integração vertical entre os lugares e o desmonte ou a reestruturação das práticas horizontais. Esse fenômeno, já bem desenvolvido teórica e analiticamente por Henri Lefebvre, Milton Santos e outros, exprime a tendência da integração-fragmentação do trabalho social, de modo que qualquer estratégia insurgente ao estado atual de coisas, necessariamente, envolve lidar com a ideia e a efetividade de um território-rede. Logo, é preciso considerar os aspectos concernentes dessa condição geográfica fundamental, isto é, a descontinuidade territorial das relações sócio-políticas e sua implicação multiescalar.

Por este cenário que devemos proceder na elaboração da questão que baliza o presente estudo, ou seja, discutir a geografia da atuação política do zapatismo envolve compreendê-la em constante embate e tensão com as forças antagônicas e contra-insurgentes, implicando diretamente sobre a configuração do movimento em sua forma e conteúdo. Verifica-se o esgarçamento da integridade territorial das comunidades indígenas pela cooptação dos agentes internos e por rupturas, desterritorializações e fragmentações constituídas pelas verticalidades instaladas heteronomamente via Estado e agentes econômicos.

Em virtude de tal ofensiva e da falta de coesão interna das comunidades campesinas, a estratégia territorial se modificou em articulações regionais concentradas nos territórios dos Caracóis. Estes figuram como territórios nodais, pois em grande medida condensam os investimentos e os projetos do movimento. Seriam, portanto, os Caracóis uma resposta territorial à fragmentação interna das comunidades zapatistas?

Tais questões podem ser respondidas a partir da seguinte tese: de que a formulação de um pensamento geográfico estratégico à resistência indígena-campesina se baseia em uma vasta rede política de múltiplas escalas de organização que sistematizam a comunicação e garantem certo mapeamento e diagnóstico das relações de conflito, de ameaça, de possibilidades e oportunidades. Este expediente é função da distribuição irregular das bases de apoio zapatistas e da necessidade de articulação mútua entre elas numa escala regional frente às adversidades que se apresentam diante da reprodução do capital na geografia chiapaneca.

Por conseguinte, os diversos níveis escalares de organização política do zapatismo são acompanhados pela centralização das informações dos territórios correspondentes, o que leva ao

Comando Geral do EZLN a possibilidade de acesso aos fatos mais relevantes respectivos a toda sua área de influência, e gerando por sua vez uma diferença de grau no acesso das informações entre as bases de apoio e o Comando do movimento.

A afirmação de uma geografia própria ou referenciada aos termos de suas necessidades, diretos e práticas é condição imprescindível para tais comunidades viverem a plenitude de sua cultura e a efetivação dos seus sonhos. Que geografia seria essa capaz de oferecer outras bases de possibilidades ao desenvolvimento humano?

Esta afirmativa pode ser constatada não só pela conexão visceral que a reprodução comunitária indígena-camponesa estabelece com determinadas configurações geográficas, mas, sobretudo, pelos novos arranjos de relações territoriais que são montados em favor da resistência e autonomia destes povos. Esta "geografia zapatista" confrontada pelos projetos e dinâmicas da reprodução ampliada do capital e do Estado mexicano ensaia tentativas de contra-hegemonia através de sua atuação dispersa e articulada em vários níveis escalares.

Neste sentido, o papel dos municípios autônomos zapatistas enlaçados regionalmente pelos Caracóis representa os diferentes níveis da administração política zapatista. Logo, a geografia importa para o movimento no sentido de ser projeto de existência e realidade de luta, duplamente enquanto afirmação e negação de sua existência. O expediente de uma práxis emancipatória no contexto político-econômico de Chiapas implica existir sobre um complexo geográfico em constante açoite de projetos espaciais verticais (no sentido de Milton Santos, *verticalidades*) que gradualmente vão forjando uma geografia objetivamente orientada como capital constante à reprodução do valor, impingindo inclusive o controle técnico do território sobre os processos ecológicos que antes eram geridos por relações comunais de propriedade.

No mapa a seguir extraído da dissertação de mestrado de Fábio Alkmin (2015), sobre a geografia da autonomia zapatista, é possível constatar a descontinuidade territorial das bases de apoio zapatistas e sua configuração regional:

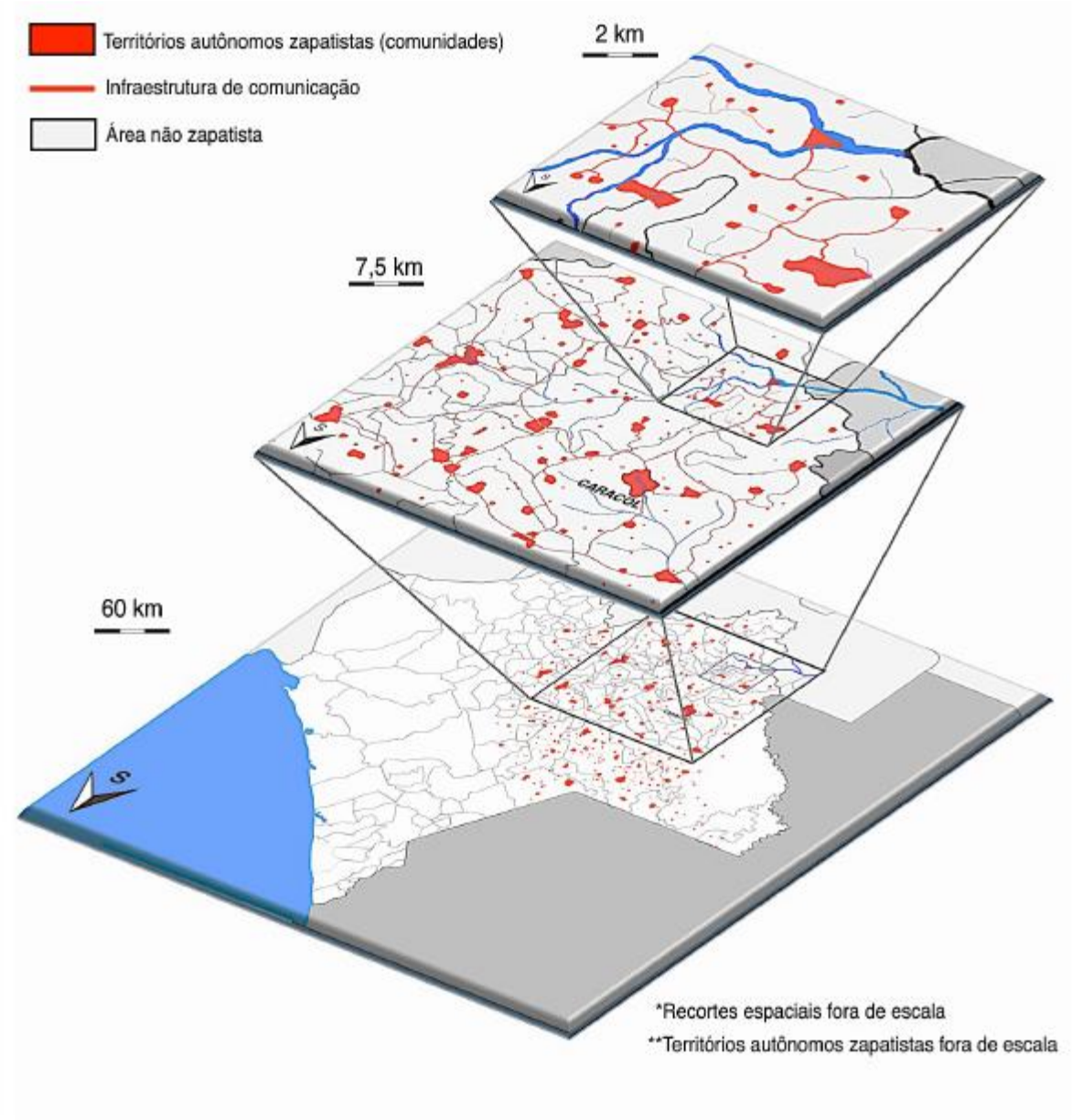


Figura 22: Configuração territorial das bases de apoio zapatistas. Fonte: Alkmin (2015:154).

Segue-se o fato de que as bases de apoio, que são basicamente as famílias indígenas que fazem parte do movimento, assumem uma atuação política de fortalecimento dos serviços autônomos do movimento, como escolas, postos de saúde, trabalhos coletivos, transporte etc. O braço armado do movimento de certa maneira foi desmantelado de sua estratégia geográfica, sendo restringido aos vales escarpados da selva da Lacandona.

A selva da Lacandona em Chiapas foi escolhida como área favorável à formação da guerrilha justamente por sua **geografia**. Não há estradas pavimentadas que cruzam o seu interior, sua geomorfologia é acidentada com grandes escarpas e vales profundos em sequência, além da densa da selva tropical Lacandona e da Reserva da Biosfera Montes Azules. Segue um fragmento da entrevista com Salvador Morales Garibay (subcomandante Daniel), visto por muitos como o

“traidor” do movimento, por acreditarem que o mesmo havia repassado ao exército informações confidenciais e estratégicas do movimento, bem como a localização dos acampamentos:

> **¿Y por qué fueron a Chiapas?** Chiapas no se escogió por su potencial revolucionario, sino por una razón geográfica. Allá no llegaban los soldados, y se podían hacer prácticas de tiro sin problemas. Es un lugar que ya se conocía. El grupo que conformó César Yáñez, el fundador de las FLN, ya había estado ahí a principios de los setenta. Su visión era que Chiapas era un lugar apto para la guerrilla, la Selva Lacandona en específico, porque es un lugar cerrado, de difícil acceso. ¿Entonces no se trataba de reclutar población local, a los indígenas? No, la idea era llegar a la selva, instalarse, entrenarse, dominar la selva, o por lo menos que la selva te aceptara, para luego de ahí salir e ir contactando gente. Se quería practicar ahí, formar a los guerrilleros, para que después ellos pudieran atacar en cualquier parte del país. (http://www.letraslibres.com/revista/convivio/entrevista-con-salvador-morales-garibay)

Figura 23: Geomorfologia da Selva da Lacandona. Fonte: Google Maps, 2017.

Percebe-se que a região da selva da Lacandona, além da geomorfologia escarpada pelo metamorfismo desencadeador de suas montanhas, é uma área de difícil acesso, não atravessada por nenhuma estrada ou rodovia asfaltada, sendo apenas contornada pelas rodovia federais 307 e 199. Com o treinamento das forças militares do movimento na selva, a prática de articulação política se montou especialmente vinculada à base social da igreja católica:

> El Estado, no sólo el éjército, estaba ausente en la selva, pero la Iglesia había llenado el vacío y se sabe que la diócesis de San Cristóbal ejercía realmente el poder en esa zona. ¿Qué supuso la diócesis, y en particular el obispo Samuel Ruiz, en el proceso de implantación del EZLN? La diócesis de San Cristóbal no dio la entrada al EZLN, pero el que estuviera exactamente ahí sí es una gran ayuda. La formación que el obispo Samuel

> Ruiz da a los catequistas es una cuestión invaluable, que si no hubiera existido no hubiera habido ese crecimiento ni esa capacidad de maniobra del EZLN. La estructura que la diócesis había formado era una estructura muy parecida a la del EZLN, en el sentido de que había rangos. Estaba la gente que tenía el contacto directo con Samuel Ruiz, los diáconos y los catequistas. O sea, una organización muy valiosa para nosotros, que fue aprovechada por el EZLN. ¿Cómo fue aprovechada? Fue aprovechada para contactar a la gente. Alguien habló a Lázaro Hernández, por ejemplo, que era una gente con mucha experiencia y con una presencia muy grande. (Lázaro Hernández era tuhunel de tuhuneles, es decir, diácono de diáconos, y hombre de confianza de Samuel Ruiz.) Él contactó a los otros diáconos, los diáconos a los catequistas, y ya si los diáconos y los catequistas son del EZLN, pues la gente en general va a ser del EZLN. Ese acercamiento a gente de importancia en cada comunidad fue lo que dio la base para que la gente dijera, bueno, si ellos están con los armados, nosotros también vamos. ¿Y ante esto, qué decía el obispo? Yo creo que Samuel Ruiz sí sabía, porque sabía de las Fuerzas de Liberación Nacional desde los años setenta, pero también creo que nunca imaginó la capacidad que iba a tener el EZLN para poder contactar a esa gente y convencerla. (GARIBAY, 1999)

Se é factível a tese de que houve uma reconfiguração territorial do zapatismo a partir da própria desagregação interna às comunidades, produzindo um quadro fragmentário no se refere à capacidade de união ao trabalho coletivo e à produção de um território coeso ao planejamento de interesses comuns e compartilhados. Nesse sentido, o projeto por uma autonomia e por uma emancipação coletiva é confrontado à indagação: como efetivá-las num contexto de fragmentação interna e que se deflagra numa escala mais ampla em um complexo de territórios descontínuos? Sob o ponto de vista das condições materiais de existência, qual seria a estratégia do movimento para ampliar as condições de desenvolvimento humano das comunidades indígenas-campesinas?

Questões que se provocam à guisa de futuros desdobramentos:

1) Seria possível afirmar que quanto mais rarefeito e disperso forem as comunidades zapatistas (bases de apoio) mais importância ganha o papel dos municípios autônomos, os caracóis e seus sistemas de transporte?

2) Seriam apenas os financiamentos dos partidos políticos que explicariam a saída de muitas famílias do zapatismo, ou também a própria tendência modernizadora-urbana que forja sociabilidades mais individualistas, o que se estabelece muito também em função da rede de trabalhos alienados à comunidade e voltados ao mercado urbano?

3) Se a renda da terra dos territórios comunitários indígenas não é suficiente para garantir a manutenção e a expansão dos serviços autônomos fornecidos nos Mares e Caracóis, sendo a dependência à solidariedade internacional uma demonstração da necessidade de ser integrar forças sociais na condução de um projeto político mais fortalecido em escala nacional ou global, como o empreendimento dessas escalas são possíveis nas limitações materiais e geográficas que se impõem?

A importância capital, ao plano de investigação do presente trabalho, se revela na atualidade

do modo de vida indígena como paradigma problematizador à expansão sem limites do capital como sentido único da história. Seriam as comunidades indígenas e camponesas a expressão de uma relação sociedade-natureza que se recusa a ser domesticada pelo imperativo do valor-de-troca? Seriam elas portadoras de uma sociabilidade comunitária que se apresenta enquanto projeto político? Ou, ao contrário, seriam as atuais comunidades e grupos indígenas formas residuais das sociedades originárias ainda em processo de fragmentação, ocidentalização e de proletarização?
Neste sentido, cabe indagar-nos como a ancestralidade indígena mesoamericana importa aos objetivos centrais da presente pesquisa, a saber, de que maneira a herança da civilização mesoamericana participa na definição do projeto político zapatista?

A dinâmica populacional é um fenômeno intimamente vinculado aos processos responsáveis pela produção e reprodução do rural e do urbano. Neste sentido, o balanço populacional entre o campo e a cidade dependerá, em grande medida, das condições que se apresentam à reprodução social nestas geografias. Essas perspectivas possibilitam a ilação de que a reprodução do campesinato está vinculada às dinâmicas demográficas e sua relação com as oportunidades de trabalho que se apresentam no espaço urbano. O crescimento populacional das famílias em muitos casos não é acompanhado pela expansão da área ou do terreno explorados – questão que se verificou nos ejidos de Chiapas na década de 90 – tornando a renda da terra insuficiente à sustentação de toda família. Este fato impulsionou a proletarização de muitos jovens indígenas nas *fincas* (propriedades privadas, geralmente de exploração pecuária e cafeicultora), como também a migração de muitos para cidades com grande crescimento de postos de trabalho, p. ex. Cancún (setor turístico), ou até, para Los Angeles, EUA (cidade com maior número de mexicanos depois da Cidade do México).

> Son los 250 mil indígenas tseltales, tsosiles, tojolabales, choles, zoques y mames, quienes viven en los 27 Municipios Autónomos Rebeldes Zapatistas, constituyendo el 21% de la población de Chiapas. Funcionan más de 500 escuelas primarias y secundarias en resistencia, con 1500 promotores de educación. De ellas han egresado más de 45 mil jóvenes que atienden cuestiones de salud, educación y comunicación, o que son autoridades locales y municipales. (HOLLOWAY et al., 2015: 09).

> … han marcado ustedes, empleando en ocasiones adjetivos muy severos, las ideas e iniciativas que son aceptables y las que no: desde los diálogos de San Andrés, en 1995, algunas voces advirtieron sobre la inconveniencia de que la autonomía indígena se encerrara en el ámbito comunal, provocando atomización y debilidad ante los poderes locales y nacionales, sosteniendo que debía tener carácter regional, pluriétnico y democrático, tal como, en efecto, terminarían siendo diseñados los "*caracoles"* años después; pero muchas de esas voces, como las de Héctor Díaz Polanco y de Consuelo Sánchez, no se atendieron y más bien se descalificaron; luego vino el apunte de Armando Bartra recordando que las autonomías no son puras, sino siempre entreveradas, en ellas coexisten grupos zapatistas y otros que no lo son, y mostró también cómo en otras regiones autogestivas del país se aprovechaban los recursos de programas públicos, de manera que se podía luchar con un pie adentro y otro afuera de la institucionalidad, y que el aislamiento impuesto en el caso del EZLN por el injusto cerco político-militar no debía ser establecido como principio general en el debate sobre las regiones autónomas (la respuesta de ustedes

vino con un adjetivo descalificador: frívolo). (ZERMEÑO APUD YAÑEZ, 2006:04)

> Neil Harvey señala la importancia de ir más allá de este planteamiento, pues considera que "es preciso indagar más sobre las consecuencias de la inserción de éstas en la restructuración neoliberal de los sectores agropecuario y forestal, su relación con la industria biotecnológica global y el papel que juegan en la legitimación de lo que Silvia Ribeiro ha llamado las "nuevas leyes neoliberales", las cuales están dirigidas a la privatización de los recursos naturales y el despojo de los mismos pueblos indios *(Ojarasca* 99, julio 2005). Me refiero a la Ley de Bioseguridad de Organismos Genéticamente Modificados, la Ley de Aguas Nacionales, la Ley de Propiedad Industrial, la Ley Federal de Acceso a los Recursos Genéticos y Biológicos, la Ley de Minería y la Ley de Consulta a Pueblos y Comunidades Indígenas. (YAÑEZ, 2006:06)

A inserção periférica do território chiapaneco tem sido racionalizada segundo eixos de planejamento geoeconômico supra-nacionais, em que pesam os empreendimentos de exploração mineral, os grandes empreendimentos turísticos e a infra-estrutura de integração econômica articulada pelo corredores de circulação de capital. Neste cenário se constata o grande corredor de integração da América Central e Colômbia, o Plan Puebla-Panamá (PPP), que agora denominado de Proyecto Mesoamérica (PM), como afirma Juan Sandoval Palacios, "muestra claramente que se trata de un plan estratégico diseñado por Estados Unidos para integrar de manera subordinada a sus interesses de seguridade nacional a toda la región compreendida en el PPP." (PALACIOS, 2011:06). Esta ampliação da área de influência, segundo o autor, tem por objetivo assegurar as condições de estabilidade política (via controle militar) e infra-estrutura logística para os grandes projetos de investimento transnacionais que em sua maioria se sobrepõem aos territórios campesinos e de comunidades tradicionais:

> Pero los planes estratégicos PPP y Plan Clombia comparten, desde el nacimiento del primero, un aspecto central para la expansión del capital y el control político-militar estadounidense en esta área. Este aspecto es el desplazamiento forzado de comunidades y poblaciones de las zonas consideradas más importantes para el desarollo de grandes proyectos geoeconômicos por parte de los grande capitales transnacionales. (PALACIOS, 2011:08)

América Latina: mapa de projetos extrativos no setor de minerais e hidrocarbonetos em territórios habitados por povos indígenas, 2010-2013

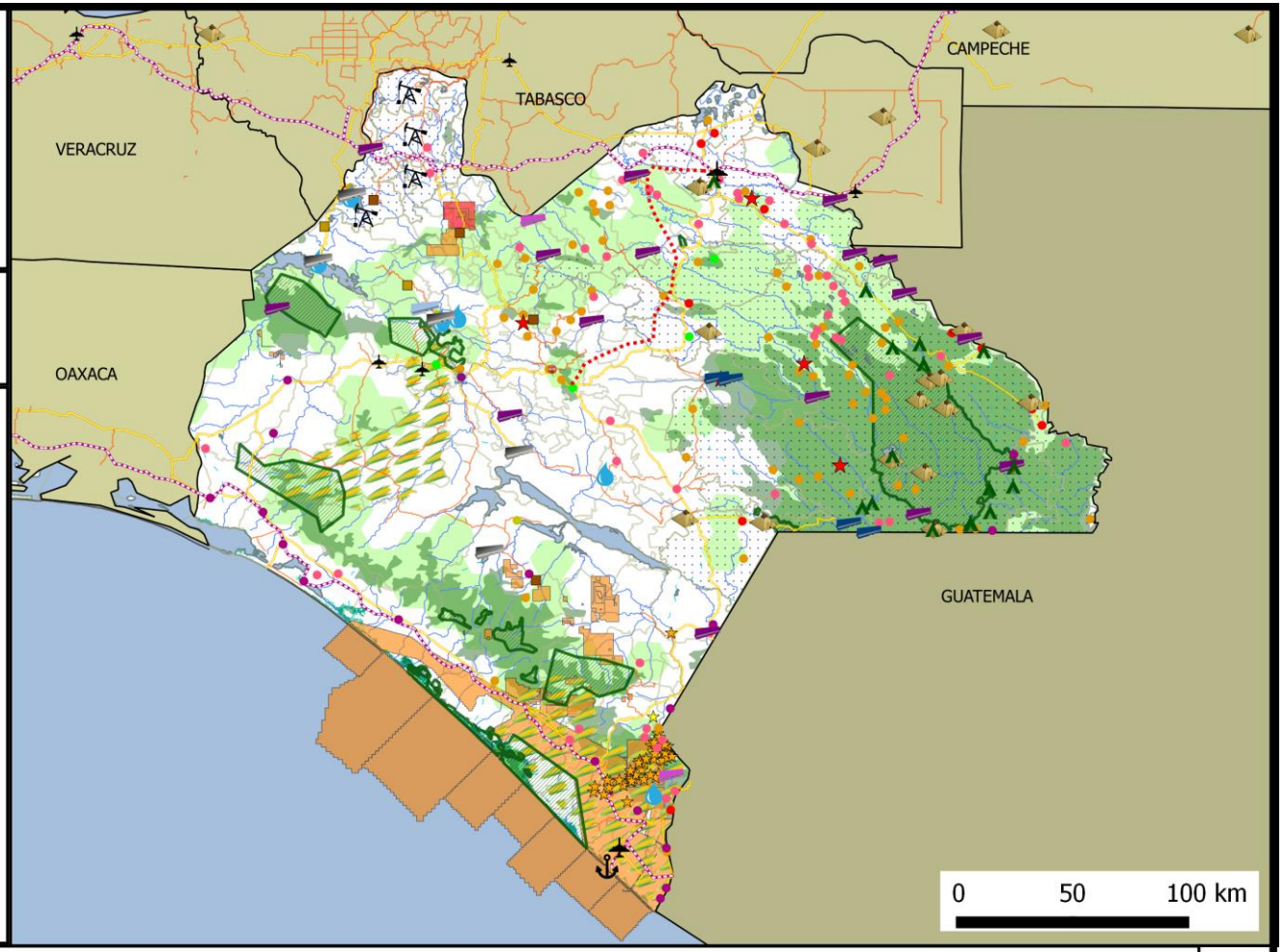
Fonte: CEPAL (2014).

INTERESES TERRITORIALES EN CHIAPAS

El Exctravismo Corporativo de los Bienes Comunes

Realización : Otros Mundos A.C. Chiapas (2014)

Fuentes: INEGI, CONABIO, CFE, Secretaría de Economía, Servicio Geológico Mexicano, Conservación Humana A.C, CONANP



Leyenda

Infraestructuras

- Vías Ferreas
- Puerto Chiapas

Carreteras

- Federal
- Estatal

Aeropuertos

- Internacional
- Nacional

Hidrología

- Ríos
- Cuerpos de agua

Zonas de conservación del medio ambiente

- Areas Naturales Protegidas
- Zonas de vegetación densa
- Zonas de conservación de la biodiversidad
- Manglares

Mega Proyectos

Represas

- Concesionada
- En operación

Proyectos Hidroeléctricos

- Prefactibilidad
- Factibilidad
- Gran visión

Plantas Generadoras

- Hidroeléctrica

Concesiones mineras vigentes (2012)

- Explotación
- Exploración

Ciudades Rurales Sustentable

- En construcción
- Fundadas

Plantas multinacionales

- Coca Cola
- Nestle
- Proyectos de Ecoturismo
- Zonas con cultivos transgénicos
- Proyectos Autopista SC Palenque
- Rasgos Arqueológicos

- Municipios con pozos petroleros
- Zonas con recursos en hidrocarburos
- Juntas de Buen Gobierno

Territorios Libres de minería y presas

- Comunidad
- Ejido

Posiciones Militares

- Zona Militar
- Cuartel Militar
- Puesto de la Armada
- Retén Intermitente del Ejército
- Retén Permanente del Ejército (RPE)
- Campamento Militar (CAM)
- CAM y RPE

CAPÍTULO V

O problema cognitivo na integração-fragmentadora do capitalismo contemporâneo

Como demarcação introdutória e conceitual do presente capítulo, é preciso considerar que a prospecção sobre o que se denomina enquanto "problema cognitivo" tem como fundamento implícito à sua possibilidade uma ontologia que não autonomize a atividade subjetiva das condições efetivas de existência. Esta consideração primária é pressuposto necessário para averiguarmos a expressão geográfica de tal efetividade e quais suas vinculações constitutivas ao modo de se pensar o mundo e de ser-no-mundo.

Perscrutar a transitividade do conhecer e do conceber em relação à geografia do estar e do viver contemporâneos é empreendimento por demasiado profundo e vasto para ser abarcado a jus de sua riqueza num doutoramento, deste modo, a investigação sobre o tema limitou-se a problematizá-lo diante da especificidade da realidade social do zapatismo em Chiapas e segundo um conjunto de referências teóricas que não pretende ser exaustivo à inteireza dos fundamentos filosóficos consoantes à relação entre ser-estar-pensar. Embora a vinculação entre ambos os temas pareça distante, isto é, entre a atividade cognitiva implicada na geografia do capitalismo contemporâneo e a luta zapatista de indígenas e campesinos em Chiapas, entende-se que suas respectivas conexões se tornam evidentes à medida que as interrogações sobre o agir político se realizam, explicitando o problema da estratégia como uma questão geográfica, que esconde uma interrogação ontológica sobre o horizonte do devir social.

Nosso fato primórdio de investigação é o *estar-aí*, a condição imediata dos sujeitos individuais estarem *localizados*. Esta condição primeira define-se pela corporeidade de nossa existência, a necessidade de nossos corpos habitarem o mundo para nele efetivarmos nossa vida em geral. Logo, a localização nos defronta com a relação perceptiva imediata, referente à escala do corpo, o mundo sensível dos fenômenos que rondam nossas faculdades experienciais. Esta condição locacional define um cenário de coexistências imediatas que se apresentam objetivamente aos sujeitos individuais, cuja a "consciência sensível" elabora seu senso de alteridade entre o corpo e o "corpo do mundo". Sob este senso de alteridade, a geografia – enquanto condição da existência – se afirma na relação espacial objetivada pelo sujeito em sua prática.

A elaboração deste fundamento descende em grande medida do trabalho realizado por Martins (2007), cuja compreensão de *geografia* (não apenas enquanto ciência ou disciplina), a rigor, se define enquanto *categoria da existência do ser* – "a Geografia como um fundamento constituinte e presente na realidade que nos cerca, bem como um fundamento que dá estrutura ao pensamento"

(2007:38); logo, nosso questionamento interpela como a *geografia* instaura determinada possibilidade de existência e de prática ao sujeito, designando em certa medida o desdobrar da experiência fenomênica objetivadora do mundo sensível.

Esta condição de ser-no-mundo ou ser-ao-mundo, para Merleau-Ponty, instaura-se mediante a corporeidade do ser, ao existir o ser habita o mundo e nesta *presença* funda-se um estado de "conaturalidade" com o mundo, a condição prévia que possibilita a instauração da dualidade sujeito e objeto. Esta condição pré-objetiva/pré-subjetiva, expressão da mundanidade da existência humana em seu sentido mais original, apresenta-se como importante fonte investigativa para as seguintes perguntas: "como somos o mundo? O que do mundo nos é constitutivo?", tais indagações, por outra vereda, situam-se na mesma direção aventada por Martins (2007): "qual o fundamento geográfico do ser?".

A defesa de uma realidade pré-existente à cognição compreende aferir que "há um ser antes do conhecer", ou, um pressuposto ontológico como fundamento anterior à faculdade cognitiva. Nas palavras de Ponty: "antes de pensarmos nossa classe e nosso meio, nós *somos* essa classe e esse meio" (1990:239), ou, na paráfrase do filósofo Gerd Bornheim (2001:104): "Nosso conhecimento depende daquilo que nós somos". Estas assertivas informam o problema concernente entre o ser e o pensar, questão onto-epistemológica que adquire suma importância à presente investigação, pois a geografia pensada como "fundamento do ser" participa como condição estrutural ao pensamento. Neste sentido, o problema pode ser introdutoriamente explorado na análise da *presença* como uma condição fenomenológica essencial à realidade cognoscente do sujeito, primeiramente, como corporeidade e percepção, e mais amplamente como estar do sujeito no mundo. Neste sentido, trata-se de compreender tanto a condição generalizada e universal que o gênero humano assume sob o signo da *presença* - como estrutura e fundamento à subjetivação humana e social -, como também averiguar de que modo esta condição comum se configura sob as determinações da geografia do capitalismo contemporâneo.

Para tanto, nos servimos em parte das contribuições que Merleau-Ponty apresenta em "Fenomenologia da Percepção", ao destacar a importância da inscrição corporificada do sujeito no mundo como parte constituinte da construção dos significados:

> Só temos uma maneira de saber o que é um quadro ou uma coisa, é olhá-los e sua '*significação*' só se revela se os olharmos de um certo ponto de vista, de uma certa distância e num certo sentido, numa palavra, se colocarmos à disposição do espetáculo nossa conivência com o mundo. O sentido de um curso de água, esta palavra não quer dizer nada se não suponho um sujeito que olha de um certo lugar para outro. No mundo em si, todas as direções como todos os movimentos são relativos, o que quer dizer que eles não existem. Não haveria movimento efetivo e eu não teria a noção de movimento se, na percepção, não deixasse a terra, como "solo" de todos os repousos e de todos os movimentos além do movimento e do repouso, porque eu a '*habito*', e assim mesmo não haveria direção sem um ser que habita o mundo e que, por seu olhar, traça sua primeira direção-referência.
> […] sob todas as acepções da palavra sentido, encontramos a mesma noção fundamental de

> um ser orientado ou polarizado em direção ao que ele não é e somos assim sempre conduzidos a uma concepção do sujeito como ek-stase e a uma relação de transcendência ativa entre o sujeito e o mundo. O mundo é inseparável do sujeito, mas de um sujeito que só é projeto do mundo, e o sujeito é inseparável do mundo, mas de um mundo que ele mesmo projeta. O sujeito é ser-no-mundo e o mundo permanece "subjetivo" pois sua contextura e suas articulações são designadas pelo movimento de transcendência do sujeito. Descobrimos pois com o mundo como um berço das significações, sentido de todos os sentidos, e solo de todos os pensamentos, o meio de ultrapassar a alternativa do realismo e do idealismo, do acaso e da razão absoluta, do contra-senso e do senso. O mundo tal como tentamos mostrá-lo, como unidade primordial de todas as nossas experiências no horizonte de nossa vida e termo único de todos os nossos projetos, não é mais o desdobramento visível de um pensamento constituinte, nem uma reunião fortuita de partes, nem, bem entendido, a operação do pensamento diretor sobre uma matéria indiferente, mas a pátria de toda racionalidade (MERLEAU-PONTY, 1971:433).

Verifica-se, por conseguinte, que a constituição dos sentidos que emanam do pensamento estrutura-se à medida que nossa disposição na tecitura de relações mundanas organiza espacialmente uma semântica de referências, em vários níveis, que dá ordem e inteligibilidade aos acontecimentos em geral. Esta estrutura espacial da cognição tem na corporeidade a escala sensível mais imediata de objetivação da realidade geográfica, bem como seu modo de interação mais fundamental. Ao existir, somos "jogados" ao mundo, e pela presença a geografia se apresenta como fonte objetiva e fundamento à nossa existência. Segundo Gerd Bornheim:

> Antes de haver o pensamento do existir há o próprio existir; antes da certeza do pensamento do mundo, o próprio mundo se impõe em toda a sua evidência. Assim, a conceituação do homem como ser-no-mundo traz consigo o reconhecimento de uma experiência mundana que me instaura antes de que eu a pense (BORNHEIM, 2001:112).

A compreensão da problemática entre geografia e subjetivação é relativa à odisséia filosófica entorno dos fundamentos da relação sujeito-objeto. O sentido elaborado desta relação orbitou de modo geral em esclarecer duas dimensões fundamentais e interdependentes: a gnosiológica/epistemológica (O que é possível conhecer? Qual a natureza do conhecimento?); e a ontológica (O que é o *real ou ser?* Ou, o que é o *ser* das coisas e do humano?). A dimensão do entendimento, de um sujeito cognitivo e pensante, como realidade *per se* identificável, pode ser constatada ao longo de um amplo expediente de obras filosóficas, de Platão a Hegel. A realidade subjetiva, por ser considerada autônoma em seu movimento, determinada pelos limites de sua própria atividade, acabou hipostasiando uma metafísica/ontologia apartada do mundo efetivamente vivido. O axioma de que o ser se dá pela idéia ou pelo conceito sobrevalorizou o aspecto nominal diante à essência concreta dada pela relação prática e vivencial. De modo reverso, o empirismo lógico e o realismo objetivista "anularam" o sujeito *subjetivo* na elaboração do discurso sobre o ser das coisas, sobrepondo todo o teor ontológico como independente ao sujeito cognoscente, como uma realidade autônoma (o ser-em-si).

A constituição da análise relacional entre geografia e subjetivação circunspecta a tarefa de

estabilizar numa estrutura coerente este problema onto-epistemológico; tal necessidade em romper com a unilateralidade da determinação ontológica do ser (o ser-em-si ou o ser-para-si) requer a construção e a identificação das vinculações mais estruturais entre o pensar/conhecer e o estar/viver, que especificamente neste programa aparecem na espacialidade existencial do ser e na sua condição de *ser-no-mundo*, praticadas consoantes uma geografia particular do território mexicano. A compreensão da práxis como fundamento ontológico que se estabelece na relação entre geografia e subjetivação adjunta-se ao princípio de que o movimento do pensamento constitui-se através do movimento efetivo, *real*, daquele que pensa, indicando, por conseguinte, a possibilidade de se verificar o *modo* como tais movimentos se realizam nas complexas conjunturas do capitalismo global. O paradoxo é a inscrição em um mundo cujos parâmetros não são dados pela escolha das pessoas em sua associação cooperada, os "indivíduos estão subordinados à produção social, que pesa sobre eles como uma fatalidade; mas a produção social não está subordinada aos indivíduos e controlada por eles como um patrimônio comum" (MARX, 1987:86).

Nosso ponto de partida é a observação e a identificação de um problema de manifestação cognitiva, todavia, de raiz objetiva, que corresponde à incapacidade dos sujeitos individuais mapearem e conceberem a trama de relações das quais dependem e coexistem, isto é, a dificuldade em compreenderem os nexos e os enredos sobre os quais suas vidas ganham sustentação ou até negação. Sabemos, por conseguinte, que não se trata de um fenômeno novo a perda da capacidade em conceber mais integralmente as relações sociedade-natureza das quais dependemos. Esta incapacidade tem múltiplas dimensões e leituras, sendo objeto de recorrentes estudos, desde seus fundamentos nas relações de trabalho até descrições sociológicas da subjetividade na metrópole (SIMMEL, 1973). A intensificação da divisão social e territorial do trabalho, a alienação e o estranhamento das relações sociais coisificadas como valor de troca, a alteração da distribuição demográfica da população pela urbanização da sociedade, tais fatores não são recentes e desempenharam profundo impacto na configuração da modernidade e no próprio modo de ser sujeito no mundo. Por isso, o entendimento do problema cognitivo como um fenômeno atual não significa sua exclusividade aos termos específicos acenados na contemporaneidade, a ampliação geográfica da integração social é fenômeno milenar e suas implicações sobre as referências espaciais dos sujeitos individuais desde muito têm dificultado a compreensão das relações que estão além da escala perceptiva e vivencial.

A historiografia confirma, em certa medida, que em tempos antigos as sociedades aldeães sedentárias viviam mediante um regime metabólico territorialmente bem mais restrito, quando não, autóctone, favorecendo uma compreensão espacial totalizante sobre a geografia respectiva ao seu modo de vida. A reestruturação secular que o metabolismo geográfico das sociedades assume mediante o desenvolvimento, a integração e a diferenciação do trabalho social, instaura um tipo de

existência ao sujeito que o destitui de uma apreensão totalizante sobre o complexo de relações das quais sua vida depende. A emergência dos mercados e a intensificação da troca, sejam ou não fatos produzidos a favor de elites políticas, progressivamente imprimem e reestruturam uma outra ordem de produção dos bens vitais fundada no intercâmbio entre trabalhos territorialmente descontínuos entre si[9]. O remonte deste caminho é demasiado vasto para ser explicitado no presente momento, o que se registra de essencial para a consecução do argumento que se busca explicitar é a já mencionada transformação progressiva da escala do metabolismo geográfico através da qual as diversas sociedades se reproduzem.

O complexo multiescalar e hierarquizado da produção social global que se afirma no contemporâneo inaugura um novo patamar rítmico e territorial da vida cotidiana que favorece uma prática social ainda mais volátil e desenraizada. Esta práxis socialmente predominante no contemporâneo – um fato novo dotado de um sentido histórico original justamente pela geografia e pelo ritmo das relações estabelecidas – é constituída pela interposição multiescalar de processos que vão desde as escalas de ordenamento e planejamento estatal até as dinâmicas regionais e globais de produção, circulação e acumulação de capital. Como já mencionado, embora os processos sociais locais já se conectassem milenarmente com tramas de mais ampla escala, a realidade que buscamos destacar possui características qualitativamente distintas de outrora.

Este cenário foi anteriormente identificado por Lacoste (1985) atrelando a ele um estado cognitivo de "miopia e sonambulismo", sintomas da incapacidade e da confusão dos indivíduos representarem adequadamente o conjunto de relações em que estão inseridos geograficamente:

> As práticas sociais se tornaram mais ou menos confusamente multiescalares. No passado vivia-se totalmente num mesmo lugar, num espaço limitado, mas bem conhecido e contínuo. Hoje, nossos diferentes "papéis" se inscrevem cada um em migalhas de espaço, entre os quais nós olhamos sobretudo nossos relógios, quando nos fazem passar, a cada dia, de um a outro papel. Se os sonâmbulos se deslocam sem saber por que num lugar que eles conhecem, nós não sabemos onde estamos nos diversos locais onde temos algo a fazer. Vivemos, a partir do momento atual, numa espacialidade diferencial feita de uma multiplicidade de representações espaciais, de dimensões muito diversas, que correspondem a toda uma série de práticas e ideias, mais ou menos dissociadas (LACOSTE, 2005:49).

> As pessoas, cada vez mais diferenciadas profissionalmente, são individualmente integradas (sem que elas tornem claramente conhecimento disso) em múltiplas teias de relações sociais que funcionam sobre distancias mais ou menos amplas (relações de patrão e empregados, vendedor e consumidores, administrador e administrados...). Os organizadores e os responsáveis por cada uma dessas redes, isto é, aqueles que detêm os poderes administrativos e financeiros, têm uma ideia precisa de sua extensão e de sua configuração; quando um industrial ou um comerciante não conhece bem a extensão de seu mercado, ele manda fazer, para ser mais eficaz, um estudo onde será possível distinguir a influência que ele exerce (e a que ele pode ter) a nível local, regional, nacional, levando em consideração

[9] Em muitos casos de organizações sociais particulares, a "integração" e circulação do trabalho acumulado se fazia mediante a tributação, caso expressivo do feudalismo na Europa, ou, da hegemonia asteca na Mesoamérica, ou, do capitalismo comercial inglês diante do ouro e da prata coloniais comandados pelas metrópoles Ibéricas.

> as posições de seus concorrentes.
> (...)
> Hoje, é sobre distâncias bem mais consideráveis que, a cada dia, as pessoas se deslocam; seria melhor dizer que elas são deslocadas passivamente, seja por transportes comunitários, seja por meios individuais de circulação, mas sobre eixos canalizados, assinalados por flechas, que atravessam espaços ignorados. Nesses deslocamentos quotidianos de massa, cada qual vai, mais ou menos solitariamente, em direção ao seu destino particular; só se conhecem bem dois lugares, dois bairros (aquele onde dorme e aquele onde se trabalha); entre os dois existe, para as pessoas, não exatamente todo um espaço (ele permanece desconhecido, sobretudo se é atravessado dentro de um túnel de metrô), mas, melhor dizendo, um tempo, o tempo de percurso, pontuado pela enumeração dos nomes das estações (LACOSTE, 2005:45-46).
>
> O desenvolvimento deste processo de espacialidade diferencial se traduz por esta proliferação das representações espaciais, pela multiplicação das preocupações concernentes ao espaço (nem que seja por causa da multiplicação dos deslocamentos). Mas esse espaço do qual todo mundo fala, ao qual nos referimos todo tempo, é cada vez mais difícil de apreender globalmente para se perceber suas relações com uma prática global (LACOSTE, 2005:50).

Estas passagens de Yves Lacoste, do livro "A Geografia – isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra", demonstram evocativamente os sintomas e os componentes da problemática que buscamos dar a devida caracterização. De modo mais conceitual, nossa observação inicial recai sobre a experiência construída em função deste "padrão geográfico de reprodução social" (MARTINS, 2013), problematizando esta experiência na importância quanto à produção dos sentidos e significados que atribuímos ao mundo.

Sabemos que a interposição de processos multiescalares na composição da experiência (imediata e mediata) dos sujeitos individuais implica cognitivamente na co-presença de entes, cuja existência e cujo movimento extrapolam os limites perceptivos dados pela corporeidade da existência humana e sua respectiva escala do cotidiano. Este hiato entre o nível imediato da experiência singular e o conteúdo real-concreto dos fenômenos é intensificado pela geografia do capitalismo global, invisibilizando o movimento constitutivo dos entes (*geohistoricidade?*) como condição estrutural à subjetivação no contemporâneo. Este fato, portanto, tem como primeira evidência a incapacidade individual, corpórea, cognitiva e prática do sujeito, a partir da escala de sua existência, abarcar sensivelmente o universo de relações vitais das quais ele depende. Se tal processo já se constatava como tendência na modernidade a partir de uma divisão do trabalho progressivamente integrada em escala mundial e com arranjos territoriais entre cidade e campo hierarquizados regionalmente em relação às metrópoles, agora, o mundo de referências torna-se ainda mais volátil e incapaz de apresentar um sentido claro; a autonomia do objeto (como condição de *estranhamento*) parece enfatizar-se diante do agigantamento das forças produtivas em relação ao sujeito cognoscente.

A totalidade das necessidades à reprodução individual envolve uma trama geográfica de organização tendencialmente global. A atuação de empresas multinacionais nos mais diversos

segmentos econômicos, atuando em praticamente todas as atividades da divisão social do trabalho, impõe a racionalização logística da indústria como preceito à configuração territorial das relações sociedade-natureza. Neste sentido, o aumento da "composição orgânica do capital" (razão entre o capital constante [c] e capital variável [v] = c/v) aparece como tendência não só no interior fabril e dos sistemas produtivos fechados, mas como tendência geral de ordenamento geográfico das sociedades. A racionalização tecnocrática do meio geográfico a favor de uma economia integrada em escala global demonstra a transformação do metabolismo social sob a ordem e o imperativo deste "novo" agente social que se afirma: o capital financeiro-monopolista. Tal como Rudolf Hilferding, Paul Baran e Paul Sweezy, e mais tarde John Bellamy Foster demonstram que a emergência da figura social do capital monopolizado se traduz em institucionalidades e normatizações que asseguram o engendramento da acumulação neste outro patamar de realização. Logo, em concomitância e complementaridade à monopolização do capital desdobram-se estruturas legais e políticas que atuam sobre um horizonte regional-global de influência, traduzindo-se em organizações, tratados, entidades e agencias supra-nacionais, como, OMC (Organização Mundial do Comércio), FMI (Fundo Monetário Internacional), BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento), União Européia, Banco Mundial, BRICS, OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte), BAII (Banco Asiático de Investimento em Infra-estrutura), TTP (Parceria Trans-Pacífico), TTIP (Parceria Trans-Atlântica de Comércio e Investimento), entre muitas outras. Tais estruturas políticas e legais que se agigantam sobre as realidades sociais particulares representam a face jurídico-institucional da base produtiva e financeira que integra o trabalho social em todo o planeta. Este movimento assegurado pelas redes de poder reciprocamente alimentadas entre agentes econômicos globais, nacionais e as instituições estatais repercute na produção de um meio geográfico visceralmente instrumentalizado segundo a técnica da rentabilidade crescente. A técnica adquire a partir de então uma polivalência em sua funcionalidade, pois além de servir à ampliação da produtividade e à redução de custos à reprodução do valor, figura como imperativo de controle social, pois sua elaboração dista das mãos daqueles que a utilizam para viver, e aqui estamos nos referindo às diversas escalas da técnica, compondo uma configuração geográfica que se realiza ao sujeito dia a dia mais autônoma e estranha a ele.

Sujeito esse, por enquanto, abstrato, pois definido em função de uma objetividade generalizada que é o padrão geográfico de reprodução do capital, contudo, nosso interesse vincula-se justamente na compreensão desta condição geral, por mais variada que possa se apresentar no mundo fenomênico e singular, desejamos entendê-la no que diz respeito à sua universalidade, ou melhor, à sua globalidade, para posteriormente averiguarmos seu tensionamento com às particularidades relativas ao movimento zapatista.

Enredar, conjunturar e encadear soam tarefas cada dia mais árduas à condição psíquica do

sujeito dada por sua inscrição territorialmente descontínua no mundo. Não se pode anular uma condição estrutural da existência do sujeito, a de que ele se realiza mediante sua *presença*, e esta, por sua vez, se instaura em relação ao espaço existencial dado na prática em relação a uma geografia específica. Esta obviedade nos leva a considerar que a vinculação mais direta pela qual o entendimento de mundo (cosmologia) se efetiva se dá pela dialética sujeito-objeto efetivada na *presença*.

Logo, a interpelação a que estamos sujeitos, hoje, está no fato de uma reestruturação qualitativa da condição de ser na *presença*, cuja proximidade assume uma figuração absolutamente distinta de outrora. A revolução das redes e dos instrumentos de telecomunicações e a intensificação dos meios de transportes reduziram as distâncias em sua conotação espaço-temporal, facultando ainda mais as relações sociais à distância sob temporalidades da *proximidade* ou "em tempo real" (sob amplas escalas de interação), mas ampliaram a sensação de incompreensão dada por um quadro de coexistências, cujos entes são integrados por lógicas e relações impossíveis de serem acessadas na condição existencial dada na presença. Esta perda de conexão mais familiarizada com o mundo que nos cerca também pode ser constatada na análise que Ruy Moreira faz da condição do sujeito neste início de século:

> E o nível das escalas de interação espaciais por sua vez desloca as relações do homem para o horizonte sem limites do planeta. Todavia, o que este ganha em escala de grandeza territorial, perde em escala de totalidade de convívio de mundo, o homem passando a relacionar-se com o mundo em migalhas. [...] A globalização é essa espacialidade diferencial estruturada nessa escala espacial de relação mais ampla entre as esferas da produção e da circulação, mas que para o homem se revela uma forma de vivência menos total, num paradoxo em que quando mais ele se mundializa mais se perde na relação de mundo (MOREIRA, 2009:126-127).

A transversalidade que tal fenômeno assume sobre a subjetivação do mundo na cidade (e cada vez mais no campo) impõe a necessidade de uma investigação mais concentrada sobre sua condição como fundamento ao pensar, ao agir e, sobretudo, a ser.

Kevin Lynch, em a "Imagem da Cidade", obra da década de 60, traz um importante trabalho sobre como os mapas mentais dos residentes de Los Angeles, Nova Jersey e Boston eram afetados em sua elaboração dependendo do *design* destas cidades; as formas urbanas influíam na "imaginabilidade" dos sujeitos individuais; a capacidade cognoscente e elaborativa em mapear seu lugar numa escala de referências mais amplas dependia enormemente dos elementos e objetos que compunham a configuração da cidade, de modo que os contrastes, as descontinuidades figuravam como fundamentais para estruturação subjetiva de um quadro espacial de referências. O apelo da forma sensível à legibilidade do ambiente urbano, por meio de seu design e de seus atributos, faculta ou dificulta o observador na produção de um sistema de referências que o oriente, criando

um senso de localização a nível urbano.

A importância do estudo de Lynch está em enunciar – sob o estudo de caso de três cidades estadunidenses – a constituição fundante das condições objetivas da existência aos processos perceptivos do sujeito, atuando sobre como este constitui um senso de localização espacial do eu com o mundo, no caso, do eu com a cidade.

A questão do localizar-se na cidade é o problema central do livro. Na discussão sobre o design e a forma da cidade, Lynch estuda maneiras de dar uma possibilidade lógica ao citadino para localizar-se numa metrópole ou numa grande cidade. Ou seja, todo local pode estar referenciado por objetos que estão articulados seqüencialmente, logicamente ou visualmente com outros. A seqüência pode ser flexível e com diferentes padrões, servindo a facilitar a construção de uma "imagem metal" ou "mapa metal", que superasse logicamente a incapacidade ou pelo menos a dificuldade em articularmos nossa localização em diferentes níveis escalares.

O estudo mantém-se numa análise fenomenológica superficial, podendo ser – e foi – objeto de muitas críticas epistemológicas, contudo, suas pesquisas de campo e considerações analíticas, apesar dos problemas teóricos e conceituais, indicam francamente uma relação íntima entre a estética da cidade e a orientação espacial do sujeito, o "trabalho de Lynch é delimitado pela restrição deliberada de seu assunto aos problemas da forma urbana enquanto tal, mas ele se torna extraordinariamente sugestivo quando projetado sobre grandes espaços nacionais e globais" (JAMESON, 1989:77).

Logo, a obra de Lynch tem mais uma função inaugural e provocadora sobre a relação entre geografia e imaginação/representação, embora haja uma conexão entre a prática do sujeito e sua imaginação da cidade, o autor não explora os termos dessa prática e nem mesmo os fundamentos que constituem a sociabilidade atomizada nos centros urbanos capitalistas.

A evolução dessa leitura e abordagem é efetivada com eloquência por Fredric Jameson na análise sobre o espaço vivido da pós-modernidade e sua transformação consoante à reestruturação das relações capitalistas nas décadas de 70 e 80. O autor busca fundamentalmente defender a tese de que as formas de pensamento "pós-modernas" coincidem justamente com tais reestruturações no regime de acumulação, e, portanto, compõem a tessitura histórica respectiva à lógica cultural do capitalismo tardio. O mais interessante dessa argumentação recai sobre o que ele define enquanto o objeto fundamental de tais transformações: "o espaço mundial do capital multinacional".

> Considero tais peculiaridades do pós-modernismo sintomas e expressões de um novo dilema historicamente original, que envolve nossa inserção como sujeitos individuais em um conjunto multidimensional de realidades radicalmente descontínuas, cujas molduras vão desde os espaços sobreviventes da vida privada burguesa até o descentramento inimaginável do próprio capital global. Nem mesmo a relatividade einsteiniana ou os múltiplos mundos subjetivos dos antigos modernistas são capazes de fornecer um tipo de figuração adequada para esse processo, que na experiência do vivido faz-se sentir pela

> assim chamada morte do sujeito, ou, mais exatamente, pelo descentramento e pela dispersão esquizofrênica e fragmentada deste último. Mas o que está implicado aqui é na realidade a prática política: desde a crise do internacionalismo socialista, e as enormes dificuldades estratégicas e táticas de coordenar as ações políticas locais de base com as nacionais e internacionais, tais dilemas políticos urgentes são todos funções imediatas desse novo espaço internacional enormemente complexo (JAMESON, 1996:408-409).

Este cenário pós-moderno que se traduz por uma condição existencial entendida como a "morte do sujeito", devido à incapacidade cognitiva do mesmo construir "um senso ou um sentido de localização" que o permita compreender e agir no mundo em que vive, é o mesmo cenário de onde Jameson busca construir seu conceito de *mapeamento cognitivo*. Para o autor, as teorias do fragmentário, do circunscrito, dos guetos semióticos, por assim dizer, são expressões subjetivas consoantes às práxis inscritas nesse espaço global-fragmentador da pós-modernidade, para melhor compreender tal processo, o autor busca elaborar o conceito de mapeamento cognitivo em dois estágios, o primeiro relativo a uma espécie de consciência espacial alienada e o segundo como uma tentativa de superação do problema, como uma consciência política espacializada, ou, como ele próprio afirma, enquanto uma "consciência de classe" de novo tipo. O diagnóstico do primeiro estágio, além de ser sinalizado na passagem mencionada anteriormente que nutriu de alguma maneira a concepção de "compressão do espaço-tempo" de David Harvey, em seu livro Condição Pós-Moderna, Jameson aponta bem como o "problema cognitivo" tem raiz justamente na condição de existência geograficamente dispersa do capitalismo global:

> (...) o hiper-espaço modernista - finalmente conseguiu ultrapassar a capacidade do corpo humano de se localizar, de organizar perceptivamente o espaço circundante e mapear cognitivamente a sua posição em um mundo exterior mapeável. Pode-se sugerir agora que esse ponto de disjunção alarmante entre o corpo e o ambiente construído (…) seja visto como um símbolo e um análogo daquele dilema ainda mais agudo que é o da incapacidade de nossas mentes, pelo menos no presente, de mapear enorme rede global e multinacional de comunicação descentrada em que nos encontramos presos como sujeitos individuais. (JAMESON, 1989:70)

Todavia, o que parece ser um conceito que derive da relação entre pensar/conceber e estar/viver fundada sobre a determinação geográfica do contemporâneo é também um instrumento político capaz (ou não) de munir o sujeito de uma força intelectiva que possibilite lutar pela sua emancipação diante das condições de controle e opressão. Por conseguinte, o segundo estágio que o conceito alcança pode ser abarcado nas seguintes passagens abaixo:

> Não podemos, no entanto, voltar às práticas estéticas elaboradas com base em situações históricas e dilemas que não são mais os nossos. Nesse ínterim, a concepção de espaço aqui desenvolvida sugere que um modelo de cultura política apropriado a nossa situação terá necessariamente que levantar os problemas do espaço como sua questão organizativa fundamental. Vou definir, provisoriamente, a estética dessa nova (e hipotética) forma cultural como uma estética de mapeamento cognitivo (JAMESON, 1996:76).

> Certamente, essa é a função exata que o mapeamento cognitivo deve ter na moldura mais estreita da vida cotidiana na cidade: permitir a representação situacional por parte do sujeito individual em relação àquela totalidade mais vasta e verdadeiramente irrepresentável que é o conjunto das estruturas da sociedade como um todo.
> (...) Nesse ponto, o mapeamento cognitivo em seu sentido mais amplo começa a exigir a coordenação dos dados da existência (a posição empírica do sujeito) com concepções não vividas, abstratas, da totalidade geográfica (JAMESON, 1996:77).
>
> Uma estética do mapeamento cognitivo – uma cultura política e pedagógica que busque dotar o sujeito individual de um sentido mais aguçado de seu lugar no sistema global – terá, necessariamente, que levar em conta essa dialética representacional extremamente complexa e inventar formas radicalmente novas para lhe fazer justiça. Esta não é, então, uma convocação para a volta a um tipo mais antigo de aparelhagem, a um espaço nacional mais antigo e transparente, ou a qualquer enclave de uma perspectiva mimética mais tradicional e tranquilizadora: a nova arte política (se ela for de fato possível) terá que se ater à verdade do pós-modernismo, isto é, a seu objeto fundamental – o espaço mundial do capital multinacional -, ao mesmo tempo que terá que realizar a façanha de chegar a uma nova modalidade, que ainda não somos capazes de imaginar, de representar-lo, de tal modo que possamos começar novamente a entender nosso posicionamento como sujeitos individuais e coletivos e recuperar nossa capacidade de agir e lutar, que está, hoje, neutralizada pela nossa confusão espacial e social. A forma política do pós-modernismo, se houver uma, terá como vocação a invenção e a projeção do mapeamento cognitivo global, em uma escala social e espacial (JAMESON, 1996:79).
>
> A concepção de mapeamento cognitivo proposta aqui envolve, portanto, a extrapolação da análise espacial de Lynch para o domínio da estrutura social, isto é, em nosso momento histórico, para a totalidade das relações de classe em uma escala global (ou, talvez eu deva dizer, multinacional). Infelizmente, tendo dito isso, vemos que a força dessa formulação é também sua fraqueza fundamental: transferir o mapa visual da cidade para o globo é tão envolvente que acabamos por reespacializar uma operação que deveríamos pensar de uma forma totalmente diferente. Um novo sentido da estrutura social global deveria ter um valor oxímoro e transcender de vez os limites do mapeamento, isto é, como conceito, atraído pela força de gravidade do buraco negro do próprio mapa (um dos mais poderosos instrumentos conceituais humanos), cancelando assim sua originalidade impossível. Uma segunda premissa deve, no entanto, ser discutida – a saber, a impossibilidade de mapear espacialmente é tão debilitadora para a experiência política quanto a incapacidade análoga de mapeamento espacial para a experiência urbana. Segue-se que uma estética do mapeamento cognitivo nesse sentido é parte integral de qualquer projeto político socialista (JAMESON, 1996:410).
>
> 'Mapeamento cognitivo' nada mais era do que um código pra 'consciência de classe' - só que propunha a necessidade de uma consciência de classe de tipo novo, não sonhado até hoje, ao mesmo tempo que também infletia a exposição na direção da nova espacialidade implícita no pós-moderno (JAMESON, 1996:413).

Este impacto na própria maneira pela qual elaboramos nossa cosmovisão e nosso lugar no movimento da totalidade é de tal importância que o corolário desta condição de "ser-no-mundo" logo nos leva a problematizar a elaboração cognitiva associada ao mundo ôntico. Indaga-se como o movimento constitutivo dos entes é passível de ser percebido pelos sujeitos, considerando a atual configuração geográfica do mundo contenporâneo? A relação do sujeito urbano com os valores de uso necessários à sua existência se dá, sobretudo, na dimensão do consumo. O universo da produção, da circulação e do descarte aparece palidamente como uma abstração. Isso se dá na posição geográfica que muitos sujeitos estão em relação à totalidade da configuração territorial da produção social. Logo, não é de se surpreender com "a incompatibilidade e a irreconciliação das

representações" que buscam significar a realidade existente, exprimem com flagrância o problema cognitivo que o sujeito "pós-moderno" se embaraça.

A desorientação num sentido abstrato pode ser expressa como a incapacidade em localizar-se, portanto, a dificuldade em relacionar a presente localização do corpo a um quadro de referências mais amplo; tal como num labirinto, a condição espacial perturbadora está no fato de que a observação do sujeito é restrita à sua posição desfavorável diante do conjunto de paredes e ramificações, de modo que o trajeto correto em direção à saída só pode ser captado a partir de uma perspectiva escalar mais ampla que aquela onde o corpo está.

Este fato é o que dota de mistério até hoje as famosas Linhas de Nazca, no Perú, pois são desenhos concebíveis e observáveis apenas numa perspectiva escalar muito ampla, bem além daquela facultada ao corpo do sujeito, criando teoricamente uma impossibilidade prático-cognitiva à realização de tais monumentos de quilômetros.

Por conseguinte, a prática social geograficamente descontínua instaurada na modernidade repercute sobre o processo cognitivo dos sujeitos individuais de modo a introduzir uma experiência espacial de frágil elaboração topológica. Essa afirmativa verifica-se facilmente em maior ou menor grau na investigação das capacidades de diversos indivíduos em posicionarem-se diante de uma escala mais abrangente, como foi demonstrado no estudo de Kevin Lynch (2011) e Fredric Jameson (1996). A ausência de uma visualização mais coesa sobre os diferentes fragmentos territoriais que vivenciamos cotidianamente dificulta a concepção e mais ainda o controle sobre a determinação geográfica de nossa existência.

Desejamos, contudo, compreender este "mapeamento cognitivo" não somente em sua importância instrumental e política, e problematizar seu papel na condição ontológica do ser humano, ou seja, como "o sentido de localização" implica sobre as possibilidades de realização do ser humano, considerando a realidade ôntica como condição e potência para sua objetivação.

Entendemos que a geografia da existência contemporânea, de caráter urbano-industrial-informacional-financeiro, constitui a base através da qual a realização do ser se efetiva, sua condição de ser-no-mundo. Neste diapasão, observa-se que o agir do ser-no-mundo é enfaticamente marcado por práticas sociais geograficamente dispersas, descontínuas e atomizadas, que numa tendência dita global torna o próximo em distante e o distante em próximo. Este "padrão geográfico de civilização" (MARTINS, 2013) ganha mais volatilidade em seus fluxos e transformações conforme as infra-estruturas de transporte e comunicação ampliam as conexões entre os lugares, estendendo a escala de ação entre os sujeitos e agentes sociais. Em contrapartida à integração econômica global da sociedade proporcionada pelos aparatos técnicos, há simultaneamente a pulverização da existência dos indivíduos, já que suas práticas e seus meios de vida não mais se configuram em territórios contíguos, fundamentados por um senso de proximidade, de

pertencimento e de familiaridade baseados numa atividade "livre".

Na relação com esta configuração geográfica, observa-se certos condicionantes que atuam sobre os modos de subjetivação. É necessário considerar que partimos do pressuposto de uma dependência do pensamento em relação às condições materiais da existência; por conseqüência, o primeiro passo é reconhecer que tal pensamento habita um corpo, enquanto um "sujeito corporificado" (MERLEAU-PONTY, 2006); e a corporeidade concernente à subjetivação implica, sobretudo, num estar em relação aos entes do mundo, um estado de coexistência e de estar-no-mundo radicalmente baseado na proximidade, no acesso ao toque, à manualidade e à circunvisão (PÁDUA, 2005).

Logo, temos como um primeiro dado sobre a relação do ser-no-mundo esta condição do lugar da relação, por mais que a relação de proximidade em Heidegger seja avessa a uma conotação métrica, mas antes existencial e afetiva, não podemos negar igualmente que a eleição de afinidades e de relações dependem radicalmente desta proximidade física ou mediada distantemente por sistemas técnicos, caso contrário, estaríamos negando as condições materiais necessárias à efetivação do contato e dos laços inter-pessoais.

Esta afirmativa, em parte, entra em tensão com o conceito de proximidade de Heidegger, a saber, um conceito que se orienta por uma dimensão qualitativa da relação proximidade-distância, pois vinculada à espacialidade existencial do ser, sensivelmente diferente de uma relação proximidade-distância mensurável, correspondente a uma linguagem científica que não aborda o problema ontológico. Todavia, o reconhecimento desta necessidade de se levar em questão o problema do ser não deve, como o próprio filósofo diz, perder de vista o mundo de relações no qual ele se realiza. Se a existência se funda na relação entre o mundo e a vida humana, não podemos sobrevalorizar as determinações de proximidade e de distância da espacialidade existencial do ser como exclusivamente dadas pelo sujeito do agir, mas também existem as determinações do objeto, no caso, a configuração geográfica do capital.

Em outras palavras, argumenta-se que tal espacialidade existencial do ser-no-mundo possui uma escala, enquanto escala do vivido, de modo que não é possível pensar sobre a proximidade sem remeter à condição do sujeito corporificado que realiza seu agir no mundo sob uma determinada amplitude escalar. Embora um tanto remoto, mas vale resgatarmos para enriquecer este debate, a condição que Lukács define para uma ontologia do ser social:

> Podemos aqui nos ocupar somente da ontologia do ser social. Contudo, não seremos capazes de captar sua especificidade se não compreendermos que um ser social só pode surgir e se desenvolver sobre a base de um ser orgânico e que esse último pode fazer o mesmo apenas sobre a base do ser inorgânico (LUKÁCS, 1978:03).

Neste sentido, compreende-se que a proximidade existencial do ser está em tensão com sua

base orgânica (seu corpo) e sua base inorgânica (natureza externa? corpo inorgânico?), de maneira que a relação entre familiaridade e estranhamento, entre proximidade e distância, deverá ser considerada nesta vastidão, e portanto incorporando os fundamentos ontológicos que constituem o ser na integralidade do seu existir.

O corolário desses apontamentos denota nas seguintes reflexões: qual a lógica societária que rege a ordem de coexistência das localizações e como a práxis do ser se efetiva neste contexto? Como o processo de subjetivação tem ocorrido em função da geografia do capitalismo global, considerando os constantes fluxos e uma estrutura trans-escalar de interação entre as localizações? E, por fim, se é razoável alegarmos que cada ente possui uma trama de relações histórico-geográficas que o constitui e o singulariza, como tomamos consciência deste movimento, considerando que somos atravessados numa coabitação direta e carnal com tais entes, mas igualmente estranha e distanciada?

É possível defender que parte destas questões poderiam ser trabalhadas em sua elucidação pela teoria da alienação em Marx. O que se deseja enfatizar mais à frente, porquanto, é convidativo perscrutar a tônica globalizante deste padrão geográfico de civilização, que amplia nossa incapacidade cognitiva de apreender os nexos sociais e geográficos que se vinculam à constituição dos entes mais faticamente próximos, pois a trama de relações dos mesmos está para além da escala do nosso vivido, reduzindo-se a representações abstratas e pouco atentas aos aspectos mais singulares.

Sobre esta obliteração cognitiva, produzida por uma integração trans-escalar que articula localidades distantes da escala de vivência dos sujeitos sociais, e concomitantemente sepulta uma continuidade horizontal que se fundamenta por razões próximas e de familiaridade. Logo, a proximidade geográfica pode apresentar-se como antítese de uma proximidade existencial, embora a tendência de apropriação/territorialização do ser-no-mundo seja uma contra-tendência às conseqüências da trans-escalaridade do capitalismo contemporâneo. O movimento desta contradição entre fragmentação e aproximação tem gerado margem para formas de consciência que acreditamos estarem intimamente vinculadas com esta dificuldade cognitiva relativa à geografia da existência contemporânea.

Nossa tese, de forma rudimentar, suspeita que tal "padrão geográfico de civilização" tem condicionado um princípio de identidade atomista no modo como as subjetivações têm compreendido o mundo dos entes em geral, visto que a presença de um ente enquanto proximidade não necessariamente revelará sua historicidade geograficamente constituída. Esta singularidade está apartada da circunvisão e da vivência daqueles que se apropriam momentaneamente na trama cotidiana dos centros urbanos. Para estes, os entes se fazem enquanto "coisas" (fetiche da mercadoria) que comportam valores de uso para a acelerada reprodução de suas existências nas

cidades, ficando perdida na história dos lugares essa trama constitutiva dos entes em geral.

Como já foi mencionado anteriormente, não pretendemos explicar este processo univocamente através da configuração geográfica do capitalismo contemporâneo, mas compreender como esta condição generalizada de existência pode intensificar ainda mais um processo de estranhamento e de alienação, pois nunca foi tão longe a sede da atividade constitutiva do ser e o local do seu resultado. Nesse esteio, vale resgatar os quatros aspectos fundamentais da alienação em Marx (2009):

> (...) na elaboração do mundo objetivo o homem se confirma, em primeiro lugar e efetivamente, como *ser genérico*. Esta produção é a vida genérica operativa. Através dela a natureza aparece como a sua obra e a sua efetividade. O objeto do trabalho é portanto a *objetivação da vida genérica do homem*: quando o homem se duplica não apenas na consciência, intelectual, mas operativa, efetiva[mente], contemplando-se, por isso, a si mesmo num mundo criado por ele. Consequentemente, quando arranca do homem o objeto de sua produção, o trabalho estranhado arranca-lhe a sua vida genérica, sua efetiva objetividade genérica e transforma a sua vantagem com relação ao animal na desvantagem de lhe ser tirado o seu corpo inorgânico, a natureza (p.85).
>
> 1) A relação do trabalhador com o *produto do trabalho* como objeto estranho e poderoso sobre ele. **Esta relação é ao mesmo tempo a relação com o mundo exterior sensível, com os objetos da natureza como um mundo alheio que se lhe defronta hostilmente.** 2) A relação do trabalho com *ato da produção* no interior do *trabalho*. Esta relação é a relação do trabalhador com a sua própria atividade como uma [atividade] estranha não pertencente a ele, a atividade como miséria, a força como impotência, a procriação como castração. A energia espiritual e física *própria* do trabalhador, a sua vida pessoal – pois o que é a vida senão atividade – como uma atividade voltada contra ele mesmo, independente dele, não pertencente a ele. O *estranhamento-de-si* (Selbstentfremdung), tal qual acima o estranhamento da *coisa* (p.83).
>
> O trabalho estranhado faz, por conseguinte:
> 3) do ser genérico do homem, tanto da natureza quanto da faculdade genérica espiritual dele, um ser estranho a ele, um meio da sua existência individual. Estranha do homem o seu próprio corpo, assim como a natureza fora dele, tal como a sua essência espiritual, a sua essência humana.
> 4) uma conseqüência imediata disto, de o homem estar estranhado do produto do seu trabalho, de sua atividade vital e de seu ser genérico é o estranhamento do homem pelo [próprio] homem. Quando o homem está a frente de si mesmo, defronta-se com ele outro homem. O que é produto da relação do homem com o seu trabalho, produto do seu trabalho e consigo mesmo, vale como relação do homem com outro homem, como o trabalho e o objeto do trabalho de outro homem (p.85).

Estes pontos-chaves dos *Manuscritos Econômico-filosóficos* abordam os aspectos mais essenciais que envolvem a alienação da humanidade do ser pelo modo capitalista de produção da existência. Logo, quando se instala o movimento de acumulação de capital como força motriz da reprodução social, sua realização acaba por gerar contradições em outros âmbitos da existência do ser, tal como o geográfico, impondo um sistema econômico mundial de fluxos e ações que oferece uma severa desorientação espacial sobre a geograficidade dos entes.

O fato é que tal cenário, sob a ótica da contradição em relação às estratégias e referências para projetos emancipatórios, impõe sérias dificuldades em termos cognitivos e práticos para a efetivação de lutas e processos de resistência. Esta constatação primária pode ser observada na

ampla incapacidade que nós, habitantes dos principais centros urbanos do mundo, temos para compreender algo básico como a geografia de nossas necessidades vitais. Se mal elaboramos a compreensão sobre o mundo que é concernente aos aspectos mais básicos de nossas demandas, como iremos emancipar nossa humanidade, se as condições objetivas para tanto são desconhecidas, seja idealmente ou empiricamente?

A adversidade não é facilmente transponível, pois as lutas e pautas em geral são setorizadas, o que inviabiliza questionar sobre qual projeto de ser a práxis está sendo encaminhada enquanto movimento coletivo global, e sobre qual existência (geografia) tal projeto poderia se efetivar. Este domínio objetivo sobre um projeto de ser social parece, nos esforços de elaboração à esquerda, uma tacanha replicação do modo de vida urbano dos países do centro da economia mundial. Embora com toda sua legítima urgência, a ampliação do nível de consumo aos mais pobres, não vai além de um raciocínio quantitativista, pois o projeto de ser já se encontra subliminarmente determinado, mesmo que não tão consciente.

A questão central que envolve a atividade do ser genérico – uma atividade de prerrogativa ontológica – está na sua relação com as condições objetivas através das quais sua auto-determinação é possível. No caso das mobilizações que se generalizam nos mais diversos estados-nacionais em todo mundo, há uma animosidade com relação à possibilidade de uma vida mais autoral, seja pela evocação de um modelo político baseado na maior participação dos cidadãos sobre a gestão e a deliberação de políticas públicas e orçamentárias, seja na possibilidade de restaurar relações de produção que sejam direcionadas a algum sentido coletivo de existência. Obviamente que um projeto de ser social deve se apresentar, pelo menos em parte, como uma negação do projeto anterior, justamente como uma superação do ser da sociedade burguesa. E seguindo com alguma coerência à referência marxiana, é preciso transformar a condição material de existência através da qual a atividade metabólica do homem se realiza, caso contrário, o projeto de ser como liberdade de criação ficará estancado ao plano metafísico.

Referências Bibliográficas:

ACOSTA, L. Rivera. Cosmovisión y religiosidad entre "los soldados de la Virgen": la rebelión maya de 1712. Estudios Mesoamericanos, Año 7, n.13, julio-deciembre, 2012.

ANDERSON, David G. & GILLAM, J. C. Paleoindian colonization of the Americas: implications from an examination of physiography, demography, and artifact distribution. *American Antiquity,* n.65, pp.43-66, 2000.

ADOVASIO, James M. & PEDLER, D.R. Monte Verde and the antiquity of human kind in Americas. *Antiquity* 71(273): 573-80, 1997.

ADOVASIO, J. M. & PEDLER, D.R. Monte Verde and the antiquity of humankind in the Americas Chilean Field Yields: New Clues to Peopling of Americas, New York Times, August 1998.

AKIYAMA, Eduardo. Estudos sobre a historiografia da arqueologia maia. Curitiba: Cadernos de Clio, nº.2, 2011.

ALKMIN, Fábio M. Por uma geografia da autonomia: a experiência de autonomia territorial zapatista em Chiapas, México. Dissertação de mestrado. São Paulo: Programa de Pós-graduação em Geografia Humana (FFLCH/USP), 2015.

ARCURI, M. M. *Tribos*, *Cacicados* ou *Estados*? A dualidade e centralização da chefia na organização social da América pré-colombina. Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia, São Paulo, *17*: 305-320, 2007.

AUBRY, Andrés. Chiapas a contrapelo: una agenda de trabajo para su historia en perspectiva sistémica. México : Contrahistorias. La otra Mirada de Clío : Centro de Estudios, Información y Documentación Immanuel Wallarstein, 2005.

AUSTIN, Alfredo y LUJÁN, Leonardo. "La Periodización de la Historia Mesoamericana" (fragmento), IN:*Arqueología Mexicana*, edición especial No. 11, pp. 6-15, septiembre de 2002.

BATALLA, Guilhermo Bonfil. México profundo: una civilización negada. México-D.F: Editorial Grijalbo, 1990.

BENJAMIN, Walter. Teses sobre o conceito de história. 1940. Disponível em: http://mariosantiago.net/Textos%20em%20PDF/Teses%20sobre%20o%20conceito%20de%20hist%C3%B3ria.pdf. Acessado em: 05/02/2016.

BENJAMIN, Walter. O capitalismo como religião. São Paulo: Boitempo, 2013.

BERDAN, Francis & SMITH, Michael. The postclassic mesoamerican world. Salt Lake City: University of Utah Press, 2003.

BERNARDES, Andrea G. M. Urbanismo Mesoamericano Pré-Colombiano: Teotihuacán. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo/UNB. Brasília, 2008.

BOAS, Franz. Antropologia Cultural. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2010.

BONNICHSEN, R. ET AL. Evidence of Pre-Clovis Sites in the Eastern United States. IN: Paleoamerican Origins: Beyond Clovis. Texas A&M University Press, 2004.

BORNHEIM, Gerd. Metafísica e finitude. São Paulo: Perspectiva, 2001.

BRANCO, José Maria de Freitas. Dialética, Ciência e Natureza: um estudo sobre a noção de 'dialética da natureza' no quadro do pensamento científico moderno. Lisboa: Caminho, 1990.

BROWN, Cecil H. Development of agriculture in Prehistoric Mesoamerica: the linguistic evidence. IN: STALLER, J. & CARRASCO, M. (ORGs.) Pre-columbian Foodways: interdisciplinary approaches to food, culture and markets in Ancient Mesoamerica. London: Springer, 2010.

CASTRO, Celso. Apresentação. IN: BOAS, Franz. Antropologia Cultural: textos selecionados. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2010.

CARMACK, Robert M. The Quiché Mayas of Utatlán: The Evolution of the Highland Guatemala Kingdom. Norman: University of Oklahoma Press, 1981.

CEDILLO, A.C. El suspiro del silencio; de la reconstrucción de las Fuerças de Liberación Nacional a la fundación de lo Ejército de Liberación Nacional (1974-1983). Dissertação de mestrado. Programa Posgrado en Estudios Latinoamericanos/UNAM, Ciudad de México, 2010.

CHAYANOV, Alexander V. Sobre la teoria de los sistemas económicos no capitalistas. San Cristobal de las Casas: Universidad de la Tierra – Cideci, 2014.

CLASTRES, Pierre. A socidade contra o Estado: pesquisas de antropologia política. São Paulo: Cosac Naify Portátil, 2012.

COE, Michael. The Mayas. New York: Penguin Books, 1980.

_____. The Mayas. New York: Thames and Hudson, 6th ed., 1999.

CONTRERAS, A.T.R & RAMOS, L.A. Mesomérica: historia y reconsideración del concepto. Mexico-DF: Ciencia Ergo Sum, vol.6, n.3, noviembre 1999 – febrero 2000.

DE VOS, Jan. Vienen de lejos los torrentes: uma historia de Chiapas. Tuxtla Gutiérrez: Consejo Estatal para las Culturas y Artes de Chiapas, 2010.

DE VOS, Jan. Vivir em frontera: La experiencia de los indios de Chiapas. México-DF: CIESAS (Centro de Investigaciones y Estudios Superiores em Antropología Social), 1994.

DILLEHAY, Tom. Monte Verde: A Late Pleistocene Settlement in Chile. Volume I: Palaeoenvironment and Site Context. Smithsonian Press, 1989.

_____. Introduction. IN: Monte Verde, A Late Pleistocene Settlement in Chile: The Archaeological Context and Interpretation, Vol. II, edited by T.D. Dillehay, pp. 1- 24. Washington, D.C. and London: Smithsonian Institution Press., 1997.

DÍAZ-POLANCO, Héctor. La Rebelión Zapatista y la autonomia. México-DF: Siglo Veintiuno,

2011.

DOMÍNGUEZ, Onésimo H. Tras los pasos de una guerra inconclusa: doze años de militarización em Chiapas. San Cristobal de Las Casas: CIEPAC, 2006.

ESPONDA, J. G. & BARRIOS, E. P. Notas para compreender el origen de la rebelión zapatista. México DF: Revista Chiapas, disponível em: http://www.revistachiapas.org/No1/ch1gonzalez-polito.html, data de acesso: 05/05/2016.

EXERCITO ZAPATISTA DE LIBERACIÓN NACIONAL E CONGRESSO NACIONAL INDÍGENA. Parte de guerra y resistencia #44. Comunicado, 22/07/2016. Disponível em: http://enlacezapatista.ezln.org.mx/2016/09/22/parte-de-guerra-y-de-resistencia-44/

FAVRE, Henri. Cambio y continuidad entre los mayas de México: contribución al estúdio colonialista em América Latina. México-DF: Siglo Veintiuno Editores, 1973.

FLORESCANO, Enrique. Quetzalcoatl y los mitos fundadores de Mesoamérica. Entrevista na Revista La Jornada, em 23 de junho de 2012. Disponível em: http://www.jornada.unam.mx/2012/06/23/cultura/a05n1cul

GARIBAY, Salvador Morales. Entrevista no canal ˜Letras Libres˜, 28 febrero, 1999. Disponível em: www.letraslibres.com/mexico/entrevista-salvador-morales-garibay
Data de acesso: 20/10/2015.

GILLY, Adolfo. La revolución interrumpida. México-DF: Ediciones Era, 2014.

GOEBEL, T., WATERS, R. M & O'ROURKE, D.H. The Late Pleistocene Dispersal of Modern Humans in the Americas. Science, vol. 319, nº. 5869, pp. 1497-1502, março de 2008.

GONZÁLEZ, Argimiro A. L. Syu'el Tunneletik y mandar obedecendo. Poder y cultura en pueblos indios de Los Altos de Chiapas. Tese de Doutorado. Universidade de Ciencias y Artes de Chiapas (UNICACH). Centro de Estudos Superiores de México y Centroamérica. San Cristobal de Las Casas, 2014.

GONZÁLEZ, Silvia & HUDDART, D. The Late Pleistocene Human Ocuppation of Mexico. Recife: Revista FUMDHAMentos, VII, pp.236-259, 2008.

GORDON CHILDE, Vere. A evolução cultural do homem. Rio de Janeiro: Zahar, 1986.

GORZ, André. Crítica da divisão do trabalho. São Paulo: Martins Fontes, 1980.

GOSNER, Kevin. Conceptualización de comunidad y jerarquia: enfoques recientes sobre La organización política maya en el altiplano. Mexico-DF: Mesoamérica, nº22, 1991.

GUIDON, Niéde. Pedra Furada: uma revisão. Recife: Revista FUMDHAMentos VII, pp.379-383, 2008.

HARVEY, David. O novo imperialismo. São Paulo: Loyola, 2004.

_____. A produção capitalista do espaço. São Paulo: Annablume, 2006.

HOLLOWAY, J. MATAMOROS, F. & TISCHLER, S. Zapatismo: reflexión teórica y subjetividades emergentes. Buenos Aires: Herramienta, 2015.

HUDDART ET AL. Human footprints in the Valsequillo Basin, Mexico: implications for the peopling of the Americas. Quaternary Science Reviews 25, 201-22, online 28th November 2005.

HUDDART ET AL. A review of environmental change in the basin of Mexico (40,000-10,000 BP): implications for early humans. IN: **Early men in the Americas and the implications on the peopling of the Basin of Mexico**. INAH Scientific Series, MexicoD.F. in press.

INURRETA, F., FARRAÉZ, C. & VILLANUEVA, L. Campeche: historia breve. Ciudad de México: Fundo de Cultura Económica, 2010.

JAMESON, Fredric. Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio. São Paulo: Ática, 1996.

KAMPF ET AL. Classificação das terras pretas de índio e outros solos antrópicos antigos. Disponível em: http://www.biochar.org/joomla/images/stories /Cap_8_Nestor_Kampf.pdf, 2003.

KENNETH ET AL. Development and disintegration of Maya political systems in response to climate change. Science, n.338, 778, 2012.

KIRCHHOFF, Paul. Mesoamérica: sus limites geográficos, composición étnica y caracteres culturales. México-DF: Suplemento de la revista Tlatoani, n.3, ENAH, 1960.

KIRCHHOFF, Paul. Mesoamérica. Sus límites geográficos, composición étnica y caracteres culturales. Xalapa: Al Fin Liebre Ediciones Digitales, 2009.

LA CUEVA, Ana L I. Unidad y fragmentación del poder entre los mayas. México-DF: Estudios de Cultura Maya (UNAM), Vol. XXV, 2004.

LACOSTE, Yves. A geografia – isso serve em primeiro lugar, para fazer a guerra. Campinas: Papirus, 2005.

LEFEBVRE, Henri. Posição: contra os tecnocratas. São Paulo: Documentos, 1969.

LENCIONE, Sandra. Acumulação Primitiva: um processo atuante na sociedade contemporânea. Confins – Revista Franco-brasileira de Geografia, posto online no dia 19 Março 2012, consultado o 05 Maio 2016. URL: http://confins.revues.org/7424; DOI: 10.4000/confins.7424

LÉVI-STRAUSS, Claude. Raça e História, 1952. Disponível em: https://we.riseup.net/assets/231452/Ra%C3%A7a-e-Hist%C3%B3ria-L%C3%A9vi-Strauss.pdf

LIMA, Tânia Andrade. O povoamento inicial do continente americano: migrações, contextos, datações, 2006. Disponível em: http://georeferencial.com.br/old/material_didatico/Povoamento_Inicial_do_Continente_TANIA_LIMA_UFRJ_MUSEU_NACIONAL.pdf

LYNCH, Kevin. A imagem da cidade. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

LÚKACS, Gyorgy. Ser e Consciência. IN: ABENDROTH, W.; HOLZ, Hans H.; KOFLER, Leo. Conversando com Lúkacs. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.

MALASPINAS ET AL, A. Two ancient human genomes reveal Polynesian ancestry among the indigenous Botocudos of Brazil. *Current Biology*, vol.24, issue 21, pp.1035-1037, November, 2014.

MARTINS, Elvio R. Geografia e Ontologia: o fundamento geográfico do ser. São Paulo: Revista GEOUSP, n.21, 2007.

MARTINS, Elvio R. Curso da disciplina "Ontologia da Geografia", do Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana/USP. São Paulo, 2013.

MARX, K. Formações Econômicas Pré-Capitalistas. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

MARX, K. Manuscritos econômico-filosóficos. São Paulo: Boitempo, 2009.

MARX, K. Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858 – esboços da crítica da economia-política. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2011.

MAZOYER, M. & ROUDART, L. História das agriculturas no mundo: do neolítico à crise contemporânea. Brasília-DF: NEAD, 2010.

MERLEAU-PONTY, Maurice. Fenomenologia da Percepção. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1971.

MERLEAU-PONTY, M. Structure du comportement. Paris: Quadrige/PUF, 1990.

MORGADO, Rovira. Mesoamerica: concepto de un espacio cultural. Disponível em: http://pendientedemigracion.ucm.es/info/arqueoweb/pdf/8-2/rovira.pdf

MOREIRA, Ruy. O rentismo e as novas formas de sujeito e conflito nas relações sócio-espaciais deste começo de século. IN: Caderno de leitura do curso "A Crise do Capitalismo". Rio de Janeiro: Jornal Brasil de Fato, 2009.

OLSEN, K. & SCHAAL, B. Evidence on the origin of cassava: Phylogeography of *Manihot esculenta*. Proceedings of the National Academy of Sciencies of USA, 96(10): 5586–5591, 14 May, 1999.

PALACIOS, Juan Manuel Sandoval. Plan Puebla-Panamá + Plan Colombia = Proyecto de integración y desarollo de Mesoamérica. Revista Eletrónica Alternativ@s – Red Mexicana de Acción frente al Libre Comércio (RMALC), año VI, n.75, Marzo 24, 2011.

PÉREZ RUIZ, Maya Lorena. Cerco antizapatista y lucha por la tierra em Chiapas. IN: SAAVEDRA, Marcos E. (ORG.) Chiapas después de la Tormenta: estudios sobre economía, sociedad y política. México DF: El Colegio de México, 2009.

REYES RAMOS, María E. Los nuevos ejidos em Chiapas. Revista de La Procuradoria Agraria – Estudios Agrarios, 2008.

ROBERTS, Neil. The Holocene: an environmental history. Oxford: Wiley-Blackwell, 2014.

RIBEIRO, Darcy. O processo civilizatório. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

ROSENSWIG, Robert M. The beginnings of Mesoamerican Civilization: inter-regional interaction and the Olmec. New York: Cambrigde University Press, 2010.

SMITH, M. & MONTIEL, L. The Archaeological Study of Empires and Imperialism in Pre-Hispanic Central Mexico. Journal of Anthropological Archaeology, n.20, pp. 245-284, 2000.

SORRE, Max. A noção de gênero de vida e seu valor atual. IN: CORRÊA, R.L. & ROSENDAHL, Z. Geografia cultural: uma antologia. Vol 1. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2012.

SPIDEN, H. Origin of Civilization in Central America and Mexico, 1933.

SIMMEL, Georg. A metrópole e a vida mental. IN: VELHO, Otávio (Org.). O fenômeno urbano. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973.

STALLER, John. Maize, Cobs and Cultures: the history os *Zea mays* L. Springer, 2010.

SZTOMPKA, Piotr. Sociologia del cambio social. Madrid: Alianza Editora, 1995.

TERRAY, Emmanuel. O marxismo diante das sociedades primitivas. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

VAVILOV, 1951. The origin, variation, immunity and breeding of cultivated plants. Chronological Botanics, n.13, pp.1-366, 1951.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. Metafísicas canibais. São Paulo: Cosac Naify, 2015.

YAÑEZ, David Velasco. Hay una economia zapatista? *La Otra Campaña* y las alternativas al neoliberalismo. CHRISTUS, Centro Prodh, 2006.

WATANABE, Shigueo. Peopling Brazil took place much earlier than in North America? Recife: Revista FUMDHAMentos, VII, pp.181-190, 2008.

WISSLER, Clark. The American Indian. New York: Oxford University Press, 1917.

WOLF, Eric. Guerras camponesas no século XX. São Paulo: Global Editora, 1984.

WOLF, Eric. Corporate Peasant Communities in Mesoamerica and Central Java. New Mexico: Southwestern Journal of Anthropology, Vol. 13, nº.1, pp.1-18, 1957.

Adendos:

Imagem dos projéteis das sociedades Clovis. Disponível em: https://en.wikipedia.org/wiki/Clovis_culture#/media/File:Clovis_Rummells_Maske.jpg Acessado em: 20/05/2016.

Mapa da expansão asteca por governantes. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Aztecexpansion.png. Acessado em: 30/08/2016.

Lago Texcoco. Disponível em: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Valley_of_Mexico_c.1519-fr.svg. Acessado em: 28/07/2016.